

02 Editorial

03 Notícias da Rede

Portugal

- Erradicar a pobreza e a exclusão social: uma meta tangível
- SÍSIFO na Europa - de novo, a pobreza...
- Pequenas experiências, grandes esperanças!
- Multiplicar – estratégias, ferramentas e actores no futuro
- Mostra Social Arte&Jovem
- Sastipen – Redução das desigualdades de saúde nas Comunidades Ciganas
- O problema inadmissível da pobreza

17 Dossier

Educação Formação e Qualificação

- A Educação na *Estratégia de Lisboa* e no *Plano Tecnológico* em Portugal
- Educação, formação e inclusão social
- Educação e Formação ao Longo da Vida: vias para a Inclusão
- Nas malhas da formação
- Reconhecimento e validação de Competências - Centro Social de Ermesinde
- Educação, formação e qualificação
- METAS – Medir Escolhas, Trabalhar Autonomias
- Cova da Moura, um lugar mestiço, uma manta de retalhos...
- Trampolim: itinerários individualizados de inserção
- Um espaço europeu de aprendizagem ao longo da vida

43 Notícias da Rede

Europa

- Relatórios Nacionais 2006-2008: que impacto nas pessoas em situação da pobreza?
- A Economia Social na EAPN

50 A Europa Social em Análise

- PNAI 2006-2008: a reacção da REAPN
- O QREN – como contribuir para a Qualificação do Terceiro Sector
- Flexi-segurança: o melhor de dois mundos?
- De uma União transparente e efectiva para uma Europa Unida
- Emprego na UE melhora mas impõem-se novas reformas
- A água para lá da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água

62 Destaque

- De Lisboa a Lisboa

64 Publicações

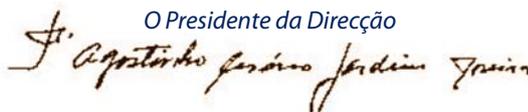
O tema escolhido para este número da revista Rediteia foi o da "Educação, Formação e Qualificação". Esta escolha foi baseada na constatação de que estas áreas se encontram demasiadamente deprimidas no contexto nacional. Portugal, apesar dos esforços feitos nos últimos anos, grande parte deles resultantes da adesão à União Europeia e aos benefícios decorrentes da Política de Coesão e dos Fundos Estruturais, continua a ser o país da UE que apresenta os mais baixos níveis de escolarização, não só nas gerações mais velhas, como nas camadas mais jovens da população.

Este cenário é extremamente desvantajoso para o desenvolvimento da economia nacional e, acima de tudo, para a construção de uma sociedade mais justa e plena de cidadania. No momento em que se encontra em preparação o novo período de programação dos Fundos Estruturais (Quadro Estratégico de Referência Nacional 2007-2013) estas preocupações encontram-se, segundo nos é dado saber, contempladas, e serão alvo de um conjunto de medidas de política específicas. Assim, encontramos-nos na expectativa face a este novo período de programação, porque se trata de mais uma oportunidade que Portugal tem de evoluir positivamente nos indicadores que se relacionam com a educação, formação e qualificação.

Esta expectativa é tanto maior quanto consideramos que uma das vias para a resolução dos problemas de pobreza e exclusão social em Portugal passa, também, pela melhoria dos níveis educacionais dos portugueses, pelo investimento na formação ao longo da vida, pela qualificação sócio-institucional, etc. No entanto, e pelas experiências dos anteriores Quadros Comunitários de Apoio importa aprender com os erros anteriores e tentar potenciar a aplicação dos Fundos Estruturais, priorizando não só as medidas de política, mas também, e na mesma proporção, as metodologias de intervenção, as práticas de monitorização e os indicadores de avaliação dessas mesmas medidas. O caminho a seguir passa, em nosso entender, pelo desenho das medidas de política com base num diagnóstico sério, participado, partilhado pelos diferentes parceiros. Passa igualmente pela implementação dessas mesmas medidas de acordo com uma lógica de mainstreaming e de participação dos diferentes actores, não descurando o papel activo do sector não governamental nestas áreas da educação e formação. Passa ainda pela criação de instrumentos e metodologias de monitorização e de avaliação contínua que permitam avaliar as concretizações dessas mesmas medidas. Passa também pelo envolvimento da célula básica de qualquer sociedade: a família. Porque Portugal só conseguirá construir uma sociedade com níveis de educação consentâneos com os níveis europeus se implicar os próprios actores interessados (vulgo destinatários finais das medidas), se se verificar um investimento nos valores da cidadania, da solidariedade e do respeito pelo próximo.

Quero também elogiar o trabalho desenvolvido por inúmeras organizações não governamentais que dedicam o seu dia-a-dia a desenvolver um trabalho sério, de proximidade nas áreas da educação e formação, tentando com o seu esforço capacitar e dignificar muitos dos nossos concidadãos, contrariando os números, as estatísticas que não são até ao momento muito animadoras.

Assim, termino com uma mensagem de esperança e com a convicção de que estes próximos anos representam uma oportunidade única para os diferentes sectores da sociedade portuguesa inverterem esta tendência estrutural de crise económica e social. Acredito profundamente que se existir a vontade de unir esforços e de realizar um trabalho concertado e em parceria, envolvendo os diferentes sectores – governo, empresas, sindicatos, ONG's, cidadãos em geral, numa lógica de co-responsabilização, poderemos colmatar muitas das fragilidades actualmente existentes nestas áreas de intervenção.

O Presidente da Direcção

(Pe. Agostinho Cesário Jardim Moreira)

Erradicar a pobreza e a exclusão social

uma meta tangível'

A erradicação da pobreza e da exclusão social é indiscutivelmente um dos principais desafios do desenvolvimento e dos direitos humanos do nosso século, havendo uma consciencialização crescente que é imperioso conciliar o desenvolvimento económico com a coesão a justiça social. A dimensão e a complexidade destes fenómenos estão bem patentes nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio definidos pela ONU em 2000, onde se define como meta a redução da pobreza extrema para metade até 2015. Também em 2000, a União Europeia, a partir da Cimeira de Lisboa, retomou estes temas como uma preocupação central da construção europeia, colocando o objectivo da coesão social ao mesmo nível do crescimento económico e do emprego. Embora os resultados alcançados, até ao momento, tenham ficado muito aquém das expectativas, a verdade é que não podemos esquecer que o caminho a percorrer é longo e implica a concertação da meios e vontades. Mas, o facto de estes mesmos temas e preocupações voltarem novamente para o centro das agendas políticas nacionais e internacionais significa que a prioridade se mantém e que envolve toda a sociedade.

À semelhança dos anos anteriores, a REAPN procurou assinalar o **Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza 2006** (17 de Outubro) através de acções diversificadas, descentralizadas e que espelham o carácter multifacetado da pobreza e da exclusão social. Acções que pretendem, acima de tudo, alertar as consciências para este problema que afecta uma faixa considerável da população portuguesa.

Portugal detém a condição de país mais desigual na UE e de portador de maior índice de pobreza relativa, com um valor que há anos estabilizou nos 20/21 %, o que se traduz em 2 milhões de portugueses a viver em situação de pobreza. Portugal destaca-se ainda, pela pior posição quando se fala de pobreza persistente. Em Portugal trabalhar não tende a assegurar a cobertura do risco de pobreza. Cerca de 12% dos trabalhadores são pobres. Apesar da taxa de desemprego ser inferior à média europeia, é superior aos valores médios da última década. A Região Norte tornou-se líder no desemprego, 46% dos desempregados concentram-se nesta região. A esta situação não é alheia o número crescente de empresas que têm vindo a encerrar, devido a vários factores, nomeadamente à deslocalização para países onde a mão-de-obra é mais barata. Outros sinais da má situação em que se encontra o nosso país são: a descida de 26º para 27º na última lista ordenada do desenvolvimento humano da ONU, uma das maiores percentagens de crianças pobres (27% das crianças encontra-se em risco de pobreza) e a pior taxa de abandono escolar, 41,1% em 2005, mais do dobro da média comunitária. No contexto europeu este cenário é também bastante perturbador, com cerca de 72 milhões de pessoas em risco de pobreza. A nível mundial o número de pobres já chega a 307 milhões, onde 1 em cada 5 pessoas vive com menos de 1 dólar por dia.

Os números citados dizem respeito a pessoas reais: idosos, crianças, deficientes, mulheres, nomeadamente, vítimas de violência ou de tráfico, imigrantes, minorias

étnicas e requerentes de asilo, entre muitos outros. Reflectem ainda realidades dramáticas como a fome, a subnutrição, as doenças com especial enfoque para a malária, a Sida, a tuberculose, a toxicodependência, etc. Estes fenómenos, de verdadeira pobreza extrema constituem, em nosso entender, uma **negação dos direitos humanos fundamentais**. A resolução deste problema deve ser assumida com a mesma determinação com que em tempos se combateu a escravatura!

Assim, consideramos de toda a importância **definir uma estratégia nacional**, que se pautar pelos mesmos princípios de acção da estratégia definida a nível europeu e mundial. Em nosso entender essa estratégia deve passar pelos seguintes princípios de acção:

1) Comprometimento/empenhamento da sociedade civil e do poder político

Consideramos prioritário que a sociedade portuguesa, nas diversas instâncias que a compõem, se consciencialize de que o problema da pobreza e da exclusão social é algo que diz respeito a todos e que exige um comprometimento generalizado dos vários sectores da sociedade.

Importa garantir, do ponto de vista do governo nacional, uma apropriação por parte dos diferentes ministérios, do novo Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006-2008. Os primeiros esforços de *mainstreaming* da inclusão social estão contemplados neste Plano, onde é proposta a criação de novas estruturas institucionais em cada ministério, designadas de "pontos focais". Podemos perceber esses mesmos esforços, também, pela possibilidade de podermos contar com a existência formal de um Fórum Não Governamental para a Inclusão Social (FNGIS), que funciona como uma plataforma de interlocução do sector não governamental ao nível do PNAI.

2) Apostar numa abordagem abrangente, na qual os três pilares inerentes à Estratégia de Lisboa sejam operacionalizados no contexto nacional: o crescimento, o emprego e a coesão social

A chamada Estratégia de Lisboa renovada surge em 2005, em nosso entender, como um claro retrocesso, colocando o pilar da inclusão social em segundo plano em relação aos outros dois.

Consideramos fundamental que o Governo Nacional contrarie esta tendência europeia e assuma, no segundo semestre de 2007, a presidência da União Europeia com um propósito explícito de redimensionar a coesão social, assegurando um progresso equilibrado nas 3 vertentes. Conscientes que os progressos ao nível da inclusão social precisam de evoluir de forma a provocar um impacto decisivo na erradicação da Pobreza até 2010, consideramos que a Presidência Portuguesa deve traçar um novo rumo, produzindo um ponto de inflexão na agenda europeia.

3) Garantir que se estabeleçam objectivos ambiciosos no domínio da luta contra a pobreza e a exclusão social e que se aposte numa coordenação das políticas, tendo como horizonte temporal o ano de 2010 - Ano Europeu de luta contra a Pobreza e a Exclusão Social. Neste sentido, é fundamental que no contexto nacional sejam criados mecanismos (indicadores) que permitam avaliar o impacto das diferentes medidas de política accionadas pelos diferentes ministérios em termos da produção/reprodução da pobreza e exclusão social (*poverty proofing*).

4) Participação e mobilização de todos os actores
A luta contra a pobreza e a exclusão social deve ser assumida a nível nacional, regional e local, bem como pela sociedade civil. Quando falamos na mobilização de todos os actores falamos também, e sobretudo, nas pessoas que experienciam situações de pobreza e exclusão social e das organizações que directamente as representam. Há por isso que criar condições/mecanismos que permitam a participação daqueles que mais têm a dizer sobre a sua própria situação.

5) Descentralização da luta contra a pobreza e exclusão social

A REAPN considera de toda a utilidade e eficácia o desenho de planos de acção territorializados, que potenciem as sinergias e os recursos locais, numa lógica de trabalho em rede e de co-responsabilização dos diferentes actores.

6) Direito a um rendimento mínimo e a uma protecção social adequada

A Carta Social Europeia diz que o salário mínimo nacional deve ser 60 por cento da média ponderada das remunerações do país, o que em Portugal corresponde a 580 euros por mês. Assim, o salário mínimo nacional está cinco por cento abaixo da recomendação da União Europeia, ou seja, menos 21 euros e 36 cêntimos.

O conceito de "flexi-segurança" começa a fazer eco junto

das instâncias decisoras e dos parceiros sociais, tanto a nível europeu como nacional. Em nosso entender terá que haver um equilíbrio entre a flexibilidade exigida aos trabalhadores e às empresas e a reestruturação do sistema de protecção social de forma a garantir que a parte da segurança não seja relegada para segundo plano.

Estes princípios de acção constituem um importante desafio que todos nós devemos agarrar, participando desta forma na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, mais próxima dos cidadãos e dos seus problemas. Importa, em nosso entender, criar os alicerces para a construção de um modelo social assente no respeito pelo outro, na valorização das suas capacidades e competências e na procura de um equilíbrio entre o desenvolvimento e o crescimento económico e a coesão social.

A actuação da REAPN tem sido no sentido de ver concretizados os referidos princípios. Compromisso, participação, co-responsabilização, parceria e trabalho em rede, territorialidade, são palavras que devem, cada vez mais, estar presentes na definição de estratégias eficazes e efectivas de combate à pobreza.

Importa caminhar na luta contra a pobreza e exclusão com um desígnio explícito: de que é possível atingir a meta da erradicação!

A erradicação da pobreza e da exclusão social não é um mito, não é uma utopia, é um desafio e um desígnio que exige o compromisso de todos!

Para além desta Declaração a REAPN assinalou o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza com diversos eventos promovidos pelos Núcleos Distritais, em parceria com diversas entidades públicas e privadas. De entre estas iniciativas destacaram-se os *Muppies* e cartazes espalhados por várias cidades do país com mensagens que pretendiam sensibilizar a sociedade em geral para as questões da pobreza e da exclusão social, pois só com a parceria e a co-responsabilização global será possível a erradicação destes fenómenos.



de novo, a pobreza ...

Cumpriram-se trinta anos desde o início do Primeiro Programa Europeu de Luta contra a Pobreza (1975) e cinco desde as novas orientações emanadas dos Conselhos de Lisboa e de Nice. No entanto, a pobreza e a exclusão, relativa e extrema, continuam aqui, numa Europa desenvolvida, ao nível dos Estados de Bem-estar. E, não só estão aqui nas nossas ruas e estações, nas instituições prisionais, nas casas degradadas dos centros históricos e da periferia urbana, como também aumentam em número (mais de 60 milhões de pessoas em risco) e sobretudo, aumenta a sua precariedade, a sua marginalização, a sua de-safiliação, a sua cronicidade. Face a esta presença estrutural, escondida, opaca, não reconhecida que repetidamente submerge e emerge, erguem-se diferentes tipos de estratégias. Uma mais reprodutoras, outras mais paliativas, e outras mais preventivas e emancipadoras. Todas elas dependentes, em grande medida, da representação social, das imagens que a sociedade constrói da pobreza e da exclusão.

Nos últimos dez anos, em muitos países da antiga União e nos que recentemente nela entraram, ressurgiu uma visão que individualiza, que estigmatiza, que culpabiliza os que não têm trabalho, que sobrevivem a duras situações e estão cada vez mais distantes dos circuitos produtivos e distributivos e das normas e valores dominantes. Uma visão que se pensava estar superada nos debates europeus que se realizavam até ao final do Terceiro Programa Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão (1994).

Presenças reais, quotidianas e imagens colectivas que obrigam a renovar os esforços, como no mito de Sísifo, para voltar a subir pelas tendências das políticas sociais locais, regionais, nacionais, europeias e internacionais. Estamos condenados a repetir os mesmos caminhos? Talvez, seja fundamental fazer uma paragem no caminho para reflectir e validar o que já se percorreu, especialmente num momento em que termina o ciclo definido no Conselho de Lisboa de 2000 e parece começar uma nova fase das orientações estratégicas europeias para a Inclusão. Assim, a partir dos ensinamentos que derivam das experiências acumuladas por tantos anos a caminhar pela política social europeia, talvez seja possível começar a sugerir alguns desafios que devem ser enfrentados e sobre os quais poderia girar esta renovação conceptual e estratégica.

1. Precisamente, o primeiro desafio seria o de conhecer e actualizar criticamente o enorme potencial existente de debates, investigações, programas e projectos concretos que se desenvolveram na União Europeia e nos seus estados membros ao longo destes anos. Diz-se que quem ignora a história está obrigado a repeti-la. Se não existe uma divulgação dos conhecimentos acumulados, as novas orientações correm o risco de repetir os erros, as contradições, os impasses anteriores.

É cada vez mais urgente recuperar uma memória que pode perder-se...

2. Se se tem de criar uma cultura social europeia, há que começar por ficar de acordo sobre as palavras e os conceitos. Há que deixar de lado alguns termos hieroglíficos que se criaram desde Bruxelas, mas adoptar e adaptar aqueles que nos sejam úteis para identificar as realidades emergentes. O que é que se perdeu e o que é que se ganhou com a passagem da noção de pobreza à noção de exclusão? Há que voltar a utilizar o conceito de nova pobreza, como se faz cada vez mais em Itália? O que significa a distinção usada nos países latinos entre inserção e integração? Que sentido tem o *partenariado social* ou o *benchmarking*, *Terceiro Sector*, *non-profit*, economia social, organizações sócio voluntárias,... Com qual das palavras ficamos? Como incorporamos o vocabulário dos Países do Centro e do Este da Europa?

3. A pobreza e a exclusão são cada vez mais mutáveis e opacas aos métodos de análise, de medida, aos indicadores e às estatísticas utilizadas. Por isso seria importante renovar o arsenal de abordagens quantitativas e qualitativas da pobreza e da exclusão. Observatórios locais e regionais, metodologias interdisciplinares, observação participante, itinerários de vida/histórias de vida, exame das redes e do capital social, estudos comparativos transnacionais, diagnósticos prospectivos são instrumentos compreensivos cada vez mais úteis. É preciso outra visão e outra escuta para atravessar a opacidade dos que estão à margem.

4. Revisão crítica do património, novos conceitos e métodos, deveriam servir para definir e aplicar políticas estruturais (financeiras, fiscais, urbanísticas, ambientais,...) as quais tivessem presentes as realidades da pobreza e da exclusão ("*poverty proofing*" na Irlanda). A política social não pode ser, por si só, a única a ocupar-se com elas e deveria articular-se com as políticas de saúde, de emprego, educativas, de habitação. Mas sobretudo com os sistemas de

¹ NT: Sísifo foi condenado pelos deuses do Olimpo a empurrar um enorme rochedo, incessantemente, até ao alto de uma montanha e quando, finalmente, conseguia chegar ao topo a pedra caía novamente em virtude de seu próprio peso (Mito do Sísifo).

protecção social, pois deles depende, em grande medida, as situações de pobreza relativa e mais alargada. No mesmo sentido, para abordar a pobreza mais extrema são necessários programas integrados e territoriais.

5. Seria também necessário reformular o papel dos serviços, públicos e privados, e as formas de intervenção social. Novos perfis profissionais e processos de qualificação, serviços mais flexíveis e adaptados, intervenção sobre os efeitos, mas sobretudo sobre as causas, coordenação horizontal e vertical, trabalho em rede, importância crescente da qualidade, auditoria social e de avaliação, ... Inovações participativas na perspectiva do acesso de todos aos direitos sociais. Há que continuar a criar milhões de laboratórios experimentais que à escala local introduzam e ponham à prova novas formas de trabalho social com alto valor sócio-económico acrescentado.

6. Tudo isto deveria resultar em demonstrações palpáveis e concretas que pusessem em evidência que as pessoas pobres e excluídas são capazes, em determinadas condições, de tomar o destino nas suas próprias mãos, ao mesmo tempo que se constroem debates públicos que impliquem todos os actores, colocando a pobreza e a exclusão no centro das agendas políticas, usando todos os meios de comunicação para dar o máximo de visibilidade a estes esforços rompendo assim os estereótipos actuais discriminatórios.

Não parece que estes sejam desafios inatingíveis, objectivos inalcançáveis, mas sim itinerários e percursos que podem facilitar a ascensão. Em qualquer caso, não nos condenariam a voltar a subir nas mesmas condições, do mesmo ponto de partida, tendo como base uma sociedade menos empobrecedora e excludente.

Pequenas experiências, grandes esperanças!

Ana Cláudia Albergaria
claudia.albergaria@reapn.org

A luta contra a pobreza e a exclusão social constituirá um esforço inglório se nela não se envolver eficazmente as pessoas que vivem essas realidades, principalmente pelo facto de serem elas as que melhor conhecem os seus problemas e as suas potencialidades. A actuação da REAPN tem-se pautado, desde a sua fundação, por esse princípio e as orientações estratégicas definidas no plano estratégico 2003-2008 vão precisamente no sentido de promover a participação de todos os actores, no domínio da luta contra a pobreza e a exclusão social, acima de tudo, aqueles que sentem na pele os problemas consequentes dessas situações de desfavorecimento.

Com o Projecto Activar a Participação, que a REAPN promoveu desde 2004, e que se enquadrou no âmbito do Objectivo 4 do Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2003-2005 (PNAI), pretendeu-se, acima de tudo, promover e consolidar uma "cultura" de participação no tecido sócio-institucional local, fomentando o *empowerment* das populações em situação de desfavorecimento que beneficiam de medidas e instrumentos de acção social.

Este Projecto constituiu um grande desafio, na medida em que a cultura da participação não conquistou ainda um lugar de relevo nas estruturas organizacionais das instituições, nomeadamente, nas que dedicam a sua actividade ao campo social. Perante esta realidade, tentamos verificar experimentalmente a ideia de activar a participação das pessoas que vivem em situação de pobreza e exclusão.

Ao desafio feito pela REAPN responderam, após a apresentação da ideia inerente ao projecto que pretendíamos desenvolver, um conjunto de, aproximadamente, cinquenta instituições sociais, que viriam a constituir os quatro Observatórios Locais em Braga, Porto, Coimbra e Évora.

Estes Observatórios foram consolidados através da organização de 10 workshops de formação em cada

um dos quatro locais, num total de 60 horas cada, que se dirigiram aos técnicos e dirigentes, e que permitiram aos participantes a aquisição e o aprofundamento de conhecimentos acerca do tema da participação, reflectir acerca das suas práticas de intervenção social assim como promover a troca de experiências e o trabalho em parceria. Nestes espaços de reflexão foi igualmente possível desconstruir estereótipos, redefinir conceitos, conhecer metodologias participativas assim como contactar com bons exemplos de participação. No mesmo contexto, definiu-se um conjunto de micro-acções que viriam a ser implementadas, por todos, incluindo as pessoas que vivem em situações de pobreza e exclusão social.

A cumplicidade e os laços que foram unindo os elementos dos observatórios permitiram um salutar empenho individual das pessoas ao nível da codecisão, da circulação da informação e da consolidação do sentimento de pertença. Esta forma de colaborar e de cooperar permitiu o desenvolvimento de oito micro-acções, para as quais contamos também com a parceria de outras instituições e outros cidadãos que não pertenciam aos observatórios locais desde o início da sua constituição. Com as experiências desenvolvidas conseguimos afirmar a ideia de que é possível *Activar*

a *Participação* e identificar, através da prática, as vantagens e os constrangimentos inerentes aos processos participativos. As experiências desenvolvidas envolveram públicos desfavorecidos com características diversificadas e variaram em função dos observatórios uma vez que o contexto onde estes se inserem, os recursos que possuem e a coesão dos grupos diferem também entre si.

Todo o trabalho construído ao longo do desenvolvimento do projecto culminou com a realização de um seminário final, em 29 de Setembro de 2006, em Coimbra, que contou com a presença de aproximadamente 80 participantes, a maioria dos quais correspondem aos próprios intervenientes directos dos processos de participação accionados. Este encontro permitiu reflectir em conjunto sobre a importância do tema da participação no campo da intervenção social e sobre os avanços e conquistas feitas neste domínio, no contexto nacional e europeu. Proporcionou ainda a divulgação das diferentes iniciativas desenvolvidas pelas entidades parceiras do Projecto, numa lógica de partilha de experiências e reflexão crítica sobre as mais valias, os riscos e as dificuldades sentidas no desenrolar do Projecto. Procedeu-se igualmente à exposição de alguns produtos resultantes das micro-acções desenvolvidas. Um dos pontos altos do seminário final correspondeu ao testemunho de algumas pessoas que vivem em situação de pobreza ou exclusão social, na medida em que tiveram oportunidade de participar directamente nas micro-acções relativamente às quais foram sujeitos activos, desde a fase de planificação, desenvolvimento e balanço final das mesmas.

No Seminário procedeu-se à apresentação pública do livro **“Pequenas experiências, grandes esperanças!”**, que constitui o resultado do trabalho desenvolvido pelos quatro Observatórios Locais criados no âmbito do Projecto e que resulta, simultaneamente, de um trabalho de análise crítica sobre o tema da participação. O carácter experimental que o projecto assumiu desde o seu início reforçou a necessidade de estarmos muito atentos aos processos, com o intuito não só de avaliar e identificar as potencialidades e recursos que permitem afirmar que é possível activar a participação dos cidadãos, e assim lutar contra a pobreza e a exclusão social, mas também estarmos igualmente vigilantes no que diz respeito aos riscos e obstáculos que temos de enfrentar, para assim conseguirmos identificar estratégias para evitar ou ultrapassar esses obstáculos.¹ Conseguimos, portanto, avaliar o importante caminho percorrido mas também o que ainda falta percorrer. Neste projecto, o mais relevante não foi **o que se fez**, mas sim a forma **como se fez** e **com quem** se desenvolveram as actividades. Assim, as mais-valias conseguidas, e que foram fruto do trabalho de todos os intervenientes, são visíveis ao nível do público-alvo das acções, pela sua participação efectiva; dos técnicos que estiveram envolvidos no trabalho dos observatórios, pela aquisição de conhecimentos e de competências relativamente às metodologias participativas assim

como pelo reforço do trabalho em parceria. Além disso, o projecto poderá implicar mais valias ao nível das instituições que nele participaram, na medida em que os técnicos que as representaram nos observatórios poderão, e deseja-se que assim seja, transferir para os seus locais de trabalho as competências adquiridas. Um motivo de orgulho e de incentivo é o facto do projecto Activar a Participação constar no novo Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI 2006-2008) como exemplo de boa prática ao nível da luta contra a pobreza através da mobilização, participação e expressão de todos os intervenientes.

A participação não é um resultado, nem um produto final de um qualquer projecto. Ela é um processo que subentende avanços e retrocessos, erros e aprendizagens, por isso não podemos cruzar os braços nem deixar que este projecto seja mais uma experiência com início, meio e fim... como tantas outras. Assim, o trabalho desenvolvido, porque demasiadamente sério e importante, terá continuidade agora sob a forma de grupos de trabalho sobre a participação, que irão desenvolver-se a partir dos Observatórios locais, pretendendo-se alargar o convite também a outros actores que acreditam, tal como nós, que a partir de pequenas experiências se podem forjar grandes esperanças e que a “semente da participação necessita de uma terra boa e poderá voltar a dar frutos noutras actividades e noutras organizações”.²



¹ In Jordi Estivill, Sérgio Aires (Coord.), *Pequenas experiências, Grandes esperanças!*, Porto, REAPN, 2006.

² Op. Cit. pág. 24.

MULTIPLICAR

Estratégias, Ferramentas e Actores no *Futuro*

Paula Cruz
paula.cruz@reapn.org

O Projecto MULTIPLICAR, que se encontra agora na recta final é um Projecto bem exemplificativo do trabalho que a REAPN vem realizando há já quase 15 anos. Se por um lado, permitiu desenvolver um trabalho de proximidade, em parceria, com organizações nacionais e internacionais, por outro lado, permitiu o conhecimento e a utilização de um instrumento didáctico e metodológico que, a nosso ver, constitui uma fortíssima mais-valia para o combate à Pobreza e à Exclusão Social.

Foi com esta reflexão que o Pe. Jardim Moreira abriu o Seminário Final do Projecto MULTIPLICAR que decorreu no dia 27 de Outubro de 2006 no Porto. Após quase um ano e meio de trabalho o Projecto MULTIPLICAR está a terminar (14 de Janeiro de 2007) e teve o seu momento alto no referido Seminário onde foi possível juntar todas as pessoas nacionais e estrangeiras que desenvolveram experiências usando a Plataforma CIARIS¹ (*Centro Informático de Aprendizagem e Recursos para a Inclusão Social* - <http://ciaris.ilo.org>).

Na primeira parte do Seminário foi realizado um enquadramento do projecto sobre 3 pontos de vista: por um lado, para a REAPN este foi um projecto que procurou, mais do que experimentar as potencialidades do CIARIS, reflectir e perceber o seu alcance a um nível mais global, nomeadamente, a sua importância na implementação dos desafios propostos nos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão e na Estratégia Europeia para a Inclusão Social. O CIARIS demonstrou ser um instrumento importante para a aprendizagem dos indivíduos que directa e indirectamente trabalhar com as questões da pobreza e da exclusão social; para a troca de experiências entre os actores; para planear a acção e definir estratégias mais localizadas e descentralizadas que respondam às reais necessidades sentidas. Estas potencialidades foram sendo identificadas e exploradas pelas várias organizações que a nível nacional e transnacional assumiram a responsabilidade pela definição e implementação de um micro-projecto.

O CIARIS foi construído pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) no âmbito do *Programa STEP – Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza* e o seu desafio inicial era, segundo afirmou Philippe Marcadent (Director Geral do STEP), o de saber como gerir a diversidade. O objectivo era desenvolver e partilhar o conhecimento entre os vários actores. A experiência do MULTIPLICAR veio trazer novas perspectivas de utilização do CIARIS, assim como contribuir para o seu aperfeiçoamento. Philippe

Marcadent revelou a intenção da OIT desenvolver um novo CIARIS, mais interactivo e tendo por base uma série de novas experiências que entretanto têm sido desenvolvidas noutros países, diversificando, neste sentido, os conteúdos da plataforma.

A originalidade da experiência, a utilidade e a validade da ferramenta contribuíram para a boa aceitação do Projecto junto da Comissão Europeia. Licínia Pereira (*Direcção Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades*) salientou a importância do CIARIS no *empowerment* e na mobilização dos actores, elementos fundamentais no processo de implementação dos PNAI'S e da Política Europeia para a Inclusão Social.

No mesmo sentido, o MULTIPLICAR obedecia a um dos desafios centrais do II Programa Europeu de Intercâmbios Transnacionais por contribuir para o activo envolvimento dos *stakeholders*, isto é, pelo envolvimento de um conjunto de diferentes actores na construção de uma comunidade de aprendizagem. Esta comunidade ficou responsável pela selecção de outras entidades e pela organização conjunta de micro-experiências usando a ferramenta CIARIS.

Estas micro-experiências tinham como objectivos: promover o conhecimento dos actores nas questões da pobreza e da exclusão social; promover a mobilização dos mesmos; contribuir para o aperfeiçoamento das actividades das organizações e das suas práticas de trabalho e para a boa implementação das orientações do Planos Nacionais de Acção para a Inclusão. No total foram realizados 34 micro-projectos. No Seminário foi apenas possível conhecer 7 das experiências² (uma por país), no entanto, no geral estas foram conduzidas a nível nacional por Universidades, organizações públicas e privadas (que integraram uma diversidade de actores), tendo havido igualmente a participação de pessoas em situação de pobreza e exclusão social.

Todos os produtos alcançados e todas as actividades desenvolvidas permitiram que o CIARIS chegasse a um conjunto alargado de públicos, mas permitiram também o seu aperfeiçoamento para melhor responder às solicitações e às necessidades das Organizações.

¹ Estiveram presentes representantes dos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão (PNAI) de alguns dos países parceiros (Portugal, Irlanda, Hungria e Roménia), assim como representantes da Organização Internacional do Trabalho e da Comissão Europeia.

² As experiências realizadas encontram-se sumariadas no Guia de Utilização CIARIS, publicação final do Projecto.

As lições, o impacto e o futuro

As experiências desenvolvidas no MULTIPLICAR permitiram aos parceiros questionar a possibilidade de identificar novas Organizações e novas áreas de trabalho onde fosse possível utilizar o CIARIS, assim como a possibilidade de desenvolver uma nova fase deste projecto. Para ajudar na concretização destas ideias a terceira parte do Seminário foi dedicada a reflectir sobre a verdadeira aplicabilidade do MULTIPLICAR, assim como nos caminhos a seguir para o desenvolvimento de um novo projecto e de novas experiências usando o CIARIS⁴. Tendo em conta a diversidade de intervenientes e os seus diferentes contributos para a continuidade de um projecto como o do MULTIPLICAR foram colocadas algumas perguntas em torno de alguns elementos chave: o enquadramento futuro de uma experiência como o MULTIPLICAR/CIARIS ao nível de futuros programas europeus; a efectiva ligação e os contributos do CIARIS para os PNAI's; que aprendizagens são possíveis de serem retiradas da experiência MULTIPLICAR; em que medida o CIARIS deve melhorar; em que medida o CIARIS pode ser uma plataforma de aprendizagem para os mais desfavorecidos; qual a sustentabilidade possível de uma ferramenta como o CIARIS.

No que diz respeito aos contributos para a definição e implementação dos PNAI's verificou-se uma certa diferença entre os países parceiros do Projecto. A principal razão para esta diferença residiu nos diferentes estados de desenvolvimento dos Planos. Se por um lado, temos países como a Itália onde o PNAI ainda não foi definido derivado a diversas situações (nomeadamente mudanças ao nível do Governo) que, de uma forma e de outra, impedem o estabelecimento de uma efectiva interlocução com os Organismos Governamentais; existem outros em que o processo é extremamente recente (países de leste) e outros ainda, como Portugal e Irlanda, onde os Planos vão sendo desenvolvidos de acordo com os prazos e as recomendações europeias desde 2000.

Em termos gerais o CIARIS é visto como uma plataforma útil de acompanhamento aos Planos, no entanto, uma das barreiras prende-se com a língua. Os conteúdos do CIARIS precisam de ser traduzidos para a língua de cada um dos países. No mesmo sentido, deve-se procurar apostar e desenvolver mais *links* para experiências e projectos existentes a nível local e nacional de modo a impedir que o CIARIS assuma um carácter académico e se revele muito pouco adequado aos actores. Este receio foi apontado pelo representante do PNAI da Irlanda, país onde já existe todo um conjunto de outras plataformas bem enraizadas no trabalho das organizações e em relação às quais o CIARIS assume um carácter complementar. A ideia é que o CIARIS se coloque lado a lado com estas e outras plataformas, enriquecendo-se e enriquecendo-as.

Por sua vez, em Portugal, e segundo a Coordenadora do PNAI, o CIARIS poderá assumir um papel a 4 níveis: ao nível da informação; ao nível da formação (ao ser um instrumento nivelador da informação, por exemplo, entre os voluntários); ao nível da consciencialização pública e ao nível do planeamento de várias das medidas

do PNAI. No entanto, cada vez mais é entendido que o CIARIS deve ser dotado de uma *plasticidade* pois terá de se ir adaptando às necessidades sentidas. Esta só será conseguida se houver uma actualização e reflexão permanente dos seus conteúdos e dos seus serviços. Para isso a OIT considera que devem ser desenvolvidos esforços para encontrar novas formas de financiamento do CIARIS, uma vez que esta plataforma ao ser disseminada e utilizada em novas realidades/países terá necessariamente diferentes interfaces que precisam de ser "alimentados". Para a OIT será cada vez mais difícil gerir esta "multiplicação" de novas plataformas, quer em termos técnicos, quer em termos financeiros. Neste sentido, terão que ser os diferentes actores em cada um dos países a procurar meios e recursos para assumirem este papel, constituindo-se a OIT como um forte e fiel aliado.

No que diz respeito à possibilidade de continuidade de um Projecto como o MULTIPLICAR onde sejam exploradas novas formas de utilização da plataforma e demonstradas as potencialidades da mesma na luta pela inclusão social foi apresentado em linhas gerais o Programa PROGRESS.⁵

Tendo em atenção que serão privilegiados os projectos cujas acções versem a produção de conhecimento (estatísticas, indicadores, estudos), a aprendizagem mútua e a consciencialização da sociedade, assim como, a cooperação entre todos os actores, um projecto como o MULTIPLICAR e uma plataforma como o CIARIS poderá encontrar no PROGRESS um meio de continuar a alargar a sua acção.

Desde 2003 que a Rede Europeia Anti-Pobreza vem reconhecendo as mais valias que uma ferramenta como o CIARIS pode trazer para o trabalho das várias Organizações que promovem, directa e indirectamente, o combate à pobreza e à exclusão social. O Projecto MULTIPLICAR foi para nós, não só uma forma de dar a conhecer este instrumento, mas também de utilizá-lo a diferentes níveis e em diferentes realidades, nacionais e transnacionais. O CIARIS permitiu abrir novas vias de pensamento e repensar as estratégias de luta contra a pobreza. Passado este ano e meio reconhecemos que devem ser produzidas alterações na Plataforma de modo a tornar o CIARIS:

- um instrumento mais local, sem nunca esquecer o Global (*há que pensar globalmente e saber agir localmente*);
- criar conteúdos que versem grupos mais específicos;
- direccioná-lo para desenvolver actividades ao nível dos próprios grupos mais excluídos;
- continuar a trabalhar no sentido da plataforma se adaptar melhor às diferentes realidades.

Para tal há que continuar a *multiplicar* experiências e este é um compromisso que a REAPN espera continuar a assumir.

⁴ Para assegurar este debate estiveram presentes na mesa redonda os seguintes convidados: Amélie Schmitt (OIT Budapeste); Philippe Marcadent (OIT Genebra); Lúcia Pereira (DG Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades); Ciaran Diamond (PNAI da Irlanda); Gyorgyi Vajda (PNAI da Hungria); Mihnea Filimon (PNAI da Roménia); Fernanda Rodrigues (PNAI de Portugal); Jordi Estivill (Avaliador externo do Projecto) e Sérgio Aires (Coordenador do Projecto).

⁵ O PROGRESS (*Community Programme for Employment & Social Solidarity*) engloba 4 Programas de acção: a luta contra a pobreza e a exclusão social; a Igualdade de Oportunidades; Anti-discriminação e o Emprego. Este programa estará em vigor entre 2007 e 2013.

Mostra Social Arte&Jovem

O Núcleo Distrital de Braga da REAPN organizou, em parceria com diversas entidades públicas e privadas, uma Mostra Social subordinada ao tema “Arte&jovem”. Esta iniciativa que decorreu entre os dias 12 e 14 de Setembro de 2006, teve como principais objectivos divulgar o trabalho promovido pelas entidades de carácter social sem fins lucrativos do distrito, promotoras de serviços e actividades dirigidos a crianças e jovens, assim como a troca de experiências e de boas práticas neste domínio. A Mostra Social, para além dos stands das instituições participantes, concretizou-se através de outras actividades paralelas como a animação de rua e o workshop “A criança institucionalizada”.

Criança institucionalizada: agilização dos projectos de vida¹

Nos termos do artigo 69º da Constituição da República Portuguesa as crianças têm direito à protecção da Sociedade e do Estado. Assim, o apoio às crianças através das instituições concretiza, em regra, o objectivo desta disposição legal: a cooperação entre o Estado e Sociedade tanto na abertura como na manutenção dos Cats² e Lares que acolhem crianças. O Estado colabora financeiramente e a sociedade civil colabora gerindo e dedicando-se melhor a essas instituições. A sociedade, através das IPSS e das Famílias de Acolhimento, continua a ter o maior número de crianças e jovens acolhidos. Em 2005 estavam **acolhidas 13.833 crianças**, quer em instituições como em famílias de acolhimento. Destas crianças acolhidas 52,75% eram rapazes. Dos acolhidos a maioria (66,2%) não têm o 1º ciclo concluído e situam-se entre os 10 e 14 anos. A maior tranche dos acolhidos têm idade entre os 12 e 17 anos (45,8%). Com mais de 18 anos estavam acolhidos 12,1% e com menos de dois anos 9%.

A **caracterização dos familiares** de onde emergem estas crianças, revela a *desestruturção familiar* a qual ronda os 55,8%, enquanto que as questões *sócio-económicas* afectam 47,4%, ficando em segundo lugar. E das *problemáticas das famílias* donde foram retirados, 70,7% respeitavam a situações de negligência, enquanto 22,3% diziam respeito a alcoolismo e 10,2% a debilidades psíquicas.

Relativamente aos **tipos de acolhimento** estavam 7.671 (58,2%) de jovens acolhidos em Lares; 3.396 (25,7%) acolhidos em Famílias de Acolhimento, englobando-se aqui tanto as familiares naturais como as famílias estranhas à família natural; em Centros de Acolhimento Temporário estavam 1.868 crianças acolhidas.

Pelo que respeita ao **tempo de duração** dos internamentos, 30% dos internados tinham *mais de seis anos* de permanência em Lares, o que é excessivo e revelador das dificuldades sentidas para se encontrar alternativas à institucionalização.

Relativamente aos **projectos de vida** definidos, a maioria continuou onde estava, ou seja, para 42,1% dos acolhidos

perspectivou-se continuarem no Lar que os havia acolhido (5.557), para 13,7% perspectivou-se continuar na família de acolhimento e só 12,7% dos acolhidos perspectivou-se o regresso à família natural, e 9% de regresso à família alargada.

Para adopção só foram encaminhados 10,1% ou seja 1.332 crianças em 2005. Tal encaminhamento para adopção saiu essencialmente dos Cats, contribuindo com 50,5% dos casos que seguiram este projecto de vida.

Em matéria disciplinar, hoje entende-se ser necessário e adequado abrir instituições para adolescentes com condutas desviantes, muito próximos da delinquência, a funcionar em moldes muito semelhantes aos centros educativos. Parece necessário instituições de protecção mais fechadas, as quais permitam impedir a fuga continuada dos jovens e poder-se aplicar um sistema educativo mais eficaz.

Neste universo de acolhidos, conclui-se em primeiro lugar que *o princípio do superior interesse da criança* que é sem dúvida ter direito a viver numa família, após ser afastado do perigo, está longe de ser atingido. A institucionalização foi um bem para a criança que carecia desse acolhimento, retirando-a duma situação de perigo mais gravosa para a sua educação e formação. Porém, continuar institucionalizado, por mais de seis anos, cerca de um terço dos acolhidos, parece-nos excessivo relativamente ao direito em viver numa família, em termos clássicos e não numa instituição.

Em segundo lugar e a questão essencial *a concluir* é que os **projectos de vida** das crianças e jovens acolhidos tanto em instituições como em famílias de acolhimento devem ser mais agilizados. Para tal entendemos que os lados do *triângulo da agilização* dos projectos de vida se pode desenhar com estas entidades:

- 1º Equipa Técnica junto das Instituições;
- 2º Segurança Social;
- 3º Ministério Público titular do processo de promoção e protecção.

Este trio deveria reunir periodicamente, pelos menos um vez por mês, sobre as situações mais demoradas ou em tempo, por exemplo, de seguirem para adopção. Só a força conjunta deste trio pode ganhar eficácia nos projectos de vida.

¹ Resumo da intervenção no Workshop “Criança institucionalizada”.

² Centro de Acolhimento Temporário.

Por outro lado, todos os processos das crianças e jovens acolhidos deveriam ser apreciados prioritariamente relativamente aos processos daquelas que estão a ser apoiadas junto de seus pais.

Falta no ordenamento jurídico um instituto do *tipo da tutela* que permita e agilize a integração de centenas de jovens institucionalizados em *famílias tutoras, famílias de afecto*, sem terem de ser adoptados, mas apenas com tutela até serem autónomos. Estamos em crer que tal solução teria aceitação de centenas largas de casais de classe média, cujos filhos, muitas vezes filhos únicos, os quais já saíram da casa de família, e que estariam interessados e disponíveis para ajudarem a educar outro jovem até à sua autonomia, mesmo não estando em condições de adopção.

Em resumo, fechando um pouco mais algumas instituições para adolescentes muito problemáticos, agilizando o triângulo dos projectos de vida referido e trabalhando num projecto de famílias tutoras e/ou de de afecto, certamente poderíamos desinstitucionalizar

mais jovens e dar-lhes oportunidade de viverem em famílias.

Maia Neto
Procuradoria da República
Comissão Nacional de Crianças e Jovens em Risco



Instituições de acolhimento a menores: itinerários de intervenção³

Trago-vos [para este encontro] sete ideias muito simples que pretendem animar a reflexão. Este encontro (...) abre janelas por onde se pretende que entre a aragem fresca das ideias, da discussão e da formulação de itinerários de intervenção. Conheço a complexidade do dia-a-dia das instituições. Compartilho a angústia e o desespero com que os dirigentes e os técnicos enfrentam muitos problemas (...). Os tempos que correm aconselham a que não nos iludamos, a que não esperemos por soluções e receitas milagrosas, sugerem que façamos valer as nossas competências. Nós somos capazes de autonomizar (...), qualificar e especializar ainda mais as nossas intervenções (...) de, com imaginação e realismo, descobrir e criar novas e perfumadas vagas de oportunidades de sucesso para as nossas crianças e jovens. Reconheço que se fala muito sobre a matéria que aqui nos juntou. Neste, como em quase todos os assuntos da vida, estamos numa sociedade saciada, obesa de informação e, em contrapartida, faminta, raquítica em matéria de valores. afecto, certamente poderíamos desinstitucionalizar mais jovens e dar-lhes oportunidade de viverem em famílias.

Primeira reflexão

As crianças merecem tudo. Porque merecem tudo, curiosamente, não lhes podemos dar tudo. É que as manhãs repetem-se e nunca são iguais. Temos que guardar um resto do tudo, para darmos às crianças quando elas necessitem. (...) O mesmo acontece com os jovens. Eles merecem tudo. E porque merecem tudo, cumpre-nos dar-lhes um bocadinho menos do que tudo. Os direitos da criança, os deveres dos adultos, não se esgotam num só dia.

Tudo se quer no seu lugar: com conta, peso e medida. Cuidados em excesso, podem infantilizar; cuidados por defeito, podem provocar rupturas e desvios comportamentais.

Relação de amor. Ordem. Responsabilidade. Família. Estudo. Trabalho. Respeito. Verdade. Participação. Disciplina. Tolerância. Fraternalidade. Honestidade. É este o caminho. Cumpramos (...) naturalmente, sem constrangimentos. As crianças e os jovens tomarão o nosso exemplo. Também eles verão que é o trilho certo. Descobri-lo-ão por si. Cumprirão o desígnio e o desafio da descoberta.

Segunda reflexão

Ao lado dos direitos das crianças colocam-se os direitos dos pais e os direitos das famílias. Não podemos endeusar os direitos das crianças e dos jovens e secundarizar os direitos dos pais e das famílias. Temos que actuar com equilíbrio, contextualizando as situações, procurando responder, não só a um dos direitos, mas à pluralidade de direitos que se entrecruzam (...).

³ Excertos da Comunicação apresentada em Braga, no dia 13-09-2006, no Auditório da Casa dos Crivos, no Painel "Que tipologia e organização para as instituições de acolhimento de menores?" no âmbito do Workshop «A Criança Institucionalizada».

Não podemos retirar uma criança dos pais biológicos só porque estes vivem numa barraca sem casa de banho e não têm rendimentos para habitação mais digna; ao direito da criança de receber os necessários cuidados de higiene e de saúde corresponde, nos pais, o direito constitucional «a uma habitação de dimensão adequada, com condições de higiene e conforto (art. 65).»

Ao lado do direito das crianças e das famílias existe o direito das pessoas. Que não podem ser discriminadas em função da idade, raça, sexo, religião, profissão, situação social, etc. (...).

Terceira reflexão

A institucionalização de crianças e jovens deve ser a *última ratio* da intervenção no âmbito dos menores. Uma derradeira bengala para evitar uma queda desastrosa. O último apeadeiro de uma viagem conjunta, que envolva menores, técnicos, famílias e comunidades, no sentido da integração, da autonomia e da responsabilização social de crianças e de jovens. Um recurso, extremo, para ser utilizado quando tudo falha. A institucionalização deve ser preparada do exterior. Com profissionalismo. Com verdade. Para que a instituição não surja como um mal necessário, como um depósito de enjeitados, mas sim como uma oportunidade efectiva de afirmação plena da pessoa, das crianças e dos jovens. (...)

Já passou o prazo de vigência do modelo assistencialista. Já caducaram, há décadas, muitas das rotinas que permanecem no interior das nossas organizações. Temos que profissionalizar quase tudo. Temos que eliminar o que está mal. Temos que dizer não ao que não serve e a quem não serve, independentemente da boa vontade de pessoas e da gratuidade das ajudas que nos oferecem. Hoje, há ofertas inadequadas, que minimizam os seus destinatários, que têm um preço amargo no futuro das crianças e dos jovens.

Temos que reflectir sobre o passado e a cultura das nossas instituições. Temos que, a partir daí, não as afastando do seu sentido finalista, com a argamassa que as solidificou, reestruturá-las, reorganizá-las, regulamentá-las, modernizá-las, arejá-las, torná-las competitivas, dinâmicas e atractivas.

As nossas instituições cumprirão os seus objectivos quando forem queridas pelas crianças e pelos jovens. Queridas de verdade. Não podem ser queridas apenas no poema que as crianças decoram para recitar no dia da Festa de Natal ou de Final de Ano. Têm que ser estimadas com verdadeiro sentimento. Não vão longe as instituições que se acomodam à situação de serem apenas consentidas, toleradas ou suportadas pelos jovens.

Quarta reflexão

As instituições têm que adoptar a flexibilidade como princípio e, embora com uma cultura própria e um projecto educativo de médio prazo, devem ajustar os seus modelos e as suas práticas à diversidade das necessidades educativas e formativas dos seus

educandos. Sabemos que as instituições acolhem crianças e jovens com características muito diversas: nas idades, nas origens, na situação dos pais, nos problemas que carregam, na qualidade da rectaguarda familiar, etc..

É todo um mundo de complexidades e de desafios que inunda as instituições, a exigir das pessoas coração aberto, uma grande disponibilidade para o serviço, rigor, profissionalismo, responsabilidade e adaptabilidade. Cumpre às instituições receber, integrar, educar e autonomizar as crianças. Ao mesmo tempo, cabe às instituições promover a recuperação das famílias. Não tenhamos ilusões. Ninguém o faz melhor do que as instituições!... Se a família nuclear não responder, então as instituições têm que procurar referências e boa vontade na família alargada. Se tudo falhar, então sim, a adopção pode ser possível e pode ser verdade. Mas, aí, temos que pensar rente ao solo: são poucos, são muito poucos os casais que estão disponíveis e preparados para adoptar a criança que lhes cair em sorte, e são muito menos os casais que estão disponíveis para adoptar crianças já crescidas!...

São muitas as crianças que atingem a maioridade nas instituições e que não têm outra referência na sociedade. Por quê? Porque não há modelos de intervenção «pronto-a-vestir». Porque os pais podem falhar quando as crianças são bebés, mas também podem falhar quando as crianças são mais crescidas. Aí, não há adopção que lhes resista!... O problema dos jovens maiores é um desafio, colossal, que se coloca aos Lares e aos Internatos. Numa altura em que o desemprego grassa. Numa altura em que a sociedade é egoísta e a competição entre as pessoas é anónima e feroz.

Quinta reflexão

A união e a cooperação inter-institucional são fundamentais. Temos que dar as mãos. Não há outra saída.

Cumpra-nos reprovar a atitude daqueles que, de repente, por moda, começaram a atirar a sua má disposição crónica para cima dos Lares e dos Internatos. Há um passado de trabalho e de serviço aos outros que não pode ser apagado com a esponja suja das fígadas gratuitas da pedofilia ou dos maus-tratos. Venham visitar as instituições!... (...) Hoje, as instituições estão abertas ao escrutínio social, vivem para fora, prestam contas de tudo!... No que estão mal, não são mais do que o retrato da sociedade que somos todos nós!...

Uns dizem que as instituições são fonte de maus-tratos. Que eram espaço de protecção contra os maus-tratos, sabíamos. Que eram origem de maus-tratos, não sabíamos. Mas, se assim o querem, se querem etiquetar as instituições como fontes de maus-tratos, então coloquem no mesmo cesto a Família, a Escola, a Sociedade, a Adopção, etc. (...).

Sexta reflexão

Não actua bem quem não diagnostica e avalia em condições. Por isso, somos a favor da existência de uma unidade de entrada nas instituições de acolhimento.

Independente e isolada das unidades estabilizadas. Onde se acolha a criança com afecto e se realizem, com tempo, todos os exames que conduzam a um diagnóstico consistente e à elaboração de um Plano de Intervenção Individual que corresponda às necessidades da criança.

Como deve ser constituída esta unidade de entrada? Para um lar com capacidade para 42/49 crianças (6/7 unidades) [esta] deve ter capacidade para 12/15 crianças. Que podem permanecer na unidade durante algum tempo (3/6 meses), sendo encaminhadas para as unidades estabilizadas da própria instituição, para unidades especializadas do interior ou do exterior ou, se for caso disso, para adopção.

Do nosso ponto de vista, o corpo de profissionais da unidade de entrada deve ser constituído por um psicólogo, uma assistente social, um pedopsiquiatra, um médico de clínica geral, uma enfermeira, um educador, um jurista. Todos se pronunciam sobre todas as crianças e, em reunião de equipa, semanal, avaliam os casos e vão formando uma vontade colectiva relativamente a cada um deles. Se possível com o contributo do jovem e da sua família. Partindo de alguns princípios:

- Que todas as crianças nasceram para serem felizes; que nenhuma delas sai de casa ou é retirada de casa para ser infeliz; compete-nos não executar o papel de carrascos de uma qualquer infelicidade;
- Que a intervenção deve ser mínima;
- Que a intervenção deve estender-se à família. Em simultâneo com a intervenção dirigida à criança;
- Que a intervenção deve ser proporcional à gravidade do problema enfrentado;
- Que o Plano de Intervenção não é uma peça estática. Tem que ser avaliado periodicamente. Tem que ser revisto e reajustado em função dessa avaliação.

Sétima reflexão – o nosso sonho

O nosso projecto passa pela criação de um conjunto de estruturas complementares que, no seu conjunto, proporcionem a todas as crianças e jovens por nós acolhidas, a intervenção certa para o seu problema concreto.

Na nossa organização valorizamos muito o Projecto Educativo, o Plano Anual de Actividades e o Regulamento Interno. É a partir destes três instrumentos que o Conselho Técnico e a Direcção (...) [do Lar Feminino de Santa Estefânia] elaboram e aprovam, com a colaboração de todos os interessados, os Planos Individuais de Intervenção, que depois serão desenvolvidos e avaliados, com uma filosofia de intervenção humanista e universalista, faseada e progressiva, visando a crescente autonomia e emancipação dos educandos.

No ponto anterior falamos na unidade de entrada. É

uma unidade de transição.

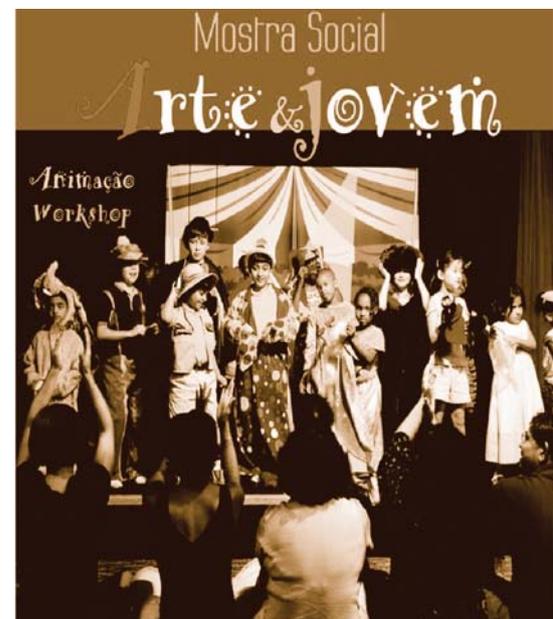
Como segunda estrutura do nosso projecto figuram as unidades estabilizadas. São unidades que recebem as crianças e os jovens em internamentos que se prevêem prolongados. Teremos entre 6 a 7 unidades, com capacidade para 7 crianças cada uma. As educandas serão distribuídas pelas unidades segundo critérios que favoreçam a sua adaptação, o seu envolvimento positivo com os pares e o seu crescimento com confiança, auto-estima, e controlo emocional.

Como terceira estrutura do projecto temos a unidade transitória de saída. É uma unidade fisicamente autónoma. Acolhe as jovens que terminaram a escolaridade e que preparam ou já iniciaram a sua integração na vida activa (profissional). Terá capacidade para 12/15 jovens.

Como unidades especializadas, para onde podem transitar crianças e jovens da unidade de entrada (regularmente) e das restantes (a título excepcional), constituiremos:

- Uma unidade de vida, para mães adolescentes;
- Uma unidade para jovens com problemas de saúde mental;
- Uma unidade para tratamento de dependentes. Como unidades de apoio à unidade de transitória de saída, constituiremos unidades económicas de produção nas seguintes áreas:
 - Centro de cópias;
 - Centro de costura e bordados;
 - Café e Pastelaria.

José Fernando Rodrigues Alves Pinto
Presidente da Direcção
Lar de Santa Estefânia



Sastipen - Redução das Desigualdades de Saúde

nas Comunidades Ciganas

Maria José Vicente
mj.vicente@reapn.org

Chegamos ao fim de mais uma etapa no percurso de uma longa caminhada ao nível das comunidades ciganas, constituindo o Projecto Sastipen uma gota de água no processo de inclusão social destas comunidades. As condições de carência socio-económica, os défices educativos, as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, as deficiências nos cuidados de saúde e da sua qualidade de vida, são elementos que situam as comunidades ciganas entre os grupos mais vulneráveis da União Europeia.

A saúde é um indicador importante de desigualdades nas comunidades ciganas, de qualidade de vida e de participação na sociedade civil como cidadãos de pleno direito. A organização Mundial de Saúde (OMS) define saúde “como um estado de bem-estar físico, mental e social e não apenas como ausência de doenças ou enfermidades”.

A pobreza e as más condições de habitabilidade destas comunidades, associadas à discriminação persistente nos serviços de saúde, levam à incidência considerável de algumas doenças. A marginalização das comunidades ciganas, as suas condições socio-económicas e a dificuldade de acesso às estruturas de informação, de educação e de saúde pública, fazem com que estas comunidades apresentem características que as tornam mais susceptíveis a uma saúde deficitária.

É neste sentido que, desde de 2004, alguns Estados-membros direccionaram os seus esforços para a consciencialização das entidades públicas e privadas, dos profissionais de saúde, dos mediadores ciganos e de outros agentes que estão interessados em melhorar a situação de saúde actual das comunidades ciganas. É neste contexto que a Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal vem desenvolvendo, desde Fevereiro de 2005 (até Dezembro de 2006), o projecto europeu *SASTIPEN “Redução das Desigualdades de Saúde na Comunidade Cigana”* financiado pela Comissão Europeia no âmbito do Programa Europeu de Saúde Pública (2003-2008). Este projecto tem como principal objectivo melhorar a qualidade de vida e de saúde das comunidades ciganas, reduzindo as desigualdades que estas apresentam, através de um conjunto de acções/recomendações e de uma estratégia de saúde integrada e intersectorial.

No âmbito de um conjunto alargado de actividades, pode referir-se as seguintes acções:

a) Levantamento da bibliografia existente sobre as condições de vida e de saúde das comunidades ciganas, através da recolha de estudos, relatórios, documentos e comunicações de forma a criar uma base de dados, de conhecer a situação destas comunidades no domínio

da saúde e de articular prioridades e políticas;

b) Realização de grupos de trabalho com o objectivo de diagnosticar² os principais problemas e de apresentar algumas medidas de acção.

c) As acções de formação funcionam como um momento central do projecto, na medida em que se pretende promover um espaço de aprendizagem, reflexão e discussão sobre algumas problemáticas de saúde e as questões culturais da comunidade cigana, fomentando a partilha de experiências, de conhecimentos e de estratégias. Permitem sensibilizar e formar agentes-chave para promover a qualidade de vida e de saúde das comunidades ciganas, reduzindo as desigualdades que estas comunidades enfrentam. A **acção de formação para os mediadores Interculturais** potencia a figura do mediador como actor privilegiado dentro das comunidades e enquanto elemento essencial de articulação com os serviços de saúde, através dos seguintes módulos formativos: Saúde e as Comunidades Ciganas; Cuidados Primários de Saúde e Algumas Áreas Específicas de Saúde. Por sua vez, a **acção de formação para os Profissionais de Saúde** pretende colocar à disposição dos profissionais de saúde um conjunto de ferramentas, instrumentos, conhecimentos (nomeadamente sobre as características culturais destas comunidades), experiências de boas práticas no âmbito da saúde que melhor os ajudem a lidar e a intervir com estas comunidades. Pretende, igualmente sensibilizar e reflectir as questões da multiculturalidade, as especificidades da cultura cigana e a temática da saúde por relação com as comunidades ciganas através dos seguintes módulos formativos: Cultura, História e Tradição; Educação Intercultural; As Comunidades Ciganas e a Saúde e Práticas e Medidas de Intervenção com as Comunidades Ciganas no âmbito da Saúde.

¹ Trata-se de uma parceria transnacional (Espanha, Portugal, Grécia, Itália, Bulgária, Roménia, Hungria, Eslováquia e República Checa), composta por entidades cuja área de intervenção incide nas comunidades ciganas.

² O levantamento dos problemas e as respectivas recomendações foi realizado com a colaboração de um conjunto de entidades e pessoas que trabalham directamente com estas comunidades e na área da saúde, bem como com os próprios elementos da etnia cigana.

d) A elaboração de um *Guia para a Intervenção com as Comunidades Ciganas nos Serviços de Saúde*³.

Este guia constituiu o principal resultado do projecto e responde, assim, à necessidade de minimizar as desigualdades de saúde das comunidades ciganas, principalmente, ao nível da acessibilidade aos bens e recursos que os serviços de saúde dispõem. A pertinência desta questão, na qual estão envolvidos todos os profissionais (profissionais de saúde, administrativos e outros) exige a necessidade de implementar e articular medidas de acção, de forma a assegurar que todas as pessoas ciganas que acedem ao sistema de saúde recebam um tratamento igual e culturalmente adequado às suas necessidades específicas. Assim, o principal objectivo deste guia é oferecer aos diferentes profissionais do sistema de saúde um conjunto de recomendações, que orientem a sua intervenção em relação aos doentes da etnia cigana e contribuir para o desenvolvimento de serviços de saúde culturalmente adequados à população cigana (reconhecendo e respeitando a sua identidade cultural). Pretende-se, igualmente, suprimir a existência de um conjunto de ideais pré-concebidas e generalizadas que influenciam negativamente a intervenção com a população cigana, como por exemplo:

- Os ciganos são um povo marginalizado;
- A população cigana é uma ameaça para os serviços de saúde;
- Não se pode oferecer um tratamento específico às comunidades ciganas.

Ao longo deste guia, apresentamos **um conjunto de elementos e recursos que contribuem para a eliminação de certos preconceitos** assim como **um conjunto de orientações práticas que devem ser implementadas nestes serviços**. No entanto, temos consciência das limitações do sistema de saúde e dos seus profissionais, mas também que é possível a **integração de boas práticas de acção, no sentido de melhorar a relação existente entre os intervenientes e minimizar as desigualdades de saúde**.

Tendo por base estas actividades decorreu em Madrid, nos dias 26 e 27 de Outubro, nas instalações do Ministério da Saúde e do Consumo, o Seminário Final do Projecto **“Sastipen” – Igualdade, Saúde e Comunidade Cigana**. Este encontro contou com a participação de organizações-chave neste domínio, designadamente a Comissão Europeia e o Ministério da Saúde e do Consumo espanhol, bem como as entidades responsáveis pela implementação do projecto. Foi possível, igualmente, a presença de instituições, públicas e privadas, que trabalham directamente com as comunidades ciganas, de associações ciganas e alguns membros destas comunidades.

Por um lado, tentou-se apresentar os principais resultados do projecto, procurando sensibilizar para a

situação social e de saúde das comunidades ciganas e, por outro lado apresentar um conjunto de estratégias de forma a capacitar a população cigana para o cuidado responsável da sua própria saúde e o uso adequado dos serviços de saúde. Este Encontro revelou-se um momento importante de reflexão e partilha de experiências existentes a nível nacional e europeu (boas práticas de intervenção) e a apresentação de algumas estratégias e recomendações que devem ser incluídas nas medidas/políticas de inclusão social e no sistema de saúde no sentido de promoverem a igualdade de oportunidades das comunidades ciganas.

Em síntese, o principal contributo do Projecto Sastipen é incorporar **novos conceitos na intervenção** (tais como mediação intercultural, diversidade, inclusão da diferença, ...), **formas diferentes de observar a realidade, novas metodologias de intervenção**, entre outros, que permitam aos profissionais de saúde cumprir melhor as suas funções, obtendo melhores resultados no seu trabalho quotidiano e reduzir a possibilidade de surgimento de conflitos. Pretende, igualmente, facultar um maior conhecimento sobre as comunidades ciganas que nos permita entender as suas atitudes, as suas formas de vida e os seus comportamentos nos serviços de saúde de forma a reduzir as desigualdades existentes, assim como melhorar a qualidade de vida destas comunidades. Não se trata de obter uma “formação” específica no atendimento de cada “grupo diferente”, mas sim ter presente um conjunto de ferramentas como a comunicação (empatia, relação de proximidade e de confiança), as atitudes mediadoras, a gestão de conflitos, entre outros que são universalmente válidas para trabalhar com grupos culturalmente específicos. *“Convenções sociais e comportamentos evidentes para uns não fazem parte da experiência de outros, modos de vestir, de olhar, de comunicar causam estranheza mútua.”*⁴ Por isso, é necessário concentrar os nossos esforços na inclusão da diferença e da diversidade. Pequenas reflexões, pequenas atitudes, pequenas mudanças que fazem com que a intervenção seja diferente e mais próxima das comunidades ciganas.

³ Este Guia está disponível na REAPN.

⁴ Entreculturais, *Uma Escola. Uma sala de Aulas*, ACIME p.3



O problema inadmissível da pobreza

Jorge Ferreira da Costa Ortiga
Arcebispo Primaz



Na Mensagem para a celebração do Dia Mundial da Paz do ano 2000, o Santo padre lançava uma interpelação que pendura como profecia e desafio: Profecia, num sentido de alerta e denuncia e desafio como compromisso efectivo que não admite adiamentos no discernir as respostas adequadas.

Dizia João Paulo II que a pobreza “é a questão que, em absoluto interpela a nossa consciência humana e cristã”. A pressa da cultura hodierna parece querer passar ao lado desta questão e contenta-se com reflexão em seminários ou congressos, cientificamente estruturados e sociologicamente bem reflectidos, que apresentam dados que escandalizam e envergonham. Só que a questão não reside apenas nestas análises.

Se esta problemática afecta a toda a comunidade humana, o cristão á responsabilidade que lhe toca como cidadão do mundo terá de acrescentar que a qualidade do seu cristianismo passa por aqui. Na verdade, a vida deveria ser um peregrinar de reciprocidade de vidas na partilha de dores para que o “juízo final” se torne exame de consciência a partir da pergunta formulada no início da historia da salvação. Então Javé perguntou a Caim: “Onde está o teu irmão Abel?” Caim respondeu: “Não sei. Sou, proventura, o guarda do meu irmão?” Javé disse: “Que fizeste? Ouço o sangue do teu irmão, chamando da terra por mim” (Gen. 4, 9-11). A morte de Abel, provocada por Caim, faz com que o seu sangue clame por Deus para que “testemunhe” o valor da vida. Naquele momento, a morte aconteceu fruto da violência gerada pela inveja e ciúme. Hoje ela esta a acontecer a milhões de homens e mulheres, como resultado duma teimosia persistente em querer ignorar, e fruto da nossa negligência em discernir as causas e apostar em soluções que diminuiriam a gravidade da situação.

Ao criar o mundo, na belíssima expressão da solicitude, Rei Socialis, Deus criou o homem para “senta-se a mesa do banquete comum” (n.33). Para isso, desde sempre, a Igreja proclamou a grande verdade do destino universal dos bens a partir duma violência quotidiana da solidariedade. O mundo é uma casa comum e para que todos possam experimentar a “festa” da vida um torna-se responsável pelo bem-estar de todos. Nesta perspectiva, somos forçados a admitir que os princípios ainda continuam situados na área das bonitas intenções e propósitos. Quando a mesma encíclica nos refere que o cristão deve promover o “bem de todos e de cada um, porque todos nos somos verdadeiramente responsáveis por todos”, não se trata dum mero repetir a palavra “todos”. Aqui esta uma consciencialização que deve passar pelos hábitos quotidianos nascidos dum pensar que ultrapassa os horizontes mesquinhos duma leitura da vida em termos dum contentar-se com as condições duma vida pessoal digna, ainda que recheada de coisas supérfluas e desnecessárias.

Parece-me que a luta contra a pobreza nasce no modo de pensar o que supor que suscitemos uma cultura da solidariedade. Se cada um não chegar a pensar no plural ou no universal, nunca ultrapassaremos a mentira duma fraternidade universal.

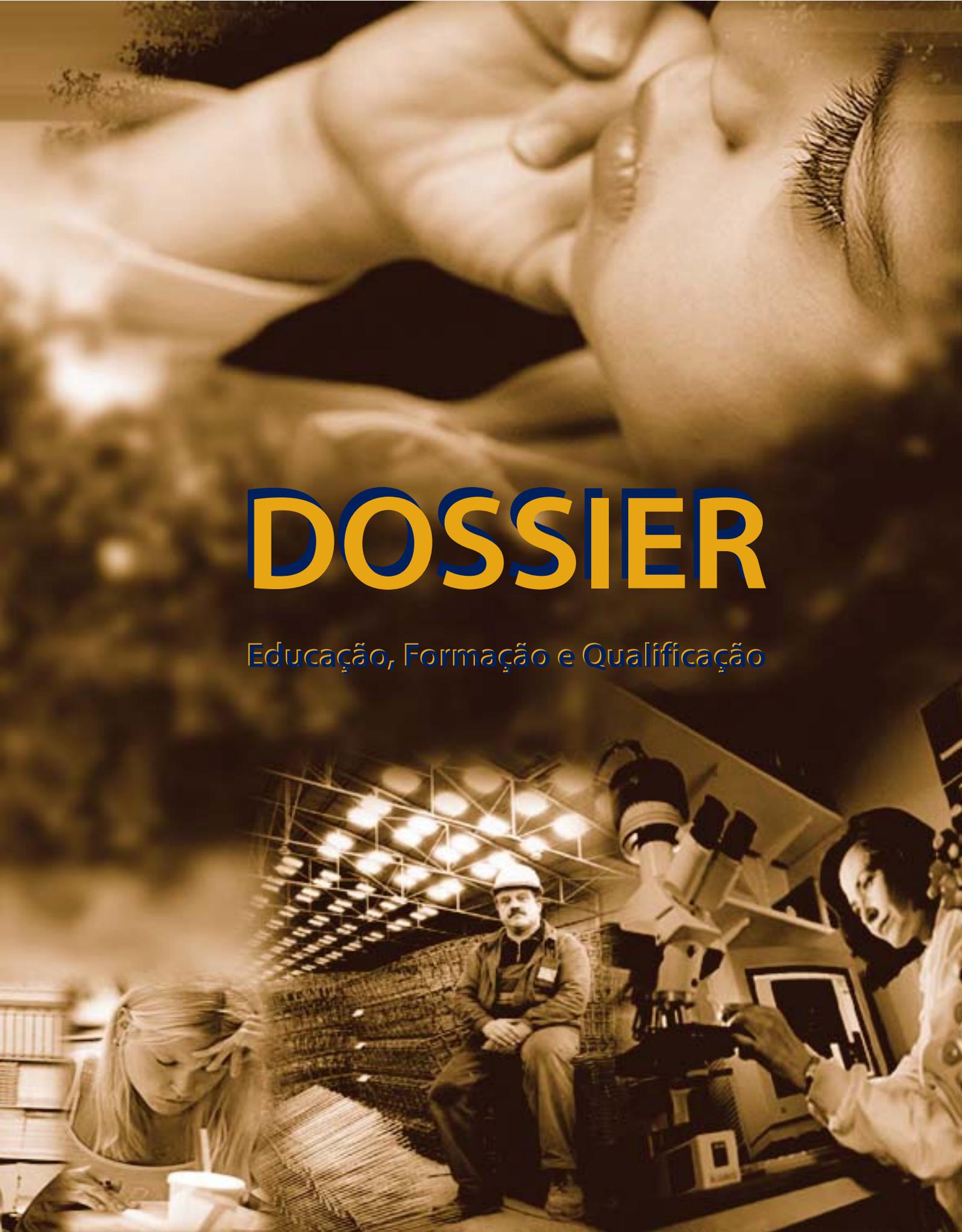
Ao afirmar que a luta contra a pobreza nasce do

pensamento, não estou a centralizar a solução nas teorias. As condições sociológicas são, muitas vezes, relatórios para que tudo continue na mesma e com a agravante de se terem gasto milhões na elaboração dessas teorias que, sendo necessárias, não basta. A cultura da solidariedade, para mim, terá de ser “semeada” no coração de cada um. Aí está a verdadeira causa e solução do problema.

Também já é um *slogan* que importa “pensar global e agir local”. Creio que, também não é esta a solução. Trata-se duma mensagem maravilhosa que deve começar a fazer parte do quotidiano das pessoas para provocar pequenos gestos. A solução da pobreza é, verdadeiramente, uma questão de todos e o pensamento terá de vizibilizar-se em gestos que se tornam eloquentes e que, dum modo permanente, entram no coração do povo para uma acção verdadeiramente universal.

O meu raciocínio mergulha, agora, no contexto social português. Na verdade, uma outra tentação significa pensar que a pobreza esta longe do nós em países considerados subdesenvolvidos. O evangelizar os corações, suscitando uma verdadeira cultura de solidariedade, esta, também, orientando para o realismo das nossas famílias. Na verdade, as ultimas estatísticas referem que Portugal é o país da União Europeia onde a desigualdade na distribuição das riquezas é mais acentuada com a consequência de que seja um dos países com mais população a viver em situação de pobreza ou, atenuando sem menosprezar, em risco de pobreza. Por outro lado, o fosso entre os mais ricos e os mais pobres é o mais elevado da Europa um vês que “os rendimentos de 20% dos portugueses mais ricos são 7.2 vezes superiores aos dos 20% mais pobres”. Os dados são alarmantes e a inversão do sentido passa por orientações legislativas de atenção a estas franjas da população mas, infelizmente, não podemos esperar. As pessoas continuam a viver mal e teremos de agir, denunciando e intervindo. Se referi a importância das respostas pessoais numa conversão do coração, sei que é imperioso falar com dados e mostrar situações de condição de vida indigna. As autoridades e meios que é imperioso falar com dados e mostrar situações de condição de vida indigna. As autoridades e meios de comunicação social orientam a sua política para âmbitos mais sensacionais. A Igreja tem de dar a conhecer o realismo da vida portuguesa. Se caso todos passam pelas ruas e aldeias e não querem “ver”, teremos de “denunciar” a parábola do Samaritano mostrando que não passamos a frente. O país real esta em muitas situações que a comunidades paroquiais deveriam conhecer por dentro, amando-as com o coração para não ficar na insensibilidade mas agir com gestos de solidariedade e com a voz que se empresta a quem já não consegue falara pela rotina da vida desumana a que se habituaram. Há a pobreza silenciada que deverá ser conhecida

Resumindo, direi que a Igreja deverá intensificar a evangelização do social suscitando a cultura da solidariedade que começa na transformação das consciências e intervir, agindo dentro das suas possibilidades, e oferecendo a sua palavra a quem não tem voz para que os portugueses, católicos ou não, acordem para soluções concretas deste complexo problema que não deixa de ser escandaloso.



DOSSIER

Educação, Formação e Qualificação

A aplicação da Estratégia de Lisboa a Portugal, após a sua revisão em 2005, permitiu uma reflexão sobre os nossos estrangulamentos e potencialidades, face ao desafio de um novo posicionamento no espaço europeu e no mundo, mais integrado na sociedade do conhecimento, com maior crescimento económico, mais e melhores empregos e sustentabilidade futura.

O Programa Nacional de Reforma português – Programa Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego (PNACE) 2006-2008 – reafirma-se como um plano de acção que tendo “O seu foco nas reformas económicas traduz a vontade determinada de salvaguardar os valores e as políticas essenciais do Estado Social moderno, garantindo através do crescimento e da competitividade, melhores condições para a sustentabilidade das políticas de emprego, coesão e protecção social”.

Acontece que, como é sabido de todos, o baixo nível de qualificação da população portuguesa constitui um dos principais obstáculos ao seu desenvolvimento e qualidade de vida, não admirando, portanto, que esta questão apareça logo na visão apontada para Portugal: *“Colocar Portugal de novo no centro do processo de desenvolvimento à escala da União Europeia e à escala Global, promovendo o crescimento e o emprego através da melhoria da qualificação das pessoas, das empresas, das instituições, dos territórios, do desenvolvimento científico e do reforço da atractividade, da coesão social e da qualidade ambiental”*.

É reconhecido como um dos grandes estrangulamentos estruturais da nossa sociedade, o “baixo nível de escolarização e qualificação profissional da população portuguesa, com implicações fortemente negativas quer em termos de exclusão e coesão social, quer no avançar para a sociedade do conhecimento e da inovação, quer ainda em termos de aumento da produtividade do trabalho, que reflecte não só a baixa qualificação da população empregada (incluindo empresários e dirigentes de muitas micro e pequenas empresas) e formas pouco inovadoras na organização do trabalho”.

Nesta linha constituem desafios e prioridades centrais do PNACE “Apostar na qualificação dos portugueses, com avaliação e certificação, promovendo uma cultura de aprendizagem ao longo da vida que reduza o *deficit* de qualificações existentes, que reforce a equidade, estimule e responda à necessidade de reforçar a inovação e o empreendedorismo e reduza as disparidades de competências no mercado de trabalho”, para o que reconhece a necessidade de “Aumentar a eficiência do sistema educativo e reduzir drasticamente as taxas de saída precoce e insucesso escolar, através duma cultura de rigor e de exigência e duma melhor adequação do sistema de ensino ao contexto social,

envolvendo de forma acrescida a comunidade, as famílias e os educadores na definição dos projectos escolares específicos, e dum acréscimo de eficácia dos sistemas de protecção social e de promoção da saúde”. O Plano Tecnológico, como um dos pilares fundamentais de concretização da Estratégia de Lisboa, a par do Plano de Estabilidade e Crescimento e do Plano Nacional de Emprego, consagra como eixos verticais de acção o conhecimento, a tecnologia e a inovação, assumindo o conhecimento como o factor essencial de desenvolvimento e competitividade. Este conhecimento não é fixado apenas ao nível da excelência, mas pressupõe uma qualificação de base da população portuguesa, de acordo com as preocupações atrás enunciadas, como condição básica de acesso e manutenção num mercado de trabalho cada vez mais exigente nas qualificações e na capacidade de adaptação, mobilidade e aprendizagem.

A Educação e a Qualificação no PNACE

No PNACE a educação e a formação profissional são vistas num ciclo de vida que vai da educação pré-escolar, ao ensino de nível superior, passando pela aprendizagem ao longo da vida e reconhecendo o papel das aprendizagens informais, nomeadamente as adquiridas no próprio trabalho.

O PNACE apresenta 10 grandes medidas na área da educação, do ensino pré-escolar, ao ensino universitário, passando pela formação profissional, e incluindo esta a educação ao longo da vida.

Sintetizam-se estas medidas, salientando os objectivos visados:

1. Racionalizar e alargar a Rede do pré-escolar.

Pretende-se melhorar a aprendizagem de todas as crianças no ensino formal subsequente, prevenindo a saída precoce do sistema educativo; facilitar a conciliação entre a vida familiar e a profissional; evitar a exclusão social.

2. Programa de generalização do ensino do inglês no ensino básico.

3. Programa de acompanhamento dos professores de matemática.

4. Programa de ensino experimental das ciências.

5. Plano Nacional de Leitura, visando a melhoria das

competências de uso da língua portuguesa – leitura e escrita.

6. *Programa de avaliação das escolas básicas e secundárias.*
7. *Iniciativa Novas Oportunidades.* Pretende-se fazer do 12º ano o referencial mínimo de formação para todos os jovens, apostando, no caso dos jovens, no reforço do ensino profissionalizante de dupla certificação e, nos adultos, na expansão da oferta de Cursos de Educação e Formação e no alargamento do Sistema de RVCC.
8. *Concretizar o Processo de Bolonha e de reforma do ensino superior, com vista a garantir a qualificação dos portugueses no espaço europeu.*
9. *Reforço do sistema de educação e de formação, no quadro da aprendizagem ao longo da vida (ALV).*
10. *Promover a formação e certificação de competências em TIC.*

Balço da Execução das Medidas do PNAE no Domínio da Educação

Estas medidas têm estado em execução, sendo possível apresentar para todas elas resultados concretos, estimulantes para a prossecução da acção e seu aprofundamento, bem como para uma futura avaliação dos seus impactes, como apresentado no 1º relatório de avaliação do PNAE apresentado à Comissão Europeia a 15 de Outubro 2006 e objecto de avaliação muito positiva.

Reproduz-se a análise feita neste 1º relatório, nos aspectos mais significativos para o público em causa neste artigo – educação e luta anti-pobreza/coesão social – em particular no que respeita à iniciativa Novas Oportunidades e à Valorização do Ensino Básico, como factor de base para a igualdade de oportunidades.

Novas Oportunidades

A execução da Iniciativa Novas Oportunidades, detém já um grau de execução superior ao previsto para 2006 em várias das suas medidas, sendo de referir alguns dados já disponíveis, referentes à **execução** da Iniciativa em 2006: No que respeita à primeira vertente, atrás referida:

- Foram tomadas medidas para o alargamento e diversificação da oferta educativa e formativa, tendo sido aumentado o número de turmas de cursos profissionais em escolas secundárias oficiais (de 73 no ano lectivo 2005/2006 para 560 em 2006/2007), tendo o número de alunos matriculados pela primeira vez quase duplicado (12000 para 23000, nos ensinos oficial e particular);
- Cursos de Educação e Formação de nível básico, registando-se um aumento assinalável no número de alunos matriculados (de 12265 no ano lectivo 2005/2006 para 23149 no corrente ano lectivo);

- As vagas para jovens em cursos de dupla certificação elevavam-se a 110.000 (das quais 12.200 em cursos profissionalizantes – mais do que duplica o objectivo definido para este ano).

Estes indicadores evidenciam que o esforço realizado contribuirá certamente para a redução do abandono e do insucesso escolares.

No que toca à segunda vertente – reconquistar a população adulta para a formação:

- Foram tomadas medidas no sentido de garantir o aumento do número de alunos matriculados em cursos de educação e formação de adultos (cursos EFA), através da substituição gradual do ensino recorrente pelos cursos EFA, com o alargamento da realização de Cursos EFA em horário pós-laboral e o aumento das vagas em 4.500;
- Foram dados passos significativos no tocante ao reconhecimento de competências adquiridas pela população adulta. Alargada a rede de centros RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências): no início de 2006 existiam 98 e hoje estão em funcionamento 197 e o número de adultos certificados ascende, em Julho de 2006, a cerca de 55000.

Foram celebrados cerca de 170 acordos com empresas, associações empresarias, Municípios e outras entidades, para a qualificação dos seus activos.

No quadro desta Iniciativa, a actuação dos Centros RVCC pode ser considerada como **prática inovadora**, bem como as parcerias e protocolos entre Ministérios, através, nomeadamente, da criação e disponibilização de um referencial de qualificações (catálogo de referenciais profissionais e de formação) e da utilização comum de espaços existentes.

Valorização do Ensino Básico

Para a valorização do Ensino Básico destacam-se:

- Enriquecimento Curricular: no ano lectivo 2005/2006 foi assegurada a oferta do ensino do Inglês nos 3º e 4º anos em 96% das escolas do ensino básico, beneficiando 86% dos alunos. Para o corrente ano lectivo estão já garantidas as ofertas do ensino do Inglês (3º e 4º anos com cobertura de 99% das escolas), da Actividade Física e Desportiva (96%), da Educação Musical (95%), do Apoio ao Estudo (99%), para além do Inglês para os 1º e 2º anos (35%).
- Formação Contínua de Professores: no ano lectivo 2005/2006 foi assegurada a formação em Matemática professores do ensino básico (1º ciclo), estando já garantida, para o corrente ano lectivo, a formação de mais 7000 professores em Matemática. No caso da disciplina de Português, foram formados 120 formadores nessa disciplina.

- Rede Escolar do 1º Ciclo: foi lançado o estudo com vista à adequação da rede escolar às necessidades actuais, a partir do qual foram elaboradas cartas educativas pelos Municípios, aguardando homologação pelo Ministério da Educação 65 dessas cartas. Foram encerradas cerca de 1500 escolas do primeiro ciclo (estabelecimentos de ensino com população escolar reduzida e/ou apresentando elevado insucesso escolar). Os alunos dessas escolas foram transferidos para escolas de acolhimento com melhores condições ambientais e de socialização, encontrando-se garantida a alimentação e adequada de acordo com o Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições aos alunos do primeiro ciclo através do qual foram cobertas, em 2005/2006, 56% das escolas e abrangendo 43% dos alunos. Foram igualmente assegurados os transportes dos alunos para as escolas de acolhimento. Quando necessário, foram realizadas obras nas escolas de acolhimento tendo sido feitas intervenções em cerca de 350 dessas escolas.
- Estabilidade do Corpo Docente: foi alterado o sistema de colocação de professores, os quais permanecem nas escolas por períodos de 3 ou 4 anos, tendo em vista garantir uma maior estabilidade do projecto educativo e a criação de laços afectivos mais fortes entre os alunos e os seus docentes.
- Tecnologias de Informação e Comunicação: considerando que todas as escolas do primeiro ciclo do ensino básico se encontram ligadas à Internet em

banda larga (cf. **“Programa Ligar Portugal”**), foram lançadas acções com o objectivo de promover a utilização das TIC nas escolas, desde o primeiro ano, do Ensino Básico. Nesse sentido foram apetrechadas as escolas do primeiro ciclo tendo-se atingido o indicador pretendido e um computador por sala de aula. Encontra-se em realização o **“Programa de Competências Básicas em TIC”**, específico para os alunos do Ensino Básico. Foi igualmente realizada a formação de professores em TIC.

- Ensino Experimental das Ciências: foi lançado o **“Programa para a generalização do ensino experimental das ciências no Ensino Básico”** (1º ciclo) tendo sido criado um grupo de trabalho no âmbito do Ministério da Educação. O **“Programa Ciência Viva”** lançou, no ano de 2005/2006, um concurso de projectos destinado a apoiar iniciativas de escolas do ensino básico relativas ao ensino experimental das ciências.
- Medidas Complementares – outras medidas, como o Plano Nacional de Leitura, a Avaliação dos Professores, as intervenções sobre a Higiene Alimentar nas escolas, entre outras, encontram-se já em lançamento para o corrente ano lectivo.

As medidas que têm sido levadas a efeito, no que respeita à valorização do Ensino Básico, têm um efeito estruturante no Sistema Educativo pelo que se esperam profundas repercussões na qualificação dos Portugueses, elemento fundamental da Estratégia de Lisboa.

Educação, Formação e Inclusão Social

Mariana Dias*

Estratégias de intervenção no quadro nacional e europeu

Este artigo baseia-se no estudo prospectivo “Concepção Estratégica das Intervenções Operacionais no Domínio da Educação”, realizado por uma equipa do centro de investigação da Escola Superior de Educação de Lisboa, por convite da Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional¹. Esse estudo visava identificar as áreas críticas do sistema educativo para onde deveriam ser dirigidos os apoios comunitários no horizonte 2007-2013. A proposta elaborada, embora dirigida ao conjunto da sociedade portuguesa, incluía diversas estratégias de combate à pobreza e à exclusão social. São essas estratégias que tentaremos sintetizar no presente artigo.

1) Educação e Inclusão: a situação nacional e os compromissos europeus

As relações entre educação, desenvolvimento económico e inclusão social têm sido objecto de um amplo debate. O investimento em educação tem sido, em especial, associado com o crescimento da economia “o aumento de um ano no nível médio de instrução da população aumenta a produtividade em 6.2 pontos percentuais” (EENEE, 2006 p6). Não surpreende, por isso, que os líderes europeus, ao delinarem o designio de transformar a UE na economia mais dinâmica e

competitiva do mundo, tenham concedido uma atenção muito especial aos problemas da sociedade e da economia do conhecimento. A questão da educação tornou-se, assim, central para a UE e as metas que ela se propôs alcançar até 2010 são exigentes:

- *Universalização tendencial da educação secundária, entre os menores de 22 anos (85% de diplomados);*

* Socióloga, Professora-adjunta da Escola Superior de Educação de Lisboa.
¹ Dias, M. et al (2006), Concepção Estratégica das Intervenções Operacionais no Domínio da Educação, CIED, Lisboa.

- Diminuição do abandono escolar precoce para valores inferiores a 10% ;
- Desenvolvimento dos sistemas de aprendizagem ao longo da vida, de modo a garantir o envolvimento de 12,5% da população activa;
- Melhoria das competências de leitura de crianças, jovens e adultos;
- Aumento do número de diplomados em matemática, ciência e tecnologia, para um mínimo de 15% do total dos diplomados.

Nestas circunstâncias, a conclusão de estudos secundários transforma-se, praticamente, num limiar mínimo para a inclusão no espaço europeu. Atingir os patamares educativos exigidos pela “economia do conhecimento” não constitui, no entanto, para alguns países, uma aposta difícil: o nível médio de instrução da população adulta nos países da OCDE é de 11.8 anos (OCDE, 2004) e na UE a taxa de conclusão do secundário ronda os 70% (Eurostat, 2005). Em Portugal, em contrapartida, o cenário é radicalmente diferente. A esmagadora maioria da população possui uma escolaridade inferior a 6 anos e uma parte significativa da mesma (42,8%) não foi além do 4º ano de escolaridade (Fig. 1). A tarefa com que nos confrontamos representa, por isso, um enorme desafio.

Fig. 1 – População activa por nível de instrução em 2000

Nível de instrução	Nºs absolutos	%
Nenhum	433 200	8,9
Ensino básico:		
1º Ciclo (4 anos)	1 659 700	33,9
2º Ciclo (6 anos)	1 045 600	21,4
3º Ciclo (9 anos)	715 900	14,6
Ensino secundário	585 400	12,0
Ensino superior	452 200	9,2
Total	4 892 000	100,0

Fonte: INE, 2001

Não se trata, no entanto, de um desafio que possamos recusar ou adiar. Com efeito, a hipótese de Portugal não respeitar os acordos europeus em matéria de educação e formação teria pesados custos em termos económicos e sociais. No plano económico, significaria acentuar a dualidade e a “subalternidade” da economia nacional. Em termos sociais, as consequências não seriam menos negativas: as oportunidades de emprego não qualificado estão a diminuir em Portugal e na maioria dos países desenvolvidos; as fronteiras nacionais que protegem certas camadas da população da pobreza, da precariedade e da exclusão entraram num processo de erosão; as políticas sociais tendem a privilegiar os

sectores onde a “taxa de retorno” é mais promissora (jovens, níveis médios ou elevados de educação) ou são secundarizadas face à pressão da competitividade e do crescimento económico.

2) Opções Estratégicas

Nestas circunstâncias, parece-nos de toda a importância que Portugal corresponda aos desafios colocados pela agenda de Lisboa em matéria de educação e de formação. Sabemos que o esforço a realizar é gigantesco. Por isso, recomendamos que as políticas educativas e sociais a desenvolver nos próximos anos se concentrem num número bem delimitado de vertentes, com forte carácter multiplicador no plano do desenvolvimento económico e da equidade social: governabilidade da educação, desenvolvimento de competências-chave para a sociedade da informação e promoção da formação e da empregabilidade (ver fig. 2).

Fig. 2 - Eixos Prioritários de Intervenção



Consideramos, pelas mesmas razões, que as políticas de combate à pobreza e à exclusão social devem conceder uma atenção prioritária aos seguintes aspectos:

1. Incentivar a criação de um sistema de educação pré-escolar abrangente, inclusivo e de qualidade

Estudos efectuados no domínio da economia da educação revelam que, no campo educativo, investimentos iniciais inadequados são difíceis de superar (EENEE, 2006, p10). A investigação sociológica e pedagógica confirma esta perspectiva, salientando, ainda, as vantagens da “intervenção precoce” no plano social. Importa, por isso, universalizar o acesso à educação pré-escolar (3 aos 6 anos) e alargar os serviços destinados às crianças dos 0 aos 3 anos de idade. Não se deve, no entanto, confundir a expansão da rede com a qualidade dos serviços educativos prestados. A nossa longa tradição, de serviços educativos para as crianças

mais favorecidas e de serviços de carácter social para as crianças dos grupos socio-económicos mais desfavorecidos, implica que o papel estratégico da educação pré-escolar deva ser amplamente regulado pelo Estado e pela sociedade civil de modo a evitar os efeitos perversos mesmo das políticas generosas (Vasconcelos, 2005).

2. Combater o insucesso e o abandono precoce do sistema

Os estudos secundários são, como já vimos, uma condição indispensável para uma participação efectiva na sociedade do conhecimento. Este objectivo dificilmente será concretizado em Portugal, caso se mantenham as taxas de insucesso escolar que actualmente se verificam no nosso país (ver fig. 3). Importa, por isso, transformar o combate ao insucesso e ao abandono, numa clara prioridade política e educativa. No plano social, esta orientação é ainda mais premente dado que os fenómenos do insucesso e do abandono têm uma particular incidência nas camadas sociais mais desfavorecidas (minorias étnicas, trabalhadores do sector primário, operários não qualificados).

Fig. 3 - Taxas de transição nos ensinos básico e secundário

Nível e ciclo de escolaridade	1994/1995	2002/2003
2º ciclo EB	87,9	85,2
3º ciclo EB	83,4	80,9
Ensino Secundário	78,7	66,3

A aposta na promoção de competências-chave para a sociedade do conhecimento visa, em primeiro lugar, criar condições de sustentabilidade para os processos de aprendizagem ao longo da vida que se perfilam nas sociedades contemporâneas. Com base no diagnóstico que efectuámos sobre o sistema educativo Português, assumimos como prioritárias competências-chave ao nível do domínio da linguagem escrita, da literacia matemática, da literacia digital e da aprendizagem das línguas estrangeiras. Importa, no entanto, salientar que intervir “massivamente” ao nível das competências básicas de crianças, jovens e adultos está longe de constituir tarefa fácil. Existem, no entanto, muitas iniciativas que podem ser desenvolvidas nesse sentido, *no quadro de parcerias fortes* entre a administração central e local, as escolas, as universidades e outras instituições de formação (cf. Fig. 4).

Fig. 4 - Desenvolvimento de competências-chave (linhas de acção)²

- Estabelecimento de contratos programa com as escolas e as empresas, visando o desenvolvimento de programas de multiliteracias, especificamente desenhados para jovens adultos e adultos com baixos níveis de escolaridade e/ou grupos sociais carenciados.
- Apoio à acreditação de competências no domínio da linguagem escrita, da matemática, das línguas estrangeiras e das TIC, obtidas em programas e projectos específicos dentro do contexto profissional.
Produção de materiais pedagógicos de qualidade a serem disponibilizados em suportes variados e partilhados na Internet.
- Implementação de uma rede de formação contínua de professores e formadores, particularmente focalizada nas competências-chave identificadas neste estudo.
- Criação de estruturas de supervisão e apoio aos professores e às escolas, sustentadas por uma rede de especialistas.

4. Reforçar a Formação e Empregabilidade

A importância concedida à competências básicas dos Portugueses e ao investimento na educação de crianças e jovens não significa, de forma alguma, que Portugal possa atingir os objectivos da Estratégia de Lisboa sem alterar significativamente as suas práticas nos domínios da formação profissional e da educação de adultos. Nesta matéria existe um longo caminho a percorrer. Trata-se, como o próprio governo tem vindo a reconhecer, de qualificar escolar e profissionalmente milhões de Portugueses. É fundamental, por isso, que todos os envolvidos neste processo - estado, escolas e centros de formação, autarquias e sociedade civil - compreendam os contornos do percurso a realizar e comecem a delinear estratégias congruentes com os objectivos a atingir neste domínio (ver fig. 5).

Fig. 5 - Formação e Empregabilidade (Linhas de acção)³

- Desenvolvimento de programas de sensibilização da população, relativamente às necessidades e às oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.
- Criação e generalização de um dispositivo RVCC integrado, articulando os dispositivos existentes para a certificação escolar e profissional dos activos, empregados e desempregados.
- Ampliação e diversificação da oferta formativa no ensino secundário e estabelecimento de parcerias com as empresas e demais instituições empregadoras.
- Promoção de cursos de educação e de formação com dupla certificação escolar e profissional ou que constituam módulos de itinerários completos certificáveis.
- Reforço das componentes experimental, tecnológica e profissional nas diferentes modalidades e vias de ensino.
- Reforço da legibilidade dos programas de educação e formação vocacional, dando-lhes maior visibilidade junto dos empregadores, famílias e jovens.
- Criação de um catálogo nacional de qualificações que sirva de referência à orientação profissional e à formação no âmbito do sistema educativo e do mercado de emprego.

² Adaptado de Dias et al. (2005), p.194.

³ Adaptado de Dias et al (2005), p.196

É certo que o “capital humano” não é o único factor que dificulta a modernização da economia de Portugal. Será difícil, no entanto, fazer face aos desafios da nova economia global com uma população activa sem formação profissional e onde o 4º ano de escolaridade continua a ser a habilitação escolar mais frequente.

5. Instituir Mecanismos de Discriminação Positiva e Programas Integrados de Combate à Pobreza

Estudos sobre as culturas da pobreza evidenciam que as organizações especializadas que prestam apoio às populações mais carenciadas dificilmente conseguirão responder aos problemas multifacetados com que estas se confrontam se trabalharem de forma independente e isolada (saúde, educação, emprego, habitação). Importa, por isso, instituir programas integrados de combate à pobreza e à exclusão social, fortemente sedimentados em estruturas e parcerias locais.

6. Repensar os Sistemas de Educação e Formação numa Lógica de Aprendizagem ao Longo da Vida

As medidas que enunciámos nos pontos anteriores perderão grande parte da sua eficácia se não

conseguirmos repensar os nossos sistemas de educação e de formação numa lógica de aprendizagem ao longo da vida. Com efeito, as sociedades contemporâneas requerem uma profunda mudança de paradigma educativo, que permita aproximar a aprendizagem dos cidadãos, responder às exigências da sociedade do conhecimento e garantir padrões elevados de crescimento económico e competitividade global. Só, assim, será possível preservar os direitos sociais conquistados ao longo dos últimos séculos e afirmar os princípios de equidade e de justiça que estão na base da identidade política e cultural europeia.

Referências

- Dias, M; Bettencourt, B; Sim – Sim, I; Serrazina, L, Afonso, N, Cardim, J, Leitão, J, Patrocínio, T (2005) *Concepção Estratégica das Intervenções Operacionais no Domínio da Educação*, CIED, Lisboa.
- EENEE (2006) *Efficiency and Equity in European Education and Training Systems* (unpublished working paper by the European Commission)
- Vasconcelos, T (2005) “Educação e Cuidados para a Infância, Educação Básica e Coesão Social” in Dias, M (coord), *Concepção Estratégica das Intervenções Operacionais no Domínio da Educação*, CIED, Lisboa.

Educação e Formação ao Longo da Vida

vias para a inclusão

Alberto Melo
Universidade do Algarve

Miguel Torga escreveu um dia: *“Mesmo nos reinos maravilhosos acontece a desgraça de o povo saber duma maneira e as escolas doutra. Acabado o exame da 4ª classe, cada qual trata de sepultar sob uma leiva, o mais depressa que pode, a ciência que aprendeu.”*¹ Esta questão dos dois saberes, das duas (ou mais) vias para aceder ao saber – ou para o criar – manifesta-se sobretudo logo que existe contacto entre, digamos, “o povo”, por um lado, e “a escola”, por outro. Contudo, este contacto nem sempre foi uma evidência, nem sempre representou um consenso, porque a existência de sistemas de educação e formação abertos à população é uma aquisição social historicamente recente.

Ilustra bem a anterior afirmação o debate que se levantou em Inglaterra (como certamente em muitos outros países) durante o século XIX, entre os que consideravam a escola um monopólio da elite e os que pretendiam abri-la à população no seu conjunto. Em 1803, declarava-se em pleno Parlamento britânico: *“O projecto de dar educação às classes pobres trabalhadoras seria de facto prejudicial à sua moralidade e felicidade; ensiná-los-ia a desprezar a sua sorte nesta vida, em vez de os tornar bons servos na agricultura e em outras tarefas laboriosas a que os destinou o seu lugar na sociedade; em vez de aprenderem a subordinação, torná-los-ia facciosos*

*e insubmissos, ao permitir-lhes ler folhetos sediciosos, livros viciosos, publicações contra o cristianismo; torná-los-ia insolentes para com os seus superiores.”*² Uma posição ainda defendida em 1853: *“Entre todas as invenções loucas e instrumentos da nova vaga para arruinar o país, ensinar os pobres a ler e a escrever é bem o pior de todos!”*³.

Destas vozes de cunho obscurantista encontramos também ecos em Portugal, já nos anos 40 e 50 do século XX, por parte de certos adeptos do regime salazarista. É paradigmático desta posição obscurantista por parte da classe política portuguesa o discurso de um dos ideólogos do regime despótico de Oliveira Salazar. Escrevia Alfredo Pimenta, em 1932, no jornal “A Voz”: *“Ensinar o povo português a ler e a escrever, para tomar conhecimento das doutrinas corrosivas de panfletários sem escrúpulos, ou de facécias mal cheirosas que no seu beco escuro vomita todos os dias qualquer garoto da vida airada ou das mentiras criminosas dos foliculários políticos*

¹ Citado por António Nóvoa no Prefácio que escreveu ao livro *Educação de Adultos – Um Campo e uma Problemática*, de Rui Canário, EDUCA/ANEFA, Lisboa 2000.

² Davies Giddy, Presidente da Royal Society, na Câmara dos Comuns, em 13 de Julho de 1803.

³ Hannah Mare, em *The Sunday School*.

é inadmissível. Logo, concluo eu, para a péssima educação que possui e para a natureza da instrução que lhe vão dar, o povo português já sabe de mais.” Por certo inspirado por esta “fundamentada” argumentação, o regime de Salazar tinha já reduzido por esta altura o período de escolaridade mínima de 4 para 3 anos... E, em 1938, um deputado do partido único, Pinto da Mota, afirmava: “Deformar o espírito de quem aprende é a maior das desgraças; é melhor deixá-los analfabetos do que com o espírito deformado... Se nós queremos entregar esse milhão e seiscentos mil analfabetos nas mãos de qualquer professor, esses homens podem vir a transformar-se em inimigos da sociedade”.

Às posições “proteccionistas” que procuravam reservar a escola aos futuros dirigentes políticos, culturais e económicos, opuseram-se desde o início os defensores de um acesso mais aberto: “Um pouco de educação ajudaria a formar muitos hábitos benéficos e de natureza permanente: hábitos de submissão e de respeito para com os seus superiores”⁴. Ou, uns anos mais tarde: “Se as classes superiores forem incapazes de disseminar inteligência entre as classes inferiores, haverá sempre quem esteja pronto a aproveitar-se da sua ignorância; se as classes superiores não procurarem ganhar a confiança das classes inferiores, outros virão que se aproveitarão da sua desconfiança...”⁵, ou ainda, “A miséria, o vício e os preconceitos das classes inferiores surgirão como elementos vulcânicos cuja violência explosiva poderá até destruir a estrutura da sociedade.”⁶ Ideologias, finalidades, interesses, no fundo muito semelhantes por parte destes oradores ou escritores e, no entanto, com divergências reais quanto à estratégia. Excluir da educação a maioria da população para melhor a controlar? Ou controlá-la melhor através de uma inclusão das massas na (e pela) educação? De uma maneira geral, apesar de desenvolvimentos muito desiguais entre países (Portugal terá sido dos últimos no hemisfério norte a estabelecer a escolaridade básica de 9 anos), os adeptos de uma educação generalizada acabaram por ganhar a contenda, garantindo a instalação de sistemas de ensino oficiais abertos a todas as camadas da população.

Abertos, sim, mas muito gradualmente e na condição de se não alterarem as estruturas, os conteúdos, os métodos já oficialmente estabelecidos. Assim, as portas das escolas vão-se abrindo a partir dos meados do século XIX mas, para garantir a adesão das “classes inferiores”, foi necessário acrescentar à dimensão tendencialmente universal deste novo serviço público um carácter obrigatório. O que, aliás, não evitou, muito pelo contrário, o absentismo e elevadíssimas taxas de insucesso por parte das crianças e jovens oriundos das classes sociais para quem as estruturas escolares (tanto em meio rural como em meio urbano operário ou de imigração) representavam um instrumento de “colonização cultural”; constituindo em casos

excepcionais e isolados uma via de promoção social, mas apenas à escala individual.

Se a universalidade da educação e formação é hoje em dia dificilmente questionada, existem no entanto práticas de “democratização” que acabam por negá-la. Designadamente, no que se refere às pessoas adultas e, sobretudo, às que não tiveram oportunidade para aproveitar, no todo ou em parte, os serviços de educação e formação iniciais. Continua a não existir, de uma maneira geral, e muito particularmente no nosso país, um reconhecimento formal por parte dos poderes públicos de um efectivo direito à educação e formação para todos e ao longo de toda a vida. Para mais, é muito importante sublinhar que aprendizagem ao longo da vida não pode ser nunca um sinónimo de “escola perpétua”. Com efeito, se a intenção é verdadeiramente a de atrair os chamados “não-públicos” da educação e formação, os quais na sua maioria foram já rejeitados pela escola ou a rejeitaram, será inconcebível basear-se um sistema para a aprendizagem de adultos sobre um figurino escolar.

Aliás, o problema central actualmente nos países modernos não é tanto o de procurar generalizar a oferta de educação e formação à totalidade da população adulta, mas fundamentalmente o de saber superar a “lei universal” neste domínio, a saber, que a procura destas actividades se concentra nas pessoas já mais qualificadas e melhor integradas na sua sociedade. Com efeito, está por demais comprovado que, relativamente a pessoas e grupos mais desfavorecidos e marginalizados, a oferta de educação e formação, só por si, não gera a procura. Os espaços, os tempos e ritmos, os contextos, os percursos, os procedimentos, os temas, os agentes ou as estruturas representam componentes essenciais de qualquer estratégia visando assegurar uma real democratização educativa e social. Para tal, todas estas componentes deverão ser reinventadas, se se pretender realmente atrair este vasto “não-público” e não apenas receber os já motivados e convencidos dos benefícios de novos saberes e saber-fazer, numa sociedade como a actual, cada vez mais condicionada para, e pela, sociedade do conhecimento.

Por conseguinte, para se abrir à grande maioria das pessoas adultas, e ser efectivamente um instrumento de inserção social, a educação-formação não pode limitar-se a abrir as suas portas a novos públicos. Devem as respectivas entidades e agentes saber inserir-se, eles próprios, em dinâmicas em curso, de cunho pessoal e social, assumindo – como dimensões intrínsecas ao processo de formação – as funções de animação, intervenção e acompanhamento, relativamente à concepção e concretização:

- (a) à escala individual, de projectos de vida / percursos personalizados de educação-formação;
- (b) à escala colectiva, de projectos de desenvolvimento social e/ou territorial (integrados, sempre que possível, em planos locais de educação e formação para a inserção).

Entre as condições para assegurar uma maior participação por parte das pessoas adultas menos

⁴ Mr Sharp, Câmara dos Comuns, Londres, 24 de Abril de 1807.

⁵ In *The Moral and Physical Condition of the Working Classes Employed in the Cotton Manufacture in Manchester*, 1832.

⁶ J. P. Kay, *The Moral and Physical Condition of the Working Classes Employed in the Cotton Manufacture in Manchester*, 1832.

qualificadas e mais marginalizadas em actividades de natureza educativa, devem sublinhar-se as seguintes:

- inserção da educação e formação de adultos em actividades e processos que motivem fortemente os adultos (iniciativas sociais, culturais, de lazer, desportivas ou de desenvolvimento socioeconómico, de criação do auto-emprego, etc.);
- um intenso trabalho a montante e a jusante das acções de formação propriamente ditas (e daí o papel essencial dos animadores, mediadores ou mentores como agentes de sensibilização, motivação, orientação, comunicação e apoio pessoal);
- a elevação da auto-confiança, através, por exemplo, da identificação e valorização das experiências, conhecimentos, competências e atitudes das pessoas adultas;
- uma metodologia pró-activa (de *outreach*), em que os agentes vão ao encontro das pessoas, onde elas residem, trabalham, se divertem, intervêm civicamente, etc., procurando também acolhê-las em espaços de convivialidade informal, mas num contexto sócio-cultural onde elas possam transpor, se quiserem e quando o quiserem, o difícil degrau para o patamar de entrada em percursos de educação formação;
- uma abordagem de *empowerment*, que assegure às pessoas adultas uma apropriação do conjunto do processo, através de uma participação activa nas decisões, tanto nos processos de intervenção social, como nas acções mais específicas visando novas aprendizagens; relativamente ao conceito e práticas de *empowerment*, é de sublinhar que exigem sempre uma mudança nos dois sentidos: tanto por parte das pessoas que possuem muito pouco poder social, como por parte dos poderes e seus representantes.⁷

Muitos dos hoje apelidados de “não-público” tornar-se-ão deste modo interventores muito activos, logo que lhes seja dada a ocasião de se apropriarem de uma

quota-parte de poder sobre os processos sociais que os afectam. Por exemplo, um dos efeitos indirectos, até imprevistos, dos 17 anos de orçamento municipal participativo em Porto Alegre (Brasil) terá sido, precisamente, o aumento do número de adultos pobres inscritos em cursos de educação de base. Também, numa experiência europeia mais recente, o “Painel de Cidadãos”, na Bélgica francófona (em que cidadãos escolhidos por sorteio devem dar um parecer colectivo fundamentado preliminarmente a importantes decisões municipais), se constatou um forte aumento de procura de formação complementar sobre os temas em debate.

As actividades de educação e formação de adultos, para serem efectivos factores de integração social, cultural e até económica, devem, pois, ser concebidas essencialmente como respostas (ou parte delas) às questões emergentes de projectos e processos – individuais ou colectivos – que os adultos vivam intensamente. Deste modo, a natureza e os conteúdos das actividades formativas irão resultar de uma partilha e negociação (consideradas já como componentes intrínsecas da formação) entre todos os participantes, aprendentes ou formadores, considerados, no seu conjunto, como uma comunidade de acção-pesquisa-formação e, de novo, acção – mas já num degrau superior de conhecimentos, competências e tomada de consciência. Nesta perspectiva, orientada que está para a crescente participação e integração social dos adultos, esbatem-se gradualmente as fronteiras entre eixos de intervenção, dada a convergência – centrada em torno de projectos concretos - das diferentes abordagens, tais como animação, cidadania activa, educação-formação, desenvolvimento social e territorial.

⁷ Ver *Empowerment – Um Novo Olhar sobre a Inclusão e as Estratégias para o Emprego*, Gabinete das Iniciativas Comunitárias EMPREGO e ADAPT, GICEA, Ministério do Trabalho e Solidariedade, 2000.

Nas malhas da formação

Joana Mouta
joana.mouta@gmail.com

As políticas de educação e formação ocupam, actualmente, um lugar central nos discursos e nas preocupações políticas e sociais das sociedades ocidentais. Anunciam-se, com regularidade, medidas que permitem acentuar o esforço na diminuição da discrepância existente entre os níveis de escolaridade da população portuguesa e as médias dos parceiros europeus. Em meados da década de 1970, cerca de um quarto da população portuguesa era analfabeta. Com a revolução de 1974, o regime democrático viria a ser confrontado com a necessidade de atribuir maior importância política à questão da educação em Portugal. Neste período seria expectável um modelo democrático, emancipatório, também, ao nível das intervenções no campo da educação, muito associado ao designado

paradigma da educação popular. Segundo Lima (2005) este modelo foi contudo assumido e duas lógicas distintas adquiriram protagonismo: uma lógica de controlo social e uma lógica assente na modernização social e na produção de mão-de-obra qualificada. O primeiro aspecto relaciona-se com um regresso a orientações escolarizantes formalizadas em torno de uma educação escolar de segunda oportunidade (ensino recorrente) e o segundo aspecto com a produção de capital humano, a competitividade, e a actividade económica.

Com o 25 de Abril de 1974 e a mobilização popular que se fez sentir em Portugal, criaram-se ou desenvolveram-se várias intervenções na área da educação de adultos muito associadas a lógicas de dinâmicas participadas

e de activismo popular. Esta conjuntura viria a traduzir-se em diversas iniciativas de auto-organização de tipo local, determinadas, com grande incidência, por projectos culturais e sociais e iniciativas de desenvolvimento comunitário (grupos cénicos, bibliotecas e universidades populares, bandas de música, etc).

Este tipo de organização espontânea e popular viria a ser determinante ao nível da promoção de acções de alfabetização, actividades de educação de adultos de base e projectos de animação cultural e socioeducativo. Contudo, e porque se desenvolviam à margem da política do Estado para a educação, foram-se desenvolvendo sem um fio condutor claro, definido e, talvez por isso, descentralizado das campanhas típicas de alfabetização. A este movimento, Stephen Stoer (1986) designou de “poder popular” (Cit in Lima, 2005:38).

Em 1986 é aprovada a Lei de Bases do Sistema Educativo pela adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE). Os maiores desafios impostos a Portugal estavam agora relacionados com a modernização económica (criação de infra-estruturas, aumento da produtividade, da competitividade e uma aposta na internacionalização da imagem de Portugal).

Na agenda política assumem especial importância a qualificação e a gestão de recursos humanos face aos imperativos do capitalismo global, gerando a necessidade de adaptabilidade e de criar condições para se ser empregável.

Assim, fundos significativos do Plano Operacional de Desenvolvimento da Educação em Portugal foram canalizados para as modalidades do ensino recorrente e de formação profissional, inscritas numa lógica de qualificação da mão-de-obra e de modernização económica, através do reforço da certificação escolar e da qualificação profissional. Todo o discurso político é orientado para a necessidade de se formarem públicos que adquiram competências para se tornarem mais competitivos, e por via disso, com maior aptidão para se tornarem empregáveis, construindo uma qualificação que se deseja assumida ao longo de todo o ciclo vital do sujeito.

Quando um conjunto de adultos é inserido num dispositivo de formação (de qualificação ou de dupla certificação) é confrontado com uma série de expectativas, nem sempre fáceis de gerir do ponto de vista emocional. Para a maioria, tendo como referência a amostra de adultos com quem tenho vindo a desenvolver actividade, este passo é sentido como um regresso aos bancos da escola, com toda a bagagem experiencial associada: frustrações, medos, receios e desejos; é sentido, por muitos, como uma segunda oportunidade; ou, ainda, como a possibilidade de concluir um percurso interrompido, na maioria das

vezes, por dificuldades de ordem financeira. Ocorre, com regularidade, um adulto ser inserido num dispositivo deste género porque se encontra acorrentado a uma fórmula inquietante: precariedade económica e social, baixas habilitações escolares e profissionais e alguma insegurança e receio face aos novos desafios. Recordo um adulto que numa das primeiras sessões de Balanço de Competências do grupo de formação em que estava inserido referiu nada saber fazer para além de carregar baldes de tinta. Este adulto tinha desenvolvido toda a sua actividade profissional como pintor da construção civil. Naquele discurso, todas as suas competências adquiridas até então foram negligenciadas, descuradas ou esquecidas. A sua narrativa constituiu-se assim quase como que uma representação da pouca valorização pessoal e social que vinha sentindo desde então.

Estes dispositivos de educação e formação inscrevem-se, em grande medida, numa lógica de Aprendizagem ao Longo da Vida, conceito que assenta, sobremaneira, em três categorias: desenvolvimento pessoal e cultural, desenvolvimento social e comunitário e desenvolvimento profissional que assegure uma permanente empregabilidade.

Ao longo da vida, os indivíduos vão experienciando um conjunto de acontecimentos de carácter biológico, psicológico, social, cultural e histórico que obrigam a “reorganizações pessoais e relacionais mais ou menos profundas (Campos, 1993:5) que podemos designar de transição desenvolvimental (Campos, 1993; Costa e Menezes, 1991).

A inserção num dispositivo de formação pode ser entendido como uma etapa de transição desenvolvimental. Os diferentes acontecimentos de vida, onde se inclui a própria participação num dispositivo de formação, vão obrigando a que o indivíduo apresente diversos padrões de resposta, de carácter mais ou menos adaptativo, que se podem constituir como oportunidades favoráveis à formulação de alternativas e novos padrões desenvolvimentais. É, seguramente, a este nível que se operam mudanças, que são visíveis alterações de comportamentos, que se vislumbram novas construções.

Por vezes, e como referido anteriormente, os adultos chegam a um grupo de formação com uma auto-estima vulnerável e com um sentido de auto-eficácia e de auto-conceito coarctados. São talvez estes aspectos que os impedem de formular projectos, de definir a sua carreira e de partir para uma procura activa de soluções para o problema de ingresso ou reingresso no mercado de trabalho.

Quando os indivíduos iniciam um percurso formativo são “agasalhados” numa perspectiva humanista: são estimulados a pensar o seu percurso de vida como tradutor de competências e saberes variados e que não

podem ser negligenciados, são ouvidos numa lógica de escuta activa, são convidados a experimentar novos desafios e a reflectir sobre eles. Numa perspectiva comportamentalista, diria que são imersos numa panóplia de desafios que parecem conduzir a uma crise e, por isso, a uma nova readaptação e reorganização, como se fossem convidados a desfazer perspectivas e conceitos e a tecer uma nova malha de quadros de leitura. É recorrente as pessoas enunciarem, no final do processo formativo, que a sua auto-estima, o seu auto-conceito e a sua auto-eficácia saíram reforçados, que experimentaram e se colocaram à prova inúmeras vezes, que vão ter saudades e que agora idealizam outros projectos pessoais e profissionais. A sua motivação é mais sólida e parecem ter surgido fenómenos de empoderamento.

Segundo Vondracek & Kawasaki (1994) (Cit in Paixão, s/d:3) o desenvolvimento de carreira do adulto está, basicamente, dependente do funcionamento da sua estrutura motivacional. Esta concepção implica uma crítica ao modelo desenvolvimentista clássico e uma adopção da perspectiva transaccional, que se preocupa com o estudo da dialéctica entre a continuidade / permanência e a mudança ao nível do funcionamento da personalidade durante a idade adulta. Por seu turno Gibson & Brown (Cit in Paixão, s/d:3) consideram que o optimismo disposicional está entre as variáveis psicológicas que medeiam o impacto da mudança, da transição ou da crise. Os indivíduos que se caracterizam por um grau elevado de optimismo fazem mais planos e acreditam mais nas possibilidades reais que detêm para agir sobre as situações.

Deste modo, parece haver alguma regularidade entre altos níveis motivacionais e maior facilidade de formulação de planos e projectos. Penso que é a este nível que se pode colocar a seguinte hipótese: a frequência num dispositivo de formação é indutora, salvo melhor opinião, de altos níveis motivacionais, podendo contribuir para a possibilidade de inserção profissional, uma vez que são aprimoradas e desenvolvidas competências pessoais, sociais e profissionais que podem facilitar o processo de ingresso no mercado de trabalho. Num mercado globalizado e, por isso, cada vez mais exigente, os níveis de qualificação escolar e profissional são garantia de autonomia e liberdade.

Para a produção destes efeitos é, certamente, necessário que os indivíduos que frequentaram um dispositivo de educação e/ou formação, o tenham considerado como um processo significativo: “é sempre a pessoa que avalia a pertinência e a oportunidade da aprendizagem e decide se acciona ou não os mecanismos necessários para a aquisição de saberes” (Cavaco, 2002:113). Do meu ponto de vista, a formação não pode ser vista

como a panaceia para todos os problemas e dificuldades que toham Portugal. Convém que ela seja uma medida, entre outras, de promoção de igualdades e da equidade social.

Acredito, contudo, que “aquilo em que cada um se torna é atravessado pela presença de todos aqueles de que se recorda e que o processo de formação tem semelhanças com um processo de socialização” (Dominicé, 1988, Cit in Cavaco, 2002:93). Acredito também que os dispositivos de formação podem imputar vivências muito significativas e acredito que os adultos que o frequentam desfazem a malha das suas representações para tricotar uma nova malha de leitura do mundo.

Bibliografia

- CAMPOS, Bártolo Paiva (1993). Consulta Psicológica nas transições desenvolvimentais. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 9, 5-9.
- CARNEIRO, Roberto (2001). *Fundamentos da Educação e da Aprendizagem*. 21 ensaios para o século 21. Fundação Manuel Leão.
- COSTA, Maria Emília & MENEZES, Isabel (1991). Consulta psicológica de Adultos em Centros Comunitários. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 7, 77-82.
- CAVACO, Carmen (2002). *Aprender fora da escola. Percursos de Formação Experiencial*. Educa.
- LIMA, Licínio (2005) *A educação de adultos em Portugal (1974 – 2004) – Entre as lógicas da educação popular e da gestão de recursos humanos*. In: Canário, Rui e Cabrito, Belmiro (Org.). *Educação e Formação de Adultos: Mutações e Convergências*. Lisboa: Educa.
- PAIXÃO, Maria Paula (s/d). *A organização do futuro subjectivo e a construção de projectos e alguns momentos do trajecto de vida*. (texto policopiado).



Ilustração: Telmo Fernandes

Centro Social de Ermesinde

Os sistemas educativos e de formação devem garantir a cada indivíduo as competências básicas necessárias para a economia do conhecimento. Contudo, muitas pessoas adquiriram-nas ao longo da vida, fora do sistema de educação e de formação, em consequência dos diversos modos de aprender. Para identificar as competências que as pessoas adquirem pelas vias não formais e informais de aprendizagem, a ANEFA criou processos que permitem validar e certificar essas mesmas competências, assegurando a valorização e a auto-valorização das pessoas, através dos Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de saberes e competências. O Centro Social de Ermesinde é, desde Setembro de 2006, um CRVCC, actualmente designados por Centros de Novas Oportunidades. Para sabermos mais sobre como funciona esta modalidade de certificação entrevistámos a Dra. Albertina Alves.

Albertina Alves – O Centro Social de Ermesinde é uma IPSS com diversas áreas de intervenção ao nível da infância (creche, jardim e ATL) e juventude (Centro de Ocupação Juvenil), da terceira idade (apoio domiciliário e lar) e da comunidade (Centro Comunitário no bairro das Saibreiras). O Centro Comunitário foi um equipamento que resultou de um Projecto de Luta Contra a Pobreza. A partir deste Centro começou a desenvolver-se todo o tipo de intervenção comunitária. Deixou de ser uma resposta tradicional, ligada às respostas tipificadas e passou a ser um Centro Comunitário com atendimento social, reunindo todas as actividades de acção social (refeitório comunitário, centro de actividades ocupacionais para as crianças). É também aqui que funcionam as equipas dos protocolos para o RSI, que temos a representação na Rede Social e na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens. Portanto, é a partir deste pólo que é dinamizado toda a área de intervenção social. E, foi a partir deste que foi criado o Centro de Ocupação Juvenil e o Centro de Formação. Inicialmente, as acções de formação eram desenvolvidas pelo Centro Social, pois entendíamos-las como uma necessidade e uma forma das pessoas serem trabalhadas mais activamente. Em 2003, entendeu-se que era necessário criar um equipamento dedicado exclusivamente à formação profissional para públicos desfavorecidos.

Como funciona o Centro?

O Centro Social funciona numa lógica de perceber quais as necessidades emergentes na comunidade procurando responder às suas expectativas. Foi neste âmbito que criou o Centro de Formação como um complemento que faltava para trabalhar as dificuldades e para complementar os planos de inserção. Inicialmente começamos por formações no âmbito de desenvolvimento de competências pessoais e sociais e posteriormente avançamos para as formações profissionais com certificação escolar.

Havia, no entanto, algumas formações no âmbito do

IEFP, que não conferiam equivalência escolar limitando-se à certificação profissional. Foi a pensar nestes públicos que teriam formação profissional e competências mas que não lhes conferia aumento de escolaridade que concorremos ao processo RVCC. Além disso havia situações em que as pessoas porque não tinham formação profissional nunca teriam um perfil de saída para serem integradas no mercado de trabalho. Foi para responder a estas situações que concorremos a este projecto.

Em que consiste o CRVCC?

O CRVCC em termos teóricos já não existe, sendo actualmente designado por Centro de Novas Oportunidades. O processo é o RVCC – reconhecimento, validação e certificação de competências. O processo RVCC significa reconhecer competências que as pessoas têm, que foram adquiridas ao longo de uma vida (a nível profissional, pessoal, ...) e dar-lhes uma certificação, sendo esta uma forma justa da pessoa aumentar a escolaridade. O processo passa pelo reconhecimento, evidência e demonstração, por parte do adulto, que tem essas competências e que podem ser validadas em termos de formação escolar por profissionais. Cabe à Direcção Geral de Formação Vocacional certificar o adulto ao nível: B1, B2 ou B3, consoante seja o 4º, 6º ou 9º anos.



Como é divulgada esta resposta?

Fizemos uma divulgação quando iniciamos o Centro, em Setembro, através de cartazes distribuídos pelas nossas valências, informamos as pessoas que fazem o atendimento social de que iria existir esta resposta no Centro Social, publicamos no nosso jornal “A Voz de Ermesinde”, informamos o IEFP e outros parceiros que trabalham com estes públicos. Tivemos como parceiros de candidatura a Junta de Freguesia de Alfena e a Junta de Freguesia de Ermesinde, cujos trabalhadores e moradores podem concorrer.

Como estávamos numa fase de implementação, e como se trata de um processo muito complexo, não pretendíamos ter um *boom* muito grande de inscrições pois corríamos o risco de não conseguir dar resposta às solicitações. Por isso optámos por uma divulgação restrita.

Iniciámos o processo com os nossos funcionários. Neste momento estamos numa fase de qualificação dos serviços. Achamos que certificar os nossos funcionários seria uma boa forma de valorizar o processo de qualificação interna. O facto de serem nossos funcionários tínhamos o caminho facilitado porque a primeira de fase de empatia e conhecimento já estava ultrapassada. Neste momento, as pessoas chegam-nos pelas mais diversas formas: através de alguém que está a frequentar ou frequentou, ou através de reencaminhamentos de outras entidades a maior parte das pessoas chegam-nos através dos serviços de acção social e do IEFP).

Qual o público-alvo e os requisitos para se inscreverem?

Adultos, maiores de 18 anos, com nacionalidade portuguesa ou autorização de residência. Temos situações de pessoas que fizeram a escolaridade no estrangeiro e que agora não conseguem a equivalência.

Como é que se realiza o processo de candidatura?

Há uma pré- inscrição, que é uma manifestação de vontade de entrar neste processo. Posteriormente fazemos uma sessão de esclarecimento e nessa sessão é feita uma triagem quase natural, porque as pessoas tiram as suas dúvidas sobre todo o processo. Só permanecem inscritos os que, na posse de mais conhecimentos, continuam interessados.

Como são formadas as turmas?

As turmas são formadas em função dos níveis de escolaridade pretendidos pelos adultos e da sua disponibilidade. Os desempregos têm mais escolha, pois existem 4 turmas em horário laboral, se trabalharem só têm hipótese de escolha entre duas turmas. Até ao momento só temos tido em conta estes dois factores.

As turmas são muito heterogéneas, têm mais mulheres que homens e acima dos 40 anos. Geralmente, são desempregados de longa duração, beneficiários do RSI, etc. Entre a sessão de esclarecimento e a elaboração de turmas há um período de espera. Só a partir do momento em que são integrados nas turmas é que se inicia o processo de reconhecimento.

Quais as áreas de certificação?

As quatro unidades competências-chave são: Matemática para a Vida, Linguagem e Comunicação, Cidadania e Empregabilidade e Tecnologias da Informação e Comunicação.

Como se efectua o processo de reconhecimento?

Começa por um balanço de competências. É, no fundo, um processo de desocultação de saberes adquiridos mas que muitas vezes as pessoas não sabem que os têm e não sabem tão pouco fazer a ligação entre estes e o que é suposto estar dentro dos referenciais de competências do 9º, 6º, ou 4º anos.

Ao fazer este balanço é construído um *dossier* pessoal, que é no fundo uma história de vida. Esse *dossier* deverá evidenciar as competências a serem validadas. Os formadores entram essencialmente após o balanço de competências, pois através da análise deste *dossier*, conseguem ver se as pessoas reúnem ou não as competências para poderem validar cada uma das unidades. No fundo, o papel do formador é analisar o *dossier* e perceber se é ou não objecto de validação. Quando os formadores percebem que há competências que ainda não estão expressas mas existem, são feitas formações complementares para “limar arestas”, nunca tendo como objectivo a transmissão de conhecimentos ou aquisição de competências. A partir daí são reencaminhados para formação profissional caso necessitem. No final da formação há nova análise do *dossier* que poderá ir para validação sendo a pessoa proposta a reconhecer solenemente as competências evidenciadas perante um júri formal.

Quem compõe o júri?

O júri é composto pelos formadores, pela profissional de RVCC que faz o balanço de competências e a desocultação de saberes e por um avaliador externo, que confere credibilidade a todo este processo. O júri vai reconhecer os *dossiers*, que já foram validados, antes do momento solene. O formador externo só dá credibilidade a todo o processo, podendo, em alguns casos dar orientações.

Perante o júri, o adulto apresenta o seu processo e pede a validação das unidades. Depois é emitido um certificado, que juntamente com uma caderneta pessoal, é enviado para a Direcção Geral de Formação Vocacional para a certificação. Posteriormente a DGFV devolve o

certificado carimbado conferindo o nível de escolaridade pretendida pelo adulto.

Quantas pessoas já foram certificadas?

Até ao momento, foram certificadas 15 pessoas.

Dessas 15 têm algum *feed-back* sobre o que mudou nas suas vidas?

Até ao momento não temos qualquer informação. Certificamos 7 funcionários do Centro Social Padre Ramos, de Lavra, que continuam a trabalhar lá e certificamos 8, dos quais 2 não eram nossos funcionários. 2 adultos certificaram B2 e os restantes B3.

No que concerne aos nossos funcionários alguns já fizeram cursos EFA e subiram de categoria. Acredito que na primeira oportunidade outros possam progredir na carreira, desde que tenham também as competências profissionais e pessoais.

Quantos adultos estão em fase de validação?

Temos 4 turmas que iniciaram agora e algumas situações que vieram das turmas que começaram em Setembro e Outubro. Cada turma tem cerca de 15 adultos. Temos que nos preocupar com as metas das saídas... pois é difícil habituarmo-nos ao processo - uma entrada implica a saída de um "produto". Temos que nos adaptar a esta lógica de funcionamento, o que não tem sido fácil porque as pessoas não têm o mesmo ritmo, portanto a pressão dos números existe!

Quem gere o processo CRVCC?

Mensalmente temos que apresentar à Direcção Geral de Formação Vocacional a lista dos adultos que se inscreveram, os que estão em processo, os que estão em formação complementar e os que certificaram, por género.

Temos também que apresentar mensalmente a execução financeira ao PRODEP III que é a entidade financiadora. Calendarizamos e definimos metas de forma a podermos cumpri-las. Esta forma de trabalhar é nova para a nossa equipa. Mas, estamos a conseguir... embora sabendo que as pessoas não têm todas as mesmas capacidades de exteriorização das competências, de expor a sua vida, e de elaborar os materiais pedidos... Os processos não são todos desenvolvidos ao mesmo ritmo, daí haver uma grande dedicação por parte da profissional que faz o balanço de competências e dos formadores por forma a que as metas sejam atingidas.

Têm número limite de pessoas para certificar?

Não há um tecto, há um mínimo. Este ano temos que atingir 420 inscrições, 250 em processo de validação e 150 a serem certificados. O difícil não é termos adultos inscritos, mas sim certifi-cá-los.

A entrada de novos candidatos ao processo RVCC tem haver com a nossa capacidade de dar saída aos que já estão cá. Não podemos ter turmas com mais de 15 pessoas e temos só um profissional. A escola não tem este tipo de metas. Também é suposto que as pessoas que pedem a certificação já tenham evidenciadas competências. As pessoas podem certificar unidades de uma das quatro áreas, e não certificar a totalidade dessa área. As nossas funcionárias que certificaram o 9º Ano viram certificadas algumas unidades do B3 (Cidadania e Linguagem). Tal, é um factor motivador para continuarem.

Algumas considerações finais...

O Centro tem futuro. Já existem Centros que certificam a nível da formação profissional.

A escola cria exclusão. A instituição escola não valoriza os saberes que não sejam escolares. E às vezes esses saberes permitem às pessoas adquirirem competências, que se fossem aí trabalhadas tinham outros rendimentos escolares. Nós trabalhamos as competências nos cursos EFA, as pessoas adquirem saber através de competências.

A escola está formatada, não tem em conta as especificidades das zonas em que se insere. O RVCC é um processo justo que dá o direito às pessoas de não terem que aprender o que já sabem e confere-lhes uma certificação que lhes permite ter uma nova competitividade e oportunidade no mercado de trabalho, quando era só o papel que faltava, pois a competência já existia.

As pessoas que saem deste processo saem muito mais motivadas e pensam que mais valorizadas, mas não... apenas lhes foi reconhecido o valor que já tinham! Há quem possa entender que este processo é facilitador, mas não é. Desafio as pessoas a fazerem um teste e validar, por exemplo, o 9º ano de matemática. Há pessoas que tiveram negativa a matemática até ao nono ano, e ninguém está a colocar em causa o seu profissionalismo, e se o seu 9º ano vale menos do que um que teve 18 à mesma disciplina.

Estamos muito empolgados e com muitas expectativas com todo este processo...



Portugal atravessa um conjunto de desafios, lançados por um mundo globalizado, mas também, pelo seu papel enquanto país europeu de vocação. Esta competitividade, imposta pelo mundo dos nossos dias, vem colocar a Educação num lugar nevrálgico e decisivo em face das mudanças científicas e tecnológicas, mas também em face das mutações sociais e profissionais por estas provocadas. A qualificação dos recursos tornou-se primordial e decisiva no desenvolvimento de qualquer sociedade, com uma relação directa com o crescimento económico, como demonstra a evolução dos países detentores de capital humano altamente qualificado em contraponto com o dos países menos desenvolvidos.

Neste contexto, Portugal não constitui excepção, todavia, o facto da educação ser uma questão de destaque na agenda política mediática do nosso país, deve-se, sobretudo, a dados quantitativos que vários estudos vão dando a conhecer, por exemplo a OCDE revela que Portugal é um dos países da União Europeia cuja população possui os mais baixos níveis de escolaridade, e não, por termos interiorizado na nossa consciência, que esta é um factor impulsionador do nosso desenvolvimento colectivo.

Temos aqui uma janela de oportunidade, vamos olhar em frente e caminhar em direcção ao futuro, conscientes do nosso atraso e das nossas carências, mas determinados, cada um de nós e todos nós, do poder que temos para alterar o estado das coisas. Esta não é a responsabilidade de quem nos governa, é uma responsabilidade partilhada de todos, é a missão de ser portugueses. No passado, caminhamos por mares nunca antes navegados e construímos um país, hoje, com séculos de história. Saberemos ter a capacidade de deixar um legado que orgulhe os nossos netos? Tenho a certeza que nenhum português hesitará na resposta, e que todos nós vamos construir um país com futuro. Vamos voltar ao nosso ponto de partida, segundo dados de 2001, a taxa de analfabetismo rondava os 9%, apesar de ter havido uma evolução positiva, Portugal, encontra-se ainda muito aquém dos valores médios da União Europeia. Apenas 38% da população portuguesa concluiu a escolaridade obrigatória, atingindo de uma forma avassaladora, quer a população activa quer os mais jovens.

Todavia, se se focar somente o Concelho da Amadora, os valores encontrados pelo Instituto Nacional de Estatística – INE, aquando da realização dos Censos de 2001, não são mais animadores. A título de exemplo, dos 175.872 residentes no Concelho, 30% possui somente o 1º Ciclo do Ensino Básico e 11,3% não detém qualquer nível de ensino. Os números não deixam

margem para dúvidas, e apesar da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 10 de Outubro) enunciar que “A Educação é um direito que assiste a todos e que permite o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos”, a democratização e a universalização da educação continua a ser uma luta por vencer. De tal modo que, uma das questões que tem merecido especial atenção nos últimos anos diz respeito ao abandono escolar. Portugal surge, neste domínio, mais uma vez como o país da União Europeia cuja taxa de abandono escolar precoce é uma das mais elevadas, correspondendo a 41,1%, o que se traduz em mais do dobro da média europeia, que se fica pelos 18,1%.

As percentagens supra mencionadas evidenciam a existência de muitas crianças e jovens situadas à margem do sistema de educação, o que coloca desafios às políticas educativas, não apenas pela expressão numérica que as percentagens atingem, nem porque se encontra nestas crianças e jovens o embrião de futuras e mais profundas bases de exclusão social, mas sobretudo porque nelas se concentra um conjunto de aspectos essenciais na definição de direitos básicos dos cidadãos, designadamente os direitos educacionais. É tendo em conta os direitos educacionais e as políticas de educação que são emanadas que a Escola Intercultural das Profissões e do Desporto da Amadora, E. M. procura agir junto da população. A sua acção tem como pilares sustentadores aqueles que o Conselho Nacional de Educação, no parecer n.º 3/2001 define como critérios básicos: promover uma boa educação básica ao maior número possível de jovens de forma a prepará-los para a vida como cidadãos responsáveis e como agentes económicos; promover uma formação adequada para o trabalho que requer crescentes necessidades em aptidões, um vasto número de especialistas e competências de gestão para os coordenar e controlar; e, por último, desenvolver uma ampla capacidade para aprender ao longo da vida e gerar respostas flexíveis e adaptadas que são necessárias para enfrentar as constantes mudanças.

Neste contexto, importa evidenciar actividades formativas, que se destacam pelo nível de inovação e de sucesso alcançados e, por isso mesmo, podem ser consideradas como boas práticas da EIPDA; uma delas é o *Projecto 12-15*. Este Projecto não se cinge ao combate contra o abandono escolar, este visa, simultaneamente, diminuir de modo significativo o absentismo e o insucesso escolar do público-alvo, sendo este constituído por jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 15 anos, que abandonaram a escola ou que se encontram em risco de vir a fazê-lo, e que

preferencialmente não tenham concluído o 1º Ciclo do Ensino Básico.

A meta do projecto é que esses jovens concluam o 2º Ciclo do Ensino Básico e que assim regressem a um percurso escolar regular. Porém, não basta saber que os jovens retomaram um percurso escolar regular, importa também que o olhar sobre a escola e as suas potencialidades se altere. As experiências vividas por muitos destes jovens estão marcadas por aspectos que no seu conjunto conduzem a uma imagem da escola como um local no qual não gostam de permanecer e com o qual não se identificam.

Assim, o *Projecto 12-15* promove uma “escola mais atractiva”, isto é, aos jovens são dadas a conhecer as inúmeras potencialidades do espaço escolar de modo a que modifiquem não só a sua postura face à escola, como também a sua perspectiva relativamente a esta última, aos seus agentes e à sua cultura de aprendizagem. Assim, após o cumprimento do horário estabelecido para as actividades curriculares, são proporcionadas actividades lúdicas que passam, sobretudo, por áreas capazes de motivar e despertar o interesse destes jovens. Deste modo, espera-se que a escola passe a ser tida como um lugar onde queremos estar, no qual é bom permanecer, porque nela é possível aprender fora e dentro do contexto de sala de aula. O retorno à escola, uma nova imagem sobre esta, a posse de uma qualificação escolar mais elevada do que a de partida constituem fins meritórios, aos quais se acrescentam outras mais-valias, tais como: a integração social, a melhoria da qualidade de vida, o reforço da auto-estima e motivação, entre outras.

No entanto, importa também mencionar que, inerente ao abandono escolar está a entrada precoce no mercado de trabalho, sendo este, na maioria das vezes, um mercado de trabalho desqualificado e explorador. Deste modo, a forma de conceder uma outra oportunidade a jovens que, até então, viviam experiências de empregabilidade precária é colmatar as suas necessidades educativas e formativas, por um lado, e fazendo-os aceder a uma qualificação profissional mais consentânea com os seus interesses e expectativas, por outro. É, exactamente, isto que a EIPDA propõe com as actividades que desenvolve no domínio da *Educação e Formação de Jovens*.

A todos os jovens com idades entre os 15 e os 25 anos é-lhes possibilitada a frequência de um curso de educação e formação, cuja aprovação final lhes dá direito a possuir uma dupla certificação, isto é, obter uma certificação profissional de nível 1, 2 ou 3, com equivalência a 6, 9 ou 12 anos de escolaridade. Neste âmbito, ficam como exemplo algumas das áreas formativas ministradas pela EIPDA: Práticas Administrativas, Electricidade de Instalações, Desenho de Construções em Madeira e Mobiliário, Cuidados e Estética do Cabelo. A escolha destas áreas não foi aleatória, pelo contrário teve em conta dois factores fundamentais: o interesse que tais áreas possam

constituir para os jovens a que se destinam, por um lado, e as carências no mercado de trabalho, por outro. Assim sendo, para estes jovens, com habilitação escolar entre o 1º Ciclo do Ensino Básico e o Ensino Secundário, é garantido o aumento das suas habilitações escolares, bem como a inserção profissional de sucesso, diminuindo-se os riscos de desemprego e exclusão social, tantas vezes associados.

À semelhança da *Educação e Formação de Jovens*, no que toca à idade, qualificação escolar e certificação a atribuir aos destinatários, inscreve-se o *Sistema Aprendizagem*. Este último tem como finalidade qualificar os jovens, por forma a facilitar a sua integração na vida activa. Por outras palavras, no término do processo de formação, os jovens vêem reforçadas as suas competências académicas, pessoais e sociais, os seus saberes no domínio científico-tecnológico e encontram solidificada a sua experiência em ambiente de trabalho.

Neste contexto, torna-se evidente que a EIPDA, pretende continuar a possibilitar a melhoria das qualificações escolares e profissionais dos jovens, o que contribuirá em larga medida para a melhoria dos níveis de produtividade do país, com vista à aproximação aos valores médios da União Europeia, e, em particular, do Concelho da Amadora, alargando o leque de escolhas para estes públicos.

Numa economia global, como é aquela em que vivemos hoje, a melhoria dos níveis de produtividade e a procura de uma crescente competitividade, conduz a que as exigências no mercado laboral sejam cada vez maiores. Neste sentido, o défice de qualificação escolar e profissional da população potencia condições de risco de desemprego. Logo, é imperativo o investimento em projectos que incidam nos activos menos qualificados, de modo a prevenir formas de exclusão profissional e social.

A EIPDA reconhece que poderá assumir um papel estratégico também neste domínio, por isso mesmo, a população desempregada ou empregada, mas em situação de trabalho precário em risco de desemprego, que não tenha concluído a escolaridade básica de 4, 6 ou 9 anos e com idade igual ou superior a 18 anos poderá encontrar, na EIPDA, cursos de *Educação e Formação de Adultos* e/ou validar competências adquiridas ao longo da vida.

A *Educação e Formação de Adultos* constitui um modelo inovador de educação e formação, visto que é desenvolvida com base num referencial de competências-chave, preconiza o reconhecimento e validação de competências adquiridas em situações formais e informais de aprendizagem e, por último, o percurso percorrido pelo adulto tem a particularidade de ser personalizado, modular, flexível e integrado. Aprender ao longo da vida é um dever, que é cada vez mais incutido pelas sociedades complexas actuais e ao qual a EIPDA dá, e continuará a dar, resposta. Deste

modo, verifica-se que a EIPDA ao reconhecer que todo o processo de formação e educação deve ser entendido de uma forma dinâmica e contínua que deve acompanhar o indivíduo ao longo da sua vida, permitindo a este último uma adaptação e uma resposta eficaz às exigências trazidas pelas permanentes evoluções económicas e sociais, procura incluir no seu plano de actividades e projectos que abarquem uma faixa etária o mais alargada possível. De tal modo, que na EIPDA se cruzam diversas gerações, o que faz dela uma escola intergeracional.

Em suma, importa deixar clara a ideia de que a EIPDA não pretende constituir uma alternativa à escola, mas sim um meio responsável no encaminhamento/reencaminhamento de jovens e adultos para o sistema educativo e para o mundo do trabalho. É, deste modo, que é encarado todo o trabalho que desenvolve e que visa desenvolver no futuro: a coesão social, o desenvolvimento de uma cidadania participativa e responsável, a empregabilidade e a prevenção das diferentes formas de exclusão.

É esta a nossa missão, *“garantir a excelência e combater a exclusão”*, porque o melhor da Amadora são as pessoas.

METAS

Mediar Escolhas, Trabalhar Autonomias

A equipa do Projecto METAS
metas.pe@gmail.com

A freguesia de Lordelo do Ouro constitui um espaço sócio-demográfico marcado por grandes assimetrias e vulnerabilidades sociais. É também por isso um espaço de fortes contrastes eco-sociais. Para referir apenas alguns indicadores, diga-se que esta freguesia apresenta uma das maiores taxas de desemprego em geral, e feminino em particular; revela também uma população com baixas qualificações escolares e profissionais. É aqui que se encontram as maiores taxas de absentismo e abandono escolar da cidade do Porto.

Foi por referência a este último fenómeno que a ADILO (associação de natureza interinstitucional), em conjunto com o Agrupamento Vertical de Escolas Dr. Leonardo Coimbra, a Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro, a Fundação de Serralves; os Serviços de Acção Social da Universidade do Porto e a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (Porto Ocidental), apresentaram um projecto denominado “METAS - Mediar Escolhas, Trabalhar Autonomias”, ao Programa Escolhas. Este projecto, que decorrerá entre Dezembro de 2006 e Novembro de 2009, será desenvolvido em duas vertentes:

- 1-Combate ao abandono e promoção do sucesso escolar;
- 2-Dinamização de espaços de integração comunitária e de participação social de jovens residentes na freguesia, incidindo especialmente nos residentes em bairros de habitação social.

A primeira vertente dirige-se aos alunos do 1º ciclo do Agrupamento de Escolas. A opção por este público resulta, por um lado da avaliação efectuada ao projecto PRELO, a qual revelou que as questões do insucesso se

colocam desde logo ao nível do 1º ciclo. Esta constatação foi, aliás, confirmada pelos dados de natureza estatística, recolhidos no presente ano lectivo, que revelam que, 51% dos alunos que frequentam as escolas EB1 registam uma ou mais retenções. Nestas condições e na impossibilidade de abranger todas as escolas e todos os alunos, optou-se por trabalhar aquelas que apresentavam os maiores índices de insucesso, designadamente a EB1 do Aleixo (50%) e EB1 de Lordelo (74%). Assim, serão especialmente abrangidas as turmas de 1º e 2º anos, através da intervenção em turma, que envolverá 65 alunos, e desenvolver-se-ão Planos de Sucesso Educativo com 50 deles.

As estratégias metodológicas fundamentais desta acção são a intervenção em sala de aula e os Planos de Sucesso Educativo. A primeira surgiu da necessidade referida pelos professores de acompanhar as crianças nos tempos de aprendizagem, em processos mais individualizados, bem como de desenvolver com elas actividades de carácter mais lúdico-pedagógico que lhes permitam desde logo, trabalhar competências pessoais e sociais que promovam comportamentos assertivos potenciadores da aquisição de conteúdos e saberes. Esta metodologia tornará mais directa e efectiva a relação do professor com o técnico da equipa. Quanto ao Plano de Sucesso Educativo, este consubstanciar-se-á na assinatura de um contrato/plano individual de educação para o sucesso educativo negociado e assinado pelo aluno, pelo professor, pelo encarregado de educação, pelo técnico e eventualmente, por técnicos de outras instituições com quem a criança ou a família tenham eventualmente relação (CPCJ, EMAT, Segurança Social, etc..). O trabalho técnico no âmbito deste plano

consistirá na produção de um diagnóstico construído por todos, dos factores de risco e protecção para a obtenção do sucesso escolar, e na definição, implementação e avaliação das estratégias a adoptar por cada um dos intervenientes para que tal seja conseguido.

O projecto pretende ainda dar contributos específicos de acordo com as características de cada um dos grupos-alvo, das necessidades que apresentam e dos objectivos que se pretendem atingir. Assim, o trabalho com os alunos terá uma valência de avaliação psicológica, sempre que se julgar necessário, e terá também uma série de actividades de carácter mais lúdico-recreativo, que permitam consolidar as aprendizagens e competências que se trabalharam na intervenção em sala de aula, para além de poderem reforçar positivamente o comportamento e ajudar a manter os níveis de motivação.

De uma natureza mais lúdica, para além da mediação e da orientação psicossocial, se revestirá também o trabalho com as famílias onde se pretende por esta via, melhorar a qualidade de interacção pais-filhos e promover junto dos pais atitudes e comportamentos que traduzam um maior envolvimento destes na vida escolar dos filhos.

Estas actividades a desenvolver com os alunos e com as famílias serão realizadas por via da parceria com a Fundação de Serralves, e acontecerão fundamentalmente, em formatos de oficinas e visitas culturais. Contar-se-á igualmente com a colaboração do Clube de Judo do Porto, que dinamizará sessões com os alunos do 2º ano do primeiro ciclo. De referir que este projecto conta também com a parceria formal com a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, com quem se articulará trabalho directamente a propósito dos alunos do 1º ciclo, abrangidos pelos Planos de Sucesso Educativo. Está também prevista a participação de um técnico do projecto nas reuniões da Comissão Alargada de forma a consolidar um maior entrosamento das instituições e das actividades do próprio projecto.

A segunda vertente, será dirigida a jovens, dos 11 aos 18 anos, e será implementada no Centro de Iniciativa Jovem (CIJ), em estreita articulação com a valência de jovens do Centro Comunitário de Lordelo do Ouro. Pretende-se assim contrariar a tendência crescente dos jovens de bairros de habitação social, e outros locais problemáticos da freguesia, para a evidênciação/consolidação de comportamentos desviantes. Por outro lado, visa-se também, e articuladamente, trabalhar as competências pessoais e sociais destes jovens, com vista a aumentar a sua participação na vida

social e comunitária, assente numa metodologia de *empowerment*, do que se espera resulte, a constituição de uma comissão de gestão do CIJ, posteriormente transformada e formalizada em Associação de Jovens. Esta associação, integrará, em 2008, o consórcio deste projecto.

De forma transversal ao projecto, e como princípio metodológico, será desenvolvida uma estratégia de diversificação das experiências culturais, por forma a contrariar a tendência de *guetização* cultural a que estes públicos estão sujeitos. Desta forma, através da articulação com o *Gadup*, onde os jovens poderão frequentar, nos espaços da Faculdade de Desporto, as actividades programadas para os alunos da universidade, da articulação com a Fundação de Serralves, que desenvolverá oficinas/laboratórios artísticos, e de saídas culturais será possível permitir o contacto destes jovens com actividades diferentes das que habitualmente conhecem, mas também com espaços e pessoas exteriores ao seu contexto de vida.

Igualmente transversal, e fortemente articulado com as diferentes acções do projecto, será reorganizado o actual CID, o qual será dirigido aos alunos do 1º ciclo e fundamentalmente aos jovens, motivo pelo qual o CID passará a estar localizado no Centro de Iniciativa Jovem. Este recurso informático continuará a ter um papel fundamental na execução do projecto, quer pela motivação que gera para a participação e envolvimento dos jovens nas actividades que visam atingir os objectivos do projecto, quer pelas competências tecnológicas que os jovens podem adquirir, tão fundamentais para a sua formação actual. Assim, o CID pretende cumprir três das quatro vertentes/ medidas que o Programa Escolhas prevê, designadamente a inclusão escolar e educação não formal, a participação cívica e comunitária e a inclusão digital.



“Estou num lugar mágico de vida e sensibilidade. Isto é que é Portugal. Um lugar mestiço. Faz-me lembrar as mantas de retalhos que minha mãe fazia. A nossa sociedade é isto e não apenas aquele quotidiano das pessoas esmagadas e inexpressivas que vemos nos transportes públicos.

A festa também faz parte da vida e estas pessoas estão vivas.

Isto é vida.

O humano é divino.”

Foram palavras do poeta António Ramos Rosa na inauguração do novo Centro de Formação / Biblioteca “António Ramos Rosa” do Moinho da Juventude, em Janeiro de 2006. Contrastam com os relatos na comunicação social sobre a Cova da Moura.

É verdade, confrontamo-nos com muitos problemas no nosso bairro. Desemprego, salários em atraso, empregos precários, insegurança na construção civil, horários extremos: entrar às 6h da manhã e sair às 21h das limpezas dos escritórios.

A demolição do Casal Ventoso em 1998 trouxe para o nosso bairro a venda da droga como “alternativa aliciante” para alguns jovens e mulheres, utilizados por “bosses” sem escrúpulos. Toxicodependentes de Lisboa e arredores “invadiram” o nosso bairro.

São realidades com que nos confrontamos e que enfrentamos.

Centro Tomkiewicz

No Centro de Documentação Stanislas Tomkiewicz¹ pretendemos reflectir sobre o nosso “contexto”, acreditando sempre na capacidade que toda a pessoa tem para se reconstruir e para utilizar as suas forças e a sua inteligência nessa reconstrução. Como Tomkiewicz, partimos da convicção de que as crianças e jovens são dignas de ser amadas e que, por isso, é preciso oferecer-lhes os meios para se fazerem amar.

Apostamos na adaptação do adolescente a si próprio, como forma de o ajudar a reconciliar-se com a vida, oferecendo-lhe um quotidiano baseado na democracia e na liberdade. O Centro Tomkiewicz pretende em 2007 dar um apoio aos jovens que estão presos, assegurando uma ligação com as suas raízes e preparando novas perspectivas de integração profissional.

Peritos de Experiência e Valorização de Competências

Acreditamos na complementaridade entre a prática e a teoria. Apostamos no trabalho de equipa entre Peritos de Experiência² e Técnicos. É o caminho mais difícil, porque implica abertura e vontade de aprender; implica derrubar muralhas de orgulho e reconhecer as incertezas e as fraquezas. O tandem, trabalho de equipa, é um caminho longo, de avanços e recuos, 2 passos para frente e 1 para atrás (e às vezes o contrário!).

Os tandens Perito de Experiência/Técnico que conseguem arriscar e caminhar, crescem muito a nível

pessoal e profissional, sobretudo as crianças, os jovens e os adultos que eles acompanham.

É o tandem “Perito de Experiência – Técnico” que gere a sala na Creche, Jardim-de-infância. Muitos dos Peritos de Experiência valorizam os seus conhecimentos e a sua prática de ama clandestina, mãe no curso EFA – auxiliar de acção educativa. Conseguimos a integração de 3 homens no quadro dos colaboradores da Creche e Jardim-de-infância.

Creche

A Creche “A Árvore” surgiu em Maio de 2003, devido à grande falta de espaços com qualidade, no bairro da Cova da Moura. Antes da existência da creche, a única saída da maior parte das famílias do bairro eram as amas. As mães, já que muitas das famílias são monoparentais, sem recursos económicos suficientes, tinham de optar por amas ilegais, sem formação, sem o mínimo de condições de higiene e com espaços exíguos na maior parte das situações. Havia ainda algumas crianças que ficavam sozinhas em casa enquanto as mães iam trabalhar.

Assim, a creche “A Árvore” surgiu para oferecer um espaço, cuidados e uma educação de qualidade aos bebés do bairro. A creche funciona todos os dias úteis, das 6h às 20h, e tem 60 crianças dos 4 aos 36 meses, 3 educadores de infância e 10 auxiliares de acção educativa, estes últimos filhos da comunidade, peritos de experiência, todos com formação específica. Ao longo do ano realizam-se ainda, mensalmente, acções de formação para todos os peritos e técnicos da creche.

Uma das grandes apostas da equipa da creche é também o trabalho com a Família/ Comunidade. Privilegiamos a interligação com a Família, assim como a valorização da cultura de origem. A participação activa no trabalho da creche é realizada através de reuniões trimestrais de pais, onde a família contribui para o laneamento do trabalho a ser desenvolvido na sala e onde também desenvolvem actividades que os filhos

¹ Em Janeiro de 2006, o Moinho da Juventude inaugurou o Centro Stanislas Tomkiewicz. Tomkiewicz, um pedopsiquiatra e psicoterapeuta reconhecido internacionalmente que dedicou, toda a sua vida, às crianças e aos adolescentes em sofrimento psicológico e vítimas de injustiças e maus-tratos. Nasceu na Polónia, numa família judia, sobreviveu ao gueto de Varsóvia, foi deportado para um campo de concentração e sobreviveu a uma longa tuberculose.

² Perito de experiência = Pessoa, que experienciou, que reflectiu sobre e equacionou uma determinada vivência e a enquadrou e que, através duma formação, adquiriu atitudes, competências e metodologias para aplicar, duma forma cabal, “a sua experiência em determinada área” num ou mais sectores daquela área.



realizam habitualmente na creche: aprendem a fazer massa de cores, *digitinta*, e várias técnicas de expressão plástica que podem explorar em casa, ao mesmo tempo que descobrem as sensações que os seus filhos vivem ao explorar os materiais na sua constante descoberta do Mundo.

Ao longo do ano organizamos ainda festas-convívio e formações para a Família, estando já programadas uma formação sobre os “Primeiros Socorros para a 1ª infância” e outra de “Massagem Shantala”, a pedido dos pais. É claro que diariamente os Pais vão às salas e vêem o que está a ser explorado, participando nalgumas actividades sempre que têm alguma disponibilidade.

Temos ainda vários parceiros entre os quais a PSP, que desenvolve regularmente uma aproximação com a Comunidade e visita e participa nas actividades da Creche.

Ao longo do ano acolhemos voluntários de várias partes do mundo e estagiários de enfermagem da Escola de Enfermagem Calouste Gulbenkian, no seu estágio de saúde comunitária, do 3º ano.

Relativamente ao projecto 2006/2007, associado à sensibilização para a Qualificação do Bairro³ e para a preservação do ambiente, têm vindo a ser desenvolvidas várias actividades de valorização das potencialidades do bairro, envolvendo não só a Creche como também outros núcleos do Moinho e elementos da Comunidade.

Creche Familiar

Temos um intercâmbio constante com as 48 crianças e 12 amas da Creche Familiar “O Moinho”. Cada ama tem uma sala de Creche, Jardim-de-infância ou ATL como Madrinha. Trocamos desenhos, jogos. Fazemos passeios em conjunto. Tratamos em conjunto dos coelhos e ratinhos da Índia, na Casa dos Animais. Aos Feriados e Fins-de-semana são os pais que assumem a manutenção.

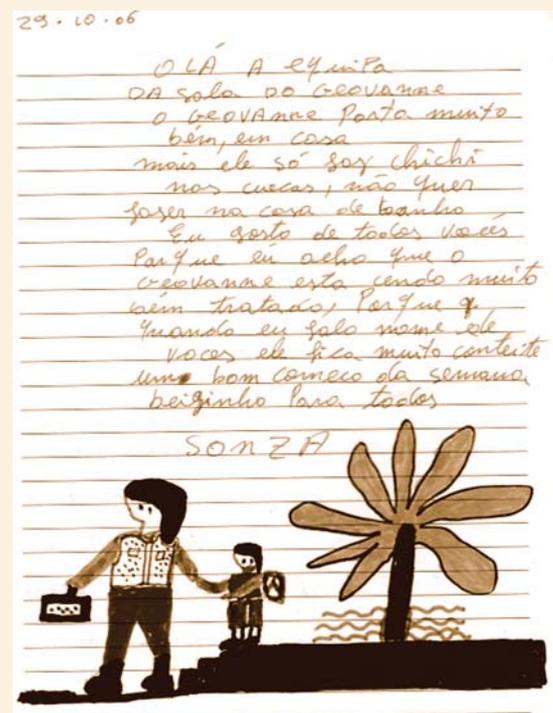
Formação Parental

“Os 6 pais de bairro” do Programa “O PULO” apostam na Formação Parental de 24 pais cada. É o elo que ajuda a valorizar as capacidades dos pais, procurando tocar as diferentes áreas da educação⁴.

Jardim-de-Infância

O jardim-de-infância da Associação Cultural Moinho da Juventude funciona oficialmente desde 1996 e integra uma equipa pedagógica multicultural, dinâmica, tendo em cada sala um tandem de Técnico/Perito de experiência. O jardim-de-infância é constituído por quatro salas de actividade, onde 84 crianças vivenciam actividades lúdicas e pedagógicas conjuntamente com os outros núcleos da Associação, nomeadamente o ATL, as valências da Creche e Creche Familiar. Envolvem-se e participam activamente ao realizarem desenhos/pinturas, bandeirinhas coloridas, gincanas e jogos tradicionais, exposições, almoços, convívios, danças, festas. Festejam em especial, com toda a comunidade, o Kola San Jon, em que todo o bairro – crianças, famílias, parceiros, sócios, visitantes ou convidados, colaboradores, moradores... – da Cova da Moura sai à rua a dançar, comemorando os piratas que assolaram Cabo Verde e ao mesmo tempo agradecendo pelas novas colheitas e partilhando duas grandes painéis de cachupa para lembrar o “*Djunta mo*”, o juntar das mãos, com que foi construído o bairro.

Ao desenvolver e, correlacionando os conhecimentos e experiências de todos, alcançam-se metas educacionais, estabelecem-se vínculos sociais, humanos, familiares... que possibilitam declinar imagens ou opiniões estigmatizadas.



³ RCM 143/2005 “Bairros Críticos” Protocolo assinado no dia 6/11/2006.

⁴ O PULO tem como material de apoio fichas semanais para os “Pais de Bairro” e para os Pais. Os técnicos da Faculdade de Educação da Universidade de Utrecht elaboraram estas fichas para acompanhar as aquisições das crianças entre 2 e 4 anos.

Nada mais esclarecedor quando observamos as crianças ao participarem em actividades cinotécnicas com a PSP, ao partilharem convívios com os vizinhos do Lar de Idosos, ao realizarem intercâmbios com a Escola do 1º Ciclo da Cova da Moura... transmitindo o melhor que há em nós através de exposições fotográficas ou simplesmente fazendo passeios pelo Bairro, interagindo espontaneamente com os moradores..."

ATL

No ATL, em funcionamento desde 1989, as crianças assumem diversas responsabilidades. Semanalmente há uma que é chefe de mesa; outra é responsável pela arrumação do material didáctico. Têm semanalmente aulas de informática na sala "Navega", onde decorrem cursos para jovens e adultos noutros horários. Duas vezes por semana, um pequeno grupo de crianças do ATL participa nas "tardinhas de filosofia", questionando os "porquês" das coisas. Outro grupo está no "inglês" e um 3º grupo está a trabalhar "as Virtudes", fazendo anteriormente alguns exercícios de Tai Chi que ajudem o relaxar.

Jovens

É uma panóplia de actividades que os jovens desenvolvem: dança dos "Wonderfull Kova M"; rap; gravações no estúdio improvisado, ginástica das traquinas azuis, apoio escolar, introdução nos segredos da cozinha, Futsal e Basquetebol. Acompanhados por um técnico, são os Peritos de Experiência que assumem a responsabilidade destes grupos. Numa formação trimestral avaliam e planeiam. No segundo semestre de 2006 apostámos numa formação mais intensiva,

baseada na exploração da "História de Vida" de cada Perito de Experiência, complementado com uma abordagem das teorias do Ivan Boszormenyi-Nagy.

Os Colaboradores

Contamos com um equipa muito empenhada, que trabalha com afinco e muito "amor à camisola". Queremos destacar a importância do trabalho em parceria com muitas entidades e o apoio de voluntários de diversos quadrantes: Professores de Matemática, Inglês, uma Professora de Linguística, Psicólogas do Hospital Júlio de Matos, uma Pedopsiquiatra, uma professora de música e outros tantos que ajudam para superar situações problemáticas ou para nos abrir novas portas.

Fados

A comunidade da Cova da Moura ficou orgulhosa com o convite do cineasta Carlos Saura para 60 pessoas do grupo do Kola San Jon⁵ participarem nas filmagens do seu novo filme "FADOS" ao lado da Lura, Mariza, Carlos do Carmo, Caetano Veloso, Chico Buarque. Um filme que será uma manta de retalhos com muita harmonia!

É neste sentido de questionar, reflectir, agir, que procuramos operacionalizar as Traves Mestres⁶ do Moinho da Juventude, certos de que "Um outro mundo é possível se a gente quiser".

"Djunta Mo" para a qualificação do Baixo da Kova M.!

⁵ Manuel António de Almeida escreveu em 1854: "Todos sabem o que é fado, essa dança tão voluptuosa, tão variada, que parece filha do mais apurado estudo da arte."

⁶ O Moinho tem 12 Traves Mestres, que poderão encontrar no nosso site.

Promoção da participação democrática das crianças

urgente e necessária

Catarina Tomás¹
caterinatomas@gmail.com

As temáticas relacionadas com a infância nas sociedades contemporâneas continuam a ser consideradas como uma problemática menor, desde a discussão, ainda incipiente, do papel das crianças na sociedade, à sua participação, ou não, em matérias que lhes dizem respeito e a fenómenos sociais complexos, como a delinquência infantil e juvenil, as situações de risco, os maus-tratos, a pedofilia, e outros. Estes problemas sociais que permanecem latentes porque são considerados como uma excepção (quando são fenómenos integrantes da sociedade), pelo que não podem ser considerados como algo inevitável ou incorrigível são uma espécie de fatalismo.

Historicamente as crianças e a infância, como grupo geracional, sobretudo nas sociedades ocidentais, têm estado excluídas das esferas sociais de decisão e participação. A cultura de "não ouvir" as crianças não é

limitada pela geografia, ela ocorre em todo o mundo. Mas nas últimas décadas, sobretudo a partir da Convenção dos Direitos da Criança (CDC, 1989), assistimos a um interesse pelas crianças e pela infância enquanto grupo social, o que poderá sugerir que estamos a assistir a um processo de *descolonização da infância*.

Vivemos num tempo de complexidade, injustiça e de incerteza. Neste novo século, alguns dos objectivos e promessas da modernidade continuam por atingir e cumprir, e outros reptos se adivinham, para os quais as soluções actualmente apresentadas e adoptadas, não o satisfazem nem cumprem. No entanto, face a um cenário complexo sobre a situação mundial da infância

¹ Professora no Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho.

e as dificuldades que se apresentam aos diversos Estados na promoção e garantia dos DC, desenvolve-se no espaço-tempo mundial uma cultura de resistência. E no que diz respeito à infância e às crianças, já estão a acontecer esforços e experiências em diversas paragens em todo o mundo, no sentido de contribuir para uma compreensão das crianças e da infância. Dentro dessas experiências, destaco experiências e programas que promovem a participação das crianças. Espaço de participação onde se possam encontrar diferentes saberes, os dos adultos e os das crianças. O que contribui para superar uma visão e postura adultocêntricas e permitir abertura às propostas das crianças, promovendo, desta forma, a desocultação de *coisas de crianças*, a partir do seu mundo e das suas práticas que, de outra forma, permaneceriam ocultas. Além disso o debate sobre a inclusão da infância e a participação das crianças insere-se num quadro mais amplo de discussão, nomeadamente as discussões que dizem respeito à globalização, à democracia e à cidadania na tentativa de encontrar alternativas às soluções já existentes. Existem imensas formas de discordância na interpretação das teorias, das estratégias e dos caminhos metodológicos traçados e a serem seguidos, em função dos objectivos, que têm, como factores determinantes, a cultura, a história, o contexto de vida das crianças e as diferenças em função do espaço-tempo, das diferentes escalas, entre outros factores. No discurso teórico, tudo isto é reconhecido como válido e importante; no entanto, as crianças permanecem quase sempre excluídas dos processos de decisão e participação.

Não teremos certamente que escolher um lado em detrimento de outro, porque cada fenómeno, cada realidade é sempre multifacetado. Assim, é essencial analisar e debater a forma como o discurso e as narrativas sobre as crianças e a infância se constroem e se promovem. Além disso, não me parece possível caracterizar como correctos ou incorrectos uma produção científica pessoal, um conhecimento ou uma aprendizagem. Assim sendo, partimos do reconhecimento das *ignorâncias recíprocas* (Santos, 2003), dos poderes e saberes desiguais entre adultos-crianças e do uso que os diversos actores fazem deles, para chegar a uma produção partilhada de saberes com a consciência de que uma alternativa ao sistema de dominação que se critica, recusa e combate é indissociável do poder.

De destacar ainda o privilégio dado às metodologias participativas por permitirem e promoverem a recolha da “voz” das crianças, isto é, “a expressão da sua acção e da respectiva monitorização reflexiva” (Sarmento, 2000:159).

A investigação participativa surge num contexto socio-político e económico conturbado: a crise estrutural que assolava a maioria dos países sul-americanos; a crise das ciências sociais na América Latina dos anos 60, e também na Europa, embora com outras especificidades; a influência e a luta dos movimentos sociais. A participação da investigação científica em causas políticas e a ruptura com práticas colonizadoras

herdadas tem a sua origem no movimento socialista europeu do século XIX e princípio do século XX. Esta proposta metodológica surge como crítica aos modelos positivistas e funcionalistas e a uma concepção de ciência que se quer neutra, apolítica e não comprometida.

Do ponto de vista metodológico, a investigação participativa procura métodos e técnicas que permitam *conhecer transformando*. A investigação participativa é um paradigma emergente das ciências sociais críticas, um movimento político e um processo múltiplo de investigação, educação e acção. Nasceu do campo educativo no âmbito de movimentos populares e da educação de adultos: *Participatory Rural Appraisal (PRA)* e investigação – acção participativa (PAR – *Participatory Action Research*), que originalmente eram utilizadas com adultos e estendeu-se a outros campos.

Nas décadas de 60 e 70, na América Latina e um pouco por todo o mundo, surgem várias experiências, designações, redes, simpósios congressos e seminários, associados à investigação-acção participativa (IAP). Segundo Haguette (2003) a designação de investigação acção designa as práticas de origem europeia e a de investigação participante aplica-se às que tiveram origem na América Latina.

O enfoque participativo foi sofrendo algumas alterações de acordo com as mudanças sociais e, nas décadas de 80 e 90, diversifica-se relativamente às suas opções teóricas, técnicas, ideológicas e políticas. Defende-se que a participação da colectividade organizada no processo de investigação permite uma análise objectiva e autêntica da realidade social. O investigador participa e é um aprendiz comprometido no processo. É sobretudo a partir destas décadas até à actualidade que vários investigadores, educadores e técnicos, instituições e ONG’s estabelecem compromissos com populações marginalizadas e oprimidas pela globalização neoliberal e pelo capitalismo.

É também na década de 80 que aumenta o interesse em ouvir as crianças e o desenvolvimento de metodologias participativas com crianças (O’Kane, 2005), a partir de vários pressupostos, nomeadamente a questão de “ouvir a voz das crianças”. O que significa reconhecer que as crianças são actores sociais e produtoras de cultura e conhecimentos e que têm múltiplas linguagens, nem sempre acessíveis aos adultos porque estão fora da sua “capacidade auditiva”. Como se faz, então, esse acesso? Através de dispositivos metodológicos e analíticos adequados. Não se trata de traduzir essas múltiplas linguagens das crianças num discurso único, mas de as tornar inteligíveis.

Não se trata de reduzir a participação das crianças a um conjunto de procedimentos formais ou níveis de participação apenas para legitimar um princípio ou procedimento jurídico. Não se trata de uma questão jurídica já que, se centrarmos aí a discussão e o enfoque, corremos o risco de a participação infantil sofrer um processo de regulação social que submete a reivindicações das-pelas-com as crianças aos desígnios do Estado ou de agências supranacionais ou de

determinados grupos. É importante reconhecer a dimensão jurídica, uma das dimensões no processo e não o processo em si próprio. É necessário resgatar o aspecto político, apesar das possibilidades de participação das crianças na organização dos espaços públicos serem praticamente inexistentes, porque há uma persistente cultura de marginalização das crianças. Temos ainda que referir que não há fórmulas que se apliquem a todos os casos e não há modelos ou experiências universais e é importante considerar que não se podem transpor experiências que funcionam em determinado país ou grupo para outro, sem ter em conta as questões culturais e o contexto. Caso contrário, assistiríamos a uma colonização externa dessas práticas. É necessário desconstruir criticamente a ideia de *uma infância* e esclarecer o próprio processo de construção de uma imagem, associada no imaginário social a um vasto leque de práticas, de gostos, de referências culturais, de modalidades do imaginário, de estilos de vida, de formas de comportamento, etc., a propósito das crianças nas sociedades contemporâneas. Tal imagem é largamente fictícia e esconde, na realidade, enormes diferenças entre grupos sociais extremamente dissemelhantes. Desta forma, há uma heterogeneidade que caracteriza a população infantil. Compreender esta pluralidade de condições é, provavelmente, o que melhor permite definir pautas de políticas públicas adequadas e orientadas para os problemas que afectam as crianças. Depois, é necessário que as crianças sejam concebidas não como objectos, mas como sujeitos, em diferentes escalas: locais (por exemplo, a família e a escola), nacionais (por exemplo, as autarquias e o Estado) e transnacionais (organismos internacionais). Cabe aqui fazer uma referência específica à escola, porque é umas das instituições onde as crianças passam grande parte do seu tempo. Torna-se urgente promover este espaço, que vive momentos de turbulência e ausência de garantias, como um espaço de educação e de exercício de cidadania das crianças e promovido por elas tem que incluir a assumpção de atitudes

reflexivas por parte dos adultos. Desta forma, é possível ler as acções sociais das crianças, na sua diversidade e como sujeitos de conhecimento social. É necessário pensar na intervenção pedagógica que seja capaz de promover não apenas as questões lúdicas e conteúdos programáticos, mas outras práticas educativas que contemplem dimensões políticas, sociais, culturais e cívicas. Uma educação *Bijum ta'sel*², que é aquela em que a criança é o sujeito activo e uma escola como um espaço democrático de produção e difusão de conhecimentos, comportamentos e atitudes que visem uma sociedade mais justa.

No fundo, deseja-se que as crianças possam ter a possibilidade de influenciar, politicamente, não só no espaço escola mas em todos os espaços da comunidade - escala local - e da sociedade - escalas nacional e transnacional - ou seja, o exercício da cidadania. Não apenas através de palavras e raciocínios desvinculados da experiência e do quotidiano das crianças mas a partir das suas experiências concretas. Ou seja, a promoção das condições de participação democrática para as crianças não é só necessário como urgente, caso contrário o futuro afigura-se problemático e assustador.

Referências Bibliográficas

- Haguette, Teresa (2003), *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petropolis: Editora Vozes.
- O'Kane, Claire (2004), *Children and young people as citizens: Partners for social change*. Reino Unido: Save the Children.
- Santos, Boaventura S. (2003), «A Universidade Popular dos Movimentos Sociais para Formar Activistas e Dirigentes dos Movimentos Sociais e ONGS e Cientistas Sociais, Intelectuais e Artistas dedicados à Transformação Social. Uma Proposta para Discussão», disponível em <www.ces.fe.uc.pt > (último acesso em 14 de Dezembro de 2006).
- Sarmento, Manuel (2000), «Os Múltiplos Trabalhos da Infância», em *Straight to the Point: "Should we boycott companies relying on child labour?"*. Braga: Instituto de Estudos da Criança/Universidade do Minho.

² Tsotsil Mayas (grupo indígena do Estado Mexicano de Chiapas) faz uma distinção fundamental entre dois tipos de educação: *Bijum ta'sel* ("vir a ser sábio e virtuoso") e *Cha'am ta'sel* ("coisas que o outro dá a você"). A primeira considera a criança um ser activo e a segunda considera que a criança é o objecto passivo, o conhecimento é "dado" pelo professor.

Trampolim

Itinerários Individualizados de Inserção

Paula Cruz
paula.cruz@reapn.org

...Acho que o projecto serve para ter umas "luzes" sobre uma actividade, ganhar experiência. Se não tivesse a experiência e fosse trabalhar é como se estivesse a nascer para aquilo na altura. Agora já sei algumas coisas. E é muito importante saber lidar com as pessoas, porque as pessoas não são todas iguais.

(Jovem participante no Projecto Trampolim)

O Projecto "Trampolim – Itinerários Individualizados de Inserção" surge em 2001 no âmbito da Iniciativa Comunitária Equal promovido pela Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto em parceria com um conjunto de outras entidades¹. O Trampolim surge do interesse destas entidades em desenvolver um projecto que procure, por um lado, reflectir a problemática dos Jovens que se encontram em situação de abandono e insucesso escolar e, por

isso, numa situação de exclusão social e profissional e, por outro lado, definir e experimentar novos modelos de intervenção com estes jovens.

¹ Na Acção 3 do Projecto a Parceria foi composta pelas seguintes entidades: Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto (entidade interlocutora), Agência para o Desenvolvimento Integrado de Lordelo do Ouro (ADILO); Agrupamento de Escolas de Miragaia; Associação para o Desenvolvimento Integrado de Matosinhos (ADEIMA); Centro Social Paroquial Na. Sra. da Vitória; Direcção Regional de Educação do Norte (DREN); Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCE-UP) e Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal (REAPN).

O Trampolim, (...), procurou pautar as suas acções colocando o jovem no centro das suas actividades. Daí a importância dada à especificidade de cada jovem sendo o modelo de intervenção desenhado a partir de um diagnóstico individual e de um processo de acompanhamento ao longo de todo o seu trajecto no projecto. Mas também do desenvolvimento e incentivo de mecanismos de participação e empowerment, da valorização e reconhecimento da sua individualidade, interesses, motivações, expectativas e também das competências que detém apesar do seu percurso, como ponto de partida para um processo de auto-reflexão e mudança.

No processo de intervenção com os jovens deve-se ter em conta, por um lado, quer a diversidade de dimensões que caracterizam o seu contexto de vida e cujas características são impulsionadoras de situações de vulnerabilidade e, por outro, a forma como as organizações encaram e trabalham esta diversidade/heterogeneidade de situações. Uma das questões levantadas pelo projecto prende-se com a importância de se definirem e adaptarem estratégias de intervenção integradas que abordem o indivíduo em toda a sua dimensão. Ao mesmo tempo é importante olhar para estes jovens e procurar respostas caso a caso, uma vez que cada um deles detém problemas específicos e um potencial específico que deve ser reconhecido e mobilizado no seu processo de integração. No entanto, é possível identificar todo um conjunto de dificuldades que são um entrave ao desenvolvimento de uma estratégia integrada. Desde logo, a grande dificuldade das Organizações em se articularem e trabalharem em rede; a falta de recursos técnicos que permitam um acompanhamento próximo e contínuo dos jovens; a forma como se encara o fenómeno da pobreza, do abandono e do insucesso escolar; a falta de uma cultura de cidadania e a pouca abertura da escola ao exterior. Ao mesmo tempo o processo de integração deve ser um processo participado, não só pelos técnicos (que assumem a responsabilidade pela procura de uma solução para o problema), mas também por outros actores que assumem um papel fundamental na vida do jovem, como a sua família, e acima de tudo, pelo próprio jovem que é alvo de intervenção.

Desenvolver uma metodologia participativa nem sempre é fácil. Desde logo, o exercício de participação requer uma preparação para um eficaz exercício da cidadania, reconhecimento dos seus direitos, mas também dos seus deveres. Há que tornar as pessoas conscientes de que podem agir, e que o devem fazer, na construção do seu futuro e na mudança da sua situação de exclusão. No mesmo sentido há que mantê-las informadas dos modos e dos recursos que podem usar para definir o seu percurso. Estas são duas das dimensões que devem ser trabalhadas nos jovens.

No mesmo sentido, muitos destes jovens possuem uma baixa auto estima e reflectem alguma desilusão face à

escola e face a outros projectos dos quais não conseguiram obter sucesso. Um outro factor que constitui obstáculo à participação dos jovens prende-se com o facto destes serem oriundos de famílias que também vivem situações problemáticas e que devem ser acompanhadas no sentido de permitir que também elas participem na construção do projecto de vida do jovem. Neste sentido, o contexto onde o Jovem vive deve ser bem conhecido de modo a que se possa intervir a diferentes níveis. Para tal o estabelecimento de parcerias com outras entidades facilita e é uma das estratégias fundamentais para a reconversão destas situações.

Do ponto de vista dos técnicos e das próprias Organizações (onde se inclui a Escola) estas muitas vezes não estão preparadas para abdicarem do poder que possuem: poder de organizarem a vida do indivíduo, definindo estratégias tendo em conta as suas próprias realidades e não as do indivíduo. Por estas razões a Escola é apontada muitas vezes como criadora de situações de exclusão. A Escola ainda possui uma estrutura muito limitadora da participação, faltando espaços de convivência onde os jovens possam, de modo flexível, expressar a sua criatividade, ganhar experiências, mas também serem motivados a participar.

Uma das formas de abrir as organizações à participação passa por superar alguns dos obstáculos acima referidos, mas também por definir e implementar estratégias de comunicação que lhes permitam estarem permanentemente actualizados sobre a realidade na qual intervêm, sobre o seu público-alvo e sobre as medidas que a nível nacional e local vão sendo definidas. A comunicação é um dos elementos fundamentais a qualquer actividade de participação: no *antes*, pois todas as pessoas devem perceber as razões porque é importante participarem; no *durante*, as pessoas devem ir avaliando as actividades e participando no processo de tomada de decisão; no *após*, os *outputs* finais devem corresponder às necessidades sentidas e responder aos problemas apresentados.

O Projecto Trampolim direccionou-se a jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 21 anos, que não tinham concluído a escolaridade obrigatória e que não possuíam experiência de trabalho. O projecto procurou corresponder a algumas das orientações atrás descritas. O *modelo operativo de intervenção* que se propôs construir foi designado de **Percursos Integrados/Respostas Diferenciadas**² e respondeu a uma *lógica de acção que levou em conta os traços comuns de uma intervenção e as características da população alvo*, mas acentuou a *individualidade dos trajectos, dos interesses, das expectativas e das características individuais*.

² Este modelo e as várias etapas do projecto estão apresentadas e descritas no Guia *Trabalhar com Jovens com poucas qualificações escolares e profissionais e em risco de exclusão social – Práticas e Reflexões. Elementos de apoio à organização e promoção de actividades de Inserção socioprofissional*. Este Guia constitui o produto final do Projecto.

O modelo divide-se em 3 fases. Na primeira fase, designada de *Acesso, Diagnóstico Individual e Implicação dos Jovens*, procurou-se dar a conhecer o projecto e a sua equipa, assim como envolver os jovens em todo o processo. Este envolvimento tinha como objectivo conhecer as necessidades por eles sentidas, assim como, identificar as suas potencialidades e os seus interesses e competências. Ao mesmo tempo pretendeu-se sensibilizá-los para participarem nos vários momentos do projecto. Uma segunda etapa, designada de *Desenvolvimento de Competências de Integração*, teve como objectivo procurar respostas para os diferentes jovens, alvo de intervenção. Estas respostas centraram-se em actividades de formação em sala, Formação em contexto de trabalho e encaminhamento para diferentes instituições de formação profissional. Uma última etapa - *Acompanhamento Individualizado para a Inserção / Construção de itinerários Individualizados de Inserção* - foi transversal a todo o projecto, ou seja, teve sempre

em atenção todos os momentos da formação em sala, da formação em contexto de trabalho, de formação profissional e mesmo dos contextos sociais e familiares onde o Jovem estava inserido. O objectivo principal era o de conseguir, através de uma metodologia participativa e de aproximação ao jovem, construir um plano de inserção social e profissional, individual e adaptado, que permanecesse mesmo após o fim do projecto (que podia ser até o de retornar à própria escola e retomar os estudos). Este modelo é ilustrativo da importância e da eficácia que pode ter o trabalho próximo e com as pessoas, neste caso os jovens, para a superação de situações de vulnerabilidade. É também revelador do caminho que as Organizações, e a própria escola, devem ainda percorrer de modo a realizar este acompanhamento que deve abarcar não só o jovem, mas todo o contexto onde este se move.

Um espaço europeu de aprendizagem ao longo da vida

O futuro da Europa depende da capacidade que os seus cidadãos tiverem para fazer face aos desafios económicos e sociais. Um "espaço europeu de aprendizagem ao longo da vida" permitirá aos cidadãos europeus passar livremente de um ambiente de aprendizagem para um emprego, de uma região ou de um país para outro a fim de utilizarem da melhor forma as respectivas competências e qualificações. Assim, uma "aprendizagem ao longo da vida" incide na aprendizagem que vai do ensino pré-escolar até à pós-reforma ("do berço ao túmulo"), abrangendo também qualquer tipo de educação (formal, informal ou não formal).

No contexto do objectivo estratégico enunciado no Conselho Europeu, de Março de 2000, para que a União Europeia se possa tornar na economia do conhecimento mais competitiva e mais dinâmica do mundo, o quadro integrado de cooperação política «Educação e Formação 2010» tem como princípio director a educação e a formação ao longo da vida, o que se verificará em sinergia com os elementos pertinentes das políticas da juventude, do emprego, da inclusão social e da investigação. As novas, aprovadas em 2005 no âmbito da Estratégia de Lisboa, integram também o objectivo da aprendizagem ao longo da vida. O papel central do formando, a importância da igualdade de oportunidades, a qualidade e pertinência das possibilidades de aprendizagem, devem estar no centro das estratégias conducentes à realização de um espaço de aprendizagem ao longo da vida na Europa.

Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida 2007-2013

No seguimento da proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Julho de 2004, a

Comissão Europeia instituiu um programa integrado de educação e formação ao longo da vida, incluindo num só programa a totalidade dos programas europeus de educação e formação existentes tendo como objectivo contribuir para o desenvolvimento da Comunidade enquanto sociedade de conhecimento avançada e visando fomentar os intercâmbios, a cooperação e a mobilidade entre os sistemas de educação e de formação, a fim de que estes passem a constituir uma referência mundial de qualidade. Este Programa tem por base os actuais programas Sócrates e Leonardo da Vinci, o programa eLearning, a iniciativa Europass e as diversas acções financiadas através do programa de acção comunitária, subdividindo-se em programas sectoriais (Comenius, Erasmus, Leonardo da Vinci e Grundtvig), num Programa Transversal e no Programa Jean Monet. A alteração mais importante em relação aos programas actuais reside na transferência da formação profissional, a nível do ensino superior, do programa Leonardo da Vinci para o programa Erasmus.

O programa transversal constitui uma das principais

inovações do programa integrado, pondo em prática actividades que ultrapassam os limites dos programas sectoriais. O programa Jean Monnet tem como objectivo específico o estudo das questões de integração europeia a nível académico e o apoio a instituições e associações que actuem no domínio da educação e da formação à escala europeia.

1. Comenius

O programa Comenius incide no ensino pré-escolar e escolar até ao final do ensino secundário, bem como nos estabelecimentos e nas organizações que fornecem ensino a este nível. O Comenius poderá apoiar acções de mobilidade, parcerias entre escolas, projectos de cooperação multilateral e redes, bem como medidas de acompanhamento.

2. Erasmus

Este programa atende às necessidades de ensino e aprendizagem de todos os intervenientes no ensino superior formal e no ensino e formação profissionais de nível superior, independentemente da duração do curso ou da qualificação e incluindo os estudos de doutoramento, bem como às necessidades dos estabelecimentos e das organizações que fornecem ensino e formação a este nível. Este programa poderá apoiar acções de mobilidade de pessoas, projectos conjuntos centrados na inovação e experimentação, «redes temáticas Erasmus», assim como medidas de acompanhamento.

3. Leonardo da Vinci

Este Programa visa responder às necessidades de ensino e aprendizagem de todos os intervenientes no ensino e formação profissionais, excluindo o ensino e formação profissional avançados de nível superior, bem como às necessidades dos estabelecimentos e organizações que fornecem ou promovem esse ensino e formação. Os objectivos específicos consistem em facilitar a adaptação às transformações do mercado de trabalho e à evolução das necessidades em termos de competências.

4. Grundtvig

Programa atenderá às necessidades de ensino e de aprendizagem dos intervenientes em todas as formas de educação de adultos, bem como dos estabelecimentos e organizações que fornecem ou promovem essa educação. O programa tem por finalidade responder ao desafio que o envelhecimento da população europeia representa no plano da educação e contribuir para oferecer aos adultos percursos alternativos com vista à melhoria dos seus conhecimentos e competências.

Programa Transversal

O programa transversal abrangerá quatro actividades principais, nomeadamente:

- Cooperação política.
- Promoção da aprendizagem de línguas.
- Desenvolvimento de serviços, pedagogias e práticas inovadoras, baseados nas TIC.
- Divulgação e exploração dos resultados das acções, bem como intercâmbio de boas práticas.

Programa Jean Monnet

Este programa prestará apoio a instituições e actividades no domínio da integração europeia. Abrangerá domínios como: a acção Jean Monnet; a concessão de subvenções de funcionamento para apoio de instituições específicas que tratem de questões relacionadas com a integração europeia; a concessão de subvenções de funcionamento para apoio de outras instituições e associações europeias que actuem nos domínios da educação e da formação.

Beneficiários

Mais especificamente, os beneficiários das acções são:

- Alunos, estudantes, formandos e aprendentes adultos.
- Qualquer categoria de pessoal educativo.
- Pessoas presentes no mercado de trabalho.
- Todos os tipos de estabelecimentos de ensino.
- Empresas, parceiros sociais e respectivas organizações a todos os níveis, incluindo organizações comerciais e câmaras de comércio e indústria.
- Pessoas, associações, organizações não governamentais e instâncias responsáveis dos sistemas educativos, de investigação e de políticas de educação a nível local, regional e nacional.

O enquadramento financeiro para a execução do programa é fixado em 13 620 mil milhões de euros para os sete anos do programa.

Acompanhamento e avaliação

A Comissão assegurará o acompanhamento regular do programa integrado, em cooperação com os Estados-Membros. Serão enviados pelos Estados-Membros à Comissão, até 30 de Junho de 2010 e 30 de Junho de 2015, respectivamente, relatórios sobre a execução e o impacto do programa integrado.

Fonte: Comissão Europeia

<http://europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11082.htm>

que impacto nas pessoas em situação da pobreza?

A Rede Europeia Anti-Pobreza divulgou recentemente um parecer sobre o impacto do processo de racionalização na luta contra a pobreza. O principal enfoque deste documento incide sobre os PNAI's, integrados nos Relatórios Nacionais sobre as estratégias a adoptar em matéria de Protecção Social e de Inclusão Social.

Desde o seu lançamento, em 2000, que a Estratégia Europeia de Inclusão Social tem sido alvo de atenção por parte da EAPN, tanto a nível europeu como nacional. Neste contexto, e em diferentes momentos, a EAPN produziu documentos chave de avaliação dos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão dos diferentes Estados Membros.

Decorridos 5 anos (2001-2006), a Estratégia foi racionalizada a nível europeu – *streamlined* – passando as estratégias de inclusão social, das pensões e da saúde a integrarem três partes de um único Relatório – o Relatório da Estratégia Nacional sobre a Protecção Social e a Inclusão Social. Estes relatórios foram submetidos à Comissão Europeia em 2006, para o período 2006-2008. As redes nacionais da EAPN participaram activamente nos processos nacionais, nomeadamente na elaboração destes relatórios.

O documento elaborado pela EAPN baseia-se numa breve apreciação dos Relatórios Nacionais dos Estados Membros para 2006-2008 e mais concretamente sobre os conteúdos dos PNAI's, nos contributos enviados pelas redes nacionais da EAPN e pelas organizações europeias e nos debates internos no âmbito do Comité Executivo e da Mesa Redonda sobre Inclusão Social (Review Group) da EAPN.

Em termos de estrutura o Relatório divide-se em três partes:

1. A posição da EAPN sobre o conteúdo político dos capítulos consagrados à inclusão social dos Relatórios Nacionais.
2. O parecer da EAPN sobre os desenvolvimentos em matéria de governação.
3. Um conjunto de mensagens e propostas da EAPN que visam reforçar o Método Aberto de Coordenação Racionalizado no quadro dos Relatórios Nacionais.

Segue-se uma breve síntese deste documento, incidindo sobretudo sobre a 1ª e 3ª partes, podendo ser acedido na íntegra, em francês e/ou em inglês, em www.eapn.org.

O conteúdo político dos PNAI's

Este capítulo aborda as prioridades identificadas pelos Estados Membros e a sua pertinência e eficácia na luta contra a pobreza. A EAPN considera que embora estas prioridades devam ser objecto de uma acção imediata e que o enfoque deva ser dado à implementação de medidas concretas, estas não podem impedir que se

“ataquem” outras preocupações, sejam elas mais abrangentes ou mais dirigidas, nem deverão reduzir a luta contra a pobreza a um campo limitado de acção.

Prioridades identificadas

- Desemprego / Integração no mercado de trabalho;
- Melhor governação / participação;
- Pobreza infantil / famílias / pobreza intergeracional;
- Educação e formação profissional;
- Integração dos imigrantes, minorias étnicas, tráfico de seres humanos;
- Igual acesso aos serviços;
- Idosos, dependência;
- Habitação social, sem abrigo;
- Participação das pessoas com deficiência.

Apesar das diferentes tendências em matéria de pobreza, os grupos identificados como mais vulneráveis e como tal incluídos na lista de prioridades são mais ou menos os mesmos em todos os Estados membros. A principal causa identificada (*driver*) é a mesma que das rondas anteriores do processo PNAI: a precariedade face ao mercado de trabalho. No entanto, existem hoje barreiras adicionais à inserção, nomeadamente o declínio no número de empregos que exigem poucas ou nenhuma qualificações, discriminação, cuidados com dependentes, a situação geográfica e as barreiras linguísticas.

Na generalidade, a EAPN concorda com as prioridades identificadas mas considera que existem lapsos importantes na maior parte dos Relatórios. Há grupos que apesar de viverem em extrema pobreza são negligenciados (as minorias étnicas, os requerentes de asilo e os adultos em idade activa em situação de grande vulnerabilidade). De uma forma geral a EAPN está mais satisfeita com a análise dos grupos de risco do que com as prioridades e as medidas adoptadas para melhorar a sua situação. As Redes Nacionais estão preocupadas com a filosofia que está por detrás das medidas seleccionadas. Mais especificamente, a EAPN gostaria de sublinhar a falta de um enfoque claro sobre a pobreza enquanto tal, ao contrário do desemprego ou da pobreza de alguns grupos específicos.

O desemprego estrutural, as baixas qualificações e a “inclusão activa”

Grande parte dos relatórios nacionais admitem que o mercado de trabalho enfrenta graves problemas

estruturais no que diz respeito à harmonização entre a oferta e a procura. Este problema manifesta-se sob a forma de taxas de desemprego e/ou de inatividade elevadas em graus mais ou menos importantes, em função dos Estados Membros, e da sua regulamentação em matéria de mercado de trabalho.

Neste contexto, os Fundos Estruturais são referidos para apoiarem medidas de integração. No entanto, não é claro se essas medidas são adequadas ao desafio. As Redes Nacionais estão preocupadas com a falta de ligação entre a estratégia de inclusão social e o novo período de programação dos Fundos Estruturais. A EAPN expressa ainda a sua decepção face à falta de medidas de apoio à economia social, sendo este sector citado em poucos Relatórios.

Apesar das Redes Nacionais admitirem que os empregos de **qualidade** são essenciais para combater a pobreza, estão preocupadas com o facto das medidas de **activação do mercado de trabalho** aparecerem como a única via para sair da pobreza. A racionalização está a esvaziar o conteúdo do pilar da inclusão social. É preocupante a mudança de terminologia: de **pobreza** para **“inclusão activa”**. O combate à pobreza não deve ser reduzido a esta interpretação limitada que não se adapta a todas as situações.

Pobreza Infantil

Esta é outra das prioridades mais referidas nos Relatórios Nacionais. Em muitos Estados Membros esta questão é tratada como uma nova prioridade política (distinta da política para família). As Redes Nacionais da EAPN apoiam uma acção firme para combater a pobreza infantil, mas estão preocupadas com a orientação tomada nos Relatórios Nacionais que parecem afastar-se do objectivo geral da erradicação da pobreza. Neste domínio os objectivos são pouco ambiciosos. Uma abordagem baseada nos direitos das crianças garantiria à prevenção da pobreza um lugar central nas medidas. As Redes Nacionais querem que seja dada uma maior atenção ao apoio financeiro, a serviços de qualidade e a preços acessíveis e aos direitos das crianças.

O principal instrumento para aumentar a participação das mulheres no mercado de trabalho reside num aumento da oferta em matéria de serviços de guarda de crianças. Muitos Estados têm ainda um longo caminho a percorrer até chegarem a uma oferta universal destes serviços (em quantidade, qualidade e financeiramente acessíveis).

As taxas elevadas de pobreza infantil e de reformados mostram que a participação no mercado de trabalho ao longo da sua vida profissional não oferece qualquer garantia contra a pobreza. A abertura dos mercados acentuou a concorrência sobre o mercado de trabalho o que teve como efeito a diminuição dos salários abaixo dos custos da reprodução familiar ao longo do ciclo da vida. Esta tendência tem graves incidências sobre a

coesão social, devendo ser abordada a questão da constituição e da estabilidade da família.

Uma tendência emergente nos Relatórios Nacionais é a forte ênfase no “quebrar o ciclo da pobreza intergeracional”. As medidas mais comuns envolvem a educação básica e a intervenção social junto de famílias com “problemas”. A EAPN congratula-se com o enfoque adicional nas crianças e famílias mais desfavorecidas. É no entanto preocupante que junto dos adultos, a pobreza se defina cada vez mais como um problema comportamental e que as medidas reflectam este conceito de pobreza.

Acesso aos Serviços

Serviços acessíveis e de qualidade são indispensáveis à coesão social. No entanto, para muitos Estados Membros isto reveste-se de enormes desafios. Muitos Relatórios Nacionais identificam problemas de acesso igual a serviços de qualidade para a populações pobres e rurais, as minorias e as pessoas com deficiência. Segundo as Redes Nacionais da EAPN o problema da disparidade geográfica na provisão de serviços parece estar a agravar-se. Em Portugal, o aumento da centralização dos serviços sociais corre o risco de aumentar a exclusão e as desigualdades.

Nos Relatórios Nacionais, os capítulos consagrados à inclusão não abordam que impacto terá o projecto da Directiva dos Serviços sobre a disparidade territorial e sobre o desmantelamento dos serviços públicos em curso, em determinados Estados Membros.

O Método Aberto de Coordenação e em particular o processo de inclusão, poderia dar a conhecer a *expertise* das autoridades locais e das ONG's em matéria de oferta e de implementação de serviços. Em vez disso, a Directiva sobre os Serviços destruiu esta ligação que ajudaria na promoção de *boas práticas* nesta matéria.

Integração transversal das medidas destinadas aos grupos em risco

De uma maneira geral, as Redes Nacionais da EAPN não identificam qualquer abordagem transversal consistente para os grupos em maior risco. De facto, os Relatórios 2006-2008 carecem de um enfoque relativamente a grupos-alvo e a abordagens multidimensionais.

Em geral, a dimensão do género não é abordada de forma sistemática e centra-se na integração das mulheres no mercado de trabalho. O mesmo se verifica relativamente a pessoas com deficiência. Quanto aos imigrantes, o principal enfoque político centra-se no apoio linguístico, havendo muito menos ênfase nas leis anti-discriminação ou na igualdade de acesso aos serviços. As minorias étnicas não são abordadas com a mesma importância. Em Portugal por exemplo, apesar da enorme comunidade africana, estas minorias não constam do Relatório Nacional.

Mensagens da EAPN

A erradicação da Pobreza como objectivo chave está a perder terreno

O tema da pobreza não é apresentado como um desafio em si. O seu campo de aplicação limita-se frequentemente a responder às necessidades de certos grupos alvo, à pobreza infantil e à inclusão activa, que apesar de importantes não têm a ambição de “produzir um impacto decisivo na pobreza”. A EAPN está preocupada com a mudança de terminologia – de pobreza para pobreza infantil e de pobreza para “inclusão activa”, que reflecte uma visão mais limitada do conceito de pobreza e um desvio de uma abordagem universal e preventiva de luta contra a pobreza e promoção da integração. Por fim, a EAPN acredita que as medidas não são suficientes para abordar a natureza, escala e a gravidade dos problemas identificados.

Manter o enfoque na pobreza: sobreviver num contexto político desfavorável

A Estratégia de Lisboa renovada determinou a orientação da política europeia e a sua influência fazem sentir em todas as políticas, incluindo as medidas de luta contra a pobreza, e onde as palavras de ordem são “competitividade”, “emprego”, “respeito do pacto de estabilidade e dos critérios da união monetária”. Para a EAPN esta nova *agenda* deveria ser debatida no contexto das suas implicações na luta contra a pobreza e exclusão social.

O MAC tem impacto na política nacional de luta contra a pobreza e de promoção da inclusão

O MAC aplicado à protecção social e à inclusão social deu um impulso positivo à **governança**, ao intercâmbio, transnacional de informação e à análise dos desafios a enfrentar. Teve ainda algum impacto na estratégia nacional de formulação de políticas e muitas Redes Nacionais saudaram as prioridades enunciadas. A programação dos Fundos Estruturais tem uma enorme influência nas medidas do emprego e da formação mas são pouco utilizados na luta contra a pobreza e a exclusão. As prioridades fixadas a nível europeu, guiadas pelas ideias mestras do crescimento e emprego superaram, por vezes, outras problemáticas nacionais mais graves. Esta abordagem preocupa a EAPN uma vez que parece dar menos oportunidades a uma abordagem holística para erradicar a pobreza, a nível nacional.

A racionalização: uma mensagem contraditória

O *streamlining* foi introduzido sem auscultação dos *stakeholders* e sem ter em conta as preocupações expressas pelos Estados Membros comprometidos com um processo distinto para os PNAI's. A estratégia da racionalização requeria um forte relançamento do MAC, o que não se verificou. A EAPN considera que o pilar da inclusão social está a perder enfoque. Por outro lado, o

processo de racionalização não visa suficientemente a questão da luta contra a pobreza. Até ao momento, não se revelou inteiramente eficaz na luta contra a sua natureza multidimensional. A recente mudança no processo pode significar que é ainda cedo para avaliar o seu impacto, mas o compromisso com a erradicação da pobreza não é de ontem, e existem poucas evidências de uma melhoria a nível europeu. A EAPN vê pouco progresso no reequilíbrio entre as políticas económicas, sociais e de emprego. O método de *feeding in* foi seguido até ao ponto onde parece que os processos sociais estão incluídos nos processos económicos. Os Estados Membros, na formulação das suas políticas económicas e de emprego estão ainda longe de recorrer ao *feeding out* para abordar a problemática da inclusão social. Os instrumentos desenvolvidos a este respeito pelas instituições europeias ainda não permitiram o impulso necessário para que este processo tenha lugar.

Grupos em risco: abordar as questões chave de forma holística

A pobreza infantil figura entre as primeiras preocupações da Europa de hoje e requer uma acção urgente. O MAC fez disto o seu “cavalo de batalha”. Mesmo assim, a EAPN gostaria de insistir no facto de que esta temática deve ser alvo de um tratamento específico, não pode ser inteiramente separado da abordagem integrada da problemática da pobreza das famílias. Fazer face a este desafio requer um combate às causas estruturais da pobreza, abordar a questão dos direitos e a não adopção de uma abordagem puramente comportamental. A EAPN gostaria de ver o desenvolvimento de uma estratégia capaz de responder às necessidades de todos os grupos em risco e que dedicasse maior atenção aos problemas das minorias étnicas, dos requerentes de asilo e dos refugiados. Existe ainda um desequilíbrio na abordagem mais holística que faz toda a diferença na vida de **todas** as pessoas que experienciam a pobreza.

Inclusão Activa e Erradicação da Pobreza: dois conceitos distintos

A EAPN está preocupada com o predomínio das soluções para o emprego avançadas nos Relatórios Nacionais. A erradicação da pobreza não passa exclusivamente pelo emprego e, em muitos casos, o trabalho não é suficiente para “tirar” as pessoas da pobreza. A qualidade do emprego, a capacidade de absorção do mercado de trabalho, salários ou prestações adequados e o acesso aos serviços são temas que os Relatórios não enfatizam.

As carências dos actuais instrumentos políticos na luta contra a pobreza

Para que o MAC possa contribuir com soluções adequadas para a erradicação da pobreza, é necessário estabelecer ligações com outros instrumentos e processos políticos: as políticas económicas, os direitos sociais, a garantia de um rendimento adequado tanto

para as pessoas activas no mercado de trabalho como todas as outras, a aplicação de medidas anti-discriminação, a promoção de políticas multidimensionais, o acesso gratuito aos serviços. Por outro lado, nem a opinião pública nem os *media* estão suficientemente elucidados sobre o MAC e como tal não podem dar-lhe um tratamento e apoio adequado.

Governança e o MAC

Apesar dos poucos esforços desenvolvidos em favor de uma maior participação nos outros aspectos do processo de racionalização europeu, os desenvolvimentos assinalados ao nível da **governança** dos PNAI's foram positivos. As ONG's e as pessoas em situação de pobreza beneficiam de uma maior legitimidade para expressarem a sua opinião e serem ouvidas. Parece, no entanto, que a participação se verifica mais na fase de análise dos desafios e não na definição de prioridades e medidas. Em muitos países foi iniciada uma **cooperação inter-governamental** na qual as ONG's depositam muitas expectativas. Menos satisfatório é o nível de envolvimento dos parlamentos e das instâncias sub-nacionais.

Propostas para o MAC aplicado à Protecção Social e à Inclusão Social

Recolocar a pobreza na Agenda da UE!

- O Conselho da Primavera 2007 e, conseqüentemente, o Relatório Conjunto sobre as estratégias de protecção social e de inclusão social devem, por um lado, reconhecer os riscos do desvio do enfoque na pobreza e por outro, reafirmar a necessidade de **produzir um impacto decisivo na erradicação da pobreza**.
- A **terminologia** centrada em torno da "erradicação da pobreza" dever ser preservada e em caso algum ser substituída por "inclusão activa".
- Recentrar a atenção sobre a pobreza considerando o PNAI como um processo **distinto** no contexto do MAC racionalizado e mais globalmente, na Agenda de Lisboa.
- Promulgar medidas mais eficazes de luta contra a pobreza em todas as políticas – **poverty-proofing**.
- Reforçar a **aprendizagem** sobre o fenómeno da pobreza e apoiar novas investigações sobre as causas estruturais deste fenómeno.
- Transferir **boas práticas** de forma mais eficaz: aprender com os países onde existe menos pobreza.
- Manter um equilíbrio a nível nacional e europeu entre abordagens **holísticas** e dirigidas.
- Os governos devem implementar plenamente os instrumentos existentes.

Reforçar o MAC racionalizado como um instrumento estratégico eficaz

- Avaliar ao nível europeu o **impacto** da racionalização sobre a atenção dedicada à pobreza.

- Garantir que os actores institucionais chave (Comité de Protecção Social, Comissão) se comportem como verdadeiros "guardiães da inclusão social" na definição das políticas da UE.
- Criar no seio da **Comissão** um grupo de trabalho sobre "pobreza" onde as ONG's possam participar.
- Retomar o PNAI como um instrumento de **planificação** nacional.
- Encetar uma consulta na preparação do **Relatório Conjunto** sobre a Protecção Social e a Inclusão Social. Garantir que este contenha mensagens e **recomendações** claras sobre a forma como os Relatórios Nacionais podem responder melhor aos objectivos fixados pela UE. Os **stakeholders** deverão ser envolvidos na preparação deste relatório.
- Não negligenciar as outras **prioridades** estabelecidas nos Relatórios Conjuntos precedentes e as Conclusões do Conselho EPSCO (sobre o acesso à habitação, os sem-abrigo, os serviços de qualidade, a discriminação, as minorias étnicas e os imigrantes). A UE não pode dotar-se de um programa de inclusão social equilibrado se não for capaz de salvaguardar estas prioridades paralelamente a uma abordagem holística e multidimensional.
- Garantir que os Relatórios Nacionais identifiquem as medidas adoptadas para avaliar o **impacto** das estratégias.
- Reforçar a governança e a integração das questões ligadas à pobreza e à inclusão social na vertente das **pensões e da saúde** do MAC racionalizado.
- Consolidar mecanismos institucionais afim de que os **parlamentos**, os **stakeholders** e as pessoas que experienciam a pobreza sejam implicados a nível nacional e europeu.
- Implementação de planos **locais** de acção e *peer review* no quadro do MAC.
- Organização de uma conferência sobre "*gestão do legado*" em 2008.

Reforçar os processos e as medidas de luta contra a pobreza

- Implementar **mecanismos** para ligar o processo de inclusão do MAC a outros processos sociais, económicos e financeiros (organização de reuniões conjuntas sobre os principais relatórios, definição de calendários precisos e coordenados).
- Revisão da Estratégia de Lisboa de forma a garantir uma cooperação bilateral, abordando o desequilíbrio entre o *feeding in* e o *feeding out* (enriquecimento mútuo) sobre a pobreza e a exclusão social graças à optimização e implementação de mecanismos institucionais, de relatórios e métodos de avaliação.
- A integração – *mainstreaming* – do envolvimento dos **stakeholders** em todas as fases de desenvolvimento do MAC e da estratégia de Lisboa, tanto a nível europeu, com nacional e regional.

- Introdução de medidas de compromissos **coercivas** para apoiar o processo de inclusão social. Neste contexto, deve ser dedicada especial atenção aos quadros horizontais para garantir os *standards* sociais, particularmente no domínio do **rendimento adequado** que permita uma vida digna e a igualdade, acessibilidade e qualidade dos **serviços** sociais e de interesse geral.
- Garantir que os **Fundos Estruturais** e o Programa PROGRESS visem especificamente a problemática da pobreza e da exclusão social e não unicamente sob o ângulo do *feeding in* ou da estratégia para o crescimento e o emprego.

Intensificar a comunicação e a visibilidade do MAC no domínio social

- Estabelecer uma **estratégia** Europeia para sensibilizar a opinião pública sobre o tema da pobreza e encorajar um debate colectivo.
- Criar **gabinetes** de informação social, nos Estados Membros, geridos pelas ONG's do sector social envolvidas na vertente social do MAC.
- Criar junto dos *media* e do sector da comunicação um "barómetro sobre a pobreza".
- Rentabilizar o **Encontro Europeu das Pessoas que vivem em Situação de Pobreza** – multiplicação e consolidação das conferências nacionais envolvendo as pessoas que experienciam a pobreza.
- Direcionar a **Mesa Redonda** europeia sobre pobreza para uma avaliação do PNAI e uma planificação a longo prazo e articular a Mesa Redonda e os processos políticos.

A Economia Social na EAPN

Júlio Paiva
julio.paiva@reapn.org

O mais pequeno e um dos mais densamente povoados países da UE – Malta – foi palco, entre 2 e 4 de Novembro de 2006, do Seminário "The Social Economy as a Tool for Inclusion" organizado pelas Task Forces do Emprego e dos Fundos Estruturais da European Anti-Poverty Network.

Para a EAPN, a Economia Social é uma área chave na inclusão sócio-laboral e na formação ao longo da vida de públicos com dificuldades de inserção no mercado de trabalho e em particular para as pessoas em situação de pobreza e exclusão social. Grande parte dos membros da EAPN trabalha ou exerce a sua actividade como voluntário em actividades ligadas a esta área, em projectos muito diversos, conhecendo profundamente os problemas que afectam o sector e as potencialidades que ele apresenta como instrumento de acção para a inclusão social.

Nos debates e intervenções deste seminário ficou patente o interesse comum que a Economia Social desperta ao nível do apoio que lhe é prestado em cada um dos Estados-membros e da UE e a necessidade de encontrar "caminhos" para contornar obstáculos que se colocam ao desenvolvimento das suas potencialidades como instrumento de integração social e de luta contra a pobreza e a exclusão. Para as redes nacionais e para as organizações convidadas a questão central em discussão, era o papel da Economia Social e particularmente das empresas sociais na Europa, no contexto da revisão da Estratégia de Lisboa e o acesso aos novos Fundos Estruturais.

Não sendo um tema alheio ao trabalho desenvolvido quer pela EAPN Europa, quer por cada uma das redes nacionais, a Economia Social é uma temática complexa não só pela diversidade de intervenções na área, como também pelas diferenças de conceitos e definições que se colocam ao nível dos vários países. No decorrer de eventos realizados pela EAPN, foi várias vezes manifestada a ideia de que a temática da Economia Social deveria ter um papel mais pró-activo, por ser considerada uma área vital de trabalho para a Organização no seu todo e não apenas para as redes nacionais.

Este seminário teve como objectivo primordial dar os "primeiros passos", através da troca de experiências, da clarificação de conceitos-chave, da tentativa de desenvolvimento de uma posição comum e da definição de uma estratégia de *lobbying* para a Organização em torno do sector. Não era contudo esperado, que a partir deste encontro, se organizassem estratégias que colidam ou compitam com outras redes e organizações de carácter transnacional que desenvolvem trabalho na área da Economia Social ao nível da UE ou de qualquer uma das redes nacionais. O contributo da EAPN, seria de acrescentar a sua própria visão e conteúdos mais

específicos (no âmbito do combate à pobreza e à exclusão social) ao trabalho já desenvolvido por essas organizações.

Desde o início de 2006 que a EAPN, através da *Task Force* do Emprego, contratou os serviços de um perito na área da Economia Social cuja principal tarefa será a elaboração de um plano de acção para a EAPN, resultante dos trabalhos deste seminário, que teve como principais temáticas:

- Clarificar os diferentes modelos e termos usados em Economia Social e identificar as suas principais contribuições como instrumento para a inclusão social.
- Analisar as debilidades/problemas e obstáculos para o desenvolvimento do Sector ao nível nacional e da UE.
- Discutir o contributo do plano de acção da EAPN para a Economia Social ao nível das redes nacionais.
- Desenvolver propostas para a elaboração de uma estratégia de intervenção na área da Economia Social.

O facto da Economia Social ter um importante papel no seio de cada uma das redes e organizações que compõem a EAPN, justifica o desenvolvimento de um trabalho conjunto, que encontre soluções e caminhos para a elaboração de uma estratégia comum para a organização. No entanto as diferenças nacionais são consideráveis, na medida em que as diversas perspectivas veiculam tradições e posições, que encontram justificação na própria história nacional de cada um dos países e que podem dificultar a definição de objectivos conjuntos. Numa primeira fase, foi necessário construir um instrumento de trabalho que possibilitasse a visão de todas as redes componentes da EAPN sobre a o sector da Economia Social e ao mesmo tempo encontrar pontos comuns, no que concerne a obstáculos e potencialidades.

Neste sentido, foi enviado previamente a cada membro presente no Seminário, um inquérito que serviu de base à discussão e às intervenções que nos permite obter uma visão da Economia Social à escala da Organização. Para as redes nacionais e organizações que compõem a EAPN a Economia Social tem como papel principal o facto de ser um instrumento de inclusão social e paralelamente ser capaz de criar emprego. O papel de inovação nos serviços prestados às populações, particularmente aquelas que se encontram em situação de pobreza e de exclusão social é igualmente destacado em algumas das redes (Holanda e Irlanda).

O elemento unificador por parte dos participantes no que concerne ao conceito de Economia Social é a

referência a um sentimento de partilha de objectivos e de valores comuns. No entanto, as divisões acentuam-se entre as respostas que se concentram na importância do papel das empresas sociais, onde o objectivo é a promoção da integração através do reinvestimento dos ganhos obtidos e outras redes que privilegiam um conceito mais largo duma Economia Social como modelo do crescimento económico e do emprego socialmente éticos. São igualmente significativas as diferenças atribuídas, por cada uma das redes, ao grau de importância dado à integração no mercado de trabalho, à oferta de serviços de interesse geral; ao primado do processo de responsabilização (*empowerment*) e à participação.

O envolvimento da EAPN nesta área foi considerado fundamental, uma vez que este Sector poderá desempenhar um papel central nos objectivos de inclusão social, tanto ao nível dos métodos de trabalho utilizados para a integração das populações mais desfavorecidas, como na qualidade de “modelo” participativo nas organizações, que poderá ser utilizado pelas empresas em geral.

No que respeita às fragilidades, cada uma das redes nacionais, identificou factores de ordem externa e interna, tendo no entanto subjacente a todas as respostas uma preocupação comum: a questão da fragilidade da Economia Social tem necessariamente que passar pelo justo equilíbrio entre os objectivos sociais e os económicos.

Factores externos:

1. A falta de apoio, de visibilidade e de sensibilização para o sector, particularmente em países onde o Estado Providência não tem muitas raízes e onde é mais difícil valorizar o papel da Economia Social e das suas iniciativas.
2. A falta de apoio político e de parceria: a maioria das iniciativas de economia social depende do suporte político e das parcerias ao nível local e regional; muitas redes nacionais sublinharam a dificuldade de estabelecer este tipo de parceria.
3. A ausência de um quadro jurídico e financeiro claro em muitos dos países da UE (ex. Holanda, Alemanha, Portugal, Luxemburgo, Bélgica).
4. Falta de financiamentos e/ou financiamentos inadequados. Em muitos países a situação agrava-se em função da redução dos apoios, de regulamentos mais restritivos no acesso aos fundos e do aumento dos

impostos (ex. Bélgica, Áustria, Holanda).

5. Concorrência do sector privado, emergente em muitos países e em alguns casos a própria concorrência de sectores da economia informal (ex. Grécia).

Fragilidades externas:

1. A falta de profissionalismo no sector, particularmente ao nível da consultadoria financeira e jurídica e da prospecção das oportunidades do mercado.
2. O justo equilíbrio sustentado entre a participação e a durabilidade das acções, no sentido em que a exigência de maior profissionalismo poderá entrar em conflito com o empenhamento das organizações na questão da participação. A durabilidade das empresas sociais exige profissionalismo e continuidade, sendo necessário combinar democracia e participação com gestão e durabilidade.
3. Más condições para os trabalhadores, os membros e os utentes/beneficiários das organizações de Economia Social. Muitas redes nacionais destacaram as contradições ao nível das condições de trabalho e de funcionamento de muitas instituições e empresas sociais: baixos salários, conflitos entre o interesse dos membros e os interesses gerais e falta de formação profissional.
4. Fraca participação. Apesar de promoverem a participação dos membros, a prática mostra que o nível de participação, no seio das organizações de Economia Social em muitos países, é fraco. Neste contexto, a rede francesa recorda que as organizações *"não têm dado a importância suficiente à noção de representação e participação dos membros e beneficiários, para que as partes presentes possam pesar na tomada de decisão e numa gestão participativa"*.

Este seminário foi um primeiro passo no sentido de articular os trabalhos desenvolvidos por cada uma das redes e organizações que compõem a EAPN, mas também a afirmação de que o interesse e o desenvolvimento de planos articulados no sector são um passo relevante para o futuro. Se actualmente a questão principal se coloca na obtenção *"de um justo equilíbrio entre os objectivos económicos e sociais"* no contributo da Economia Social na luta contra a pobreza na UE, tendo em conta as divergentes opiniões sobre o papel do sector, esse equilíbrio terá de ser encontrado entre aquilo que as redes nacionais consideram ser os

"domínios de acção da EAPN" no âmbito da Economia Social.

No decorrer deste evento não faltaram propostas de acção, tendo a maioria sublinhado a importância do acompanhamento e reforço das capacidades do sector, através da informação, das "boas práticas", da formação de um grupo de trabalho específico, desenvolvimento de parcerias, formação e ajudas ao acesso a fundos comunitários. Não foi também descurada a dimensão externa da questão e o quanto significa um apoio ao sector quer ao nível de cada rede nacional quer ao nível da UE através de campanhas de informação e sensibilização sobre o valor e a missão da Economia Social; acções que visem mostrar a Economia Social como um exemplo de criação duma sociedade mais justa e um modelo para o mundo empresarial; acções de *lobbying* em favor do sector; colocar a questão da Economia Social na agenda política dos governos e da UE; integrar de maneira transversal as necessidades do sector nos PNAI's de cada país.

Foram muitas as propostas de trabalho, identificaram-se fragilidades e potencialidades, discutiram-se as diferenças entre as diversas tradições, debateram-se conceitos, mas acima de tudo esta foi uma tentativa de definir um caminho comum e articulado ao nível de uma rede europeia e qual é o papel do sector no âmbito da luta contra a pobreza e a exclusão social.

A mais-valia deste encontro foi a tentativa de responder a questões que se impõem à Organização e para as quais serão certamente encontradas respostas num futuro próximo, nomeadamente o que é que uma organização com as características, objectivos e missão da EAPN pode oferecer como valor acrescentado ao sector da Economia Social na Europa e a nível de cada Estado-Membro? E qual é a ligação entre um futuro plano de acção da EAPN no âmbito da Economia Social e as outras plataformas europeias de acção neste domínio? Aguardamos assim, o desenvolvimento de próximas acções e/ou eventos, sendo certo que esta é uma área de intervenção prioritária durante 2007 e 2008.



A REAPN divulgou em Outubro de 2006 um documento de Reação ao Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006-2008 onde apresenta o seu parecer sobre o novo Plano. Neste documento a REAPN congratula-se com a forma transparente e horizontal como a Coordenação do PNAI conduziu o processo da sua elaboração tendo inaugurado uma nova forma de trabalho que assenta numa participação mais activa e co-responsável por parte de todos os que, directa ou indirectamente, têm responsabilidades pela definição e implementação de políticas nacionais de inclusão social. Confiamos que ao longo da implementação do Plano seja igualmente possível manter esta cooperação e abertura.

Procuraremos de uma forma sintética sublinhar os elementos positivos deste novo documento, apresentando paralelamente as nossas preocupações em relação a lacunas que, em nosso entender, se encontram presentes.

- É com agrado que a REAPN vê reconhecida e plasmada neste Plano uma forte preocupação com os fenómenos de pobreza e exclusão social e, desta forma, serem mantidos os objectivos de Nice, enquanto orientações estratégicas;
- A REAPN acolhe positivamente os princípios orientadores do Plano, na medida em que reflectem uma preocupação central relativamente às questões da cidadania, da necessidade de mobilização da sociedade e da importância de territorializar as intervenções;
- Embora com algumas reservas e preocupações em relação a alguns dos conteúdos das prioridades definidas e opinando que haveria pelo menos uma outra prioridade bastante relevante ("Melhorar o acesso a serviços de qualidade"), a REAPN concorda com as 3 prioridades seleccionadas;
- A REAPN considera bastante importante o facto do documento apresentado explicitar a vontade de manter um Plano Nacional de Acção para a Inclusão independentemente da Estratégia Europeia e de, incluir, uma perspectiva de um prazo mais longo que o horizonte 2008;
- É de salientar a proposta de criação de "pontos focais" nos diferentes Ministérios, tendo em vista uma melhor coordenação e *mainstreaming* das políticas nacionais de combate à pobreza e exclusão social;
- O reconhecimento de diferentes níveis de intervenção territorial (Planos Regionais / Locais) e o papel que se pretende dar ao Programa das Redes Sociais Locais, quer ao nível da coordenação das políticas, quer ao nível da mobilização e envolvimento dos actores é, outra das importantes medidas;
- É de enorme relevância a reafirmação da importância do Fórum Não Governamental para a Inclusão Social

(FNGIS), particularmente no que diz respeito à fase de implementação do Plano;

- É ainda relevante o reconhecimento de que as Boas Práticas a serem incluídas no PNAI possam ser práticas de iniciativa não governamental.

Principais preocupações e recomendações específicas

Riscos e prioridades

Em relação aos 6 riscos definidos e às 3 prioridades identificadas consideramos que, na generalidade, estas cobrem as nossas principais preocupações e estão em consonância com os diagnósticos que fazemos dos problemas de pobreza e exclusão social em Portugal. Existem, no entanto, algumas lacunas que passamos a enumerar:

Prioridade 1 – Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania

As medidas de política propostas para a área da infância e dos idosos resumem aquilo que já existe, e que é, em nosso entender, manifestamente insuficiente para enfrentar a multidimensionalidade de tais problemas. Vemos com apreensão o facto de não ter sido estabelecido como meta para esta prioridade, a redução da percentagem de crianças e de idosos em situação de pobreza. Por outro lado, temos dúvidas sobre a eficácia das medidas propostas para a concretização das metas.

Prioridade 2 - Corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação

As medidas de política accionadas para atingir este objectivo resultam sobretudo de medidas em curso no âmbito do PNACE. Em si mesmo este princípio é vantajoso, na medida em que se pensa numa lógica de racionalização (*streamlining*). Aquilo que nos preocupa é que se ficarmos apenas por estas medidas dificilmente serão atingidas as metas estabelecidas, nomeadamente, a que se refere à redução para metade do insucesso escolar no ensino básico até 2009.

Considerando a REAPN que esta é uma das principais

prioridades apresentadas no PNAI, julgamos que existe um risco que não é suficientemente abrangido. Falamos do problema do trabalho infantil / juvenil, fenómeno que continua a representar uma forte ameaça no âmbito desta prioridade, particularmente nas zonas mais periféricas do país.

Prioridade 3 - Ultrapassar as discriminações e reforçar a integração das pessoas com deficiência e dos imigrantes Embora concordando com parte dos conteúdos desta prioridade, é em relação à mesma que a REAPN apresenta as maiores preocupações.

Logo à partida, porque a questão de priorizar um ou outro grupo levanta, inevitavelmente, o aparecimento de argumentos contra e a favor dessas mesmas opções. No nosso país existem outros grupos vulneráveis que exigem, igualmente, intervenções direccionadas e específicas e que não foram contemplados no Plano. Constatamos que as principais medidas de política direccionadas para as pessoas com deficiência estão inscritas no Plano de Acção para a Integração de Pessoas com Deficiência e Incapacidade (PAIPDI), aprovado pela resolução do Conselho de Ministros nº 120/2006. Assim, sentimos que no actual PNAI falta o reconhecimento e a inclusão de metas e medidas em relação aos fenómenos mais extremos de pobreza e exclusão social. Embora não se pretenda que o PNAI inclua respostas especializadas para grupos específicos ou problemas específicos, importa reconhecer que, no campo da pobreza e da exclusão social, há “zonas” de intervenção a “descoberto” e onde sem intervenções direccionadas muitas das medidas propostas não produzirão qualquer efeito.

A REAPN considera que:

- Para além das três prioridades, teria sido importante acrescentar uma quarta: **“Melhorar o acesso a serviços de qualidade”**. Ainda que esta possa ser encarada como uma prioridade transversal a todas as outras propostas, seria necessário ter sido mais explícito em relação às metas e às medidas e programas. Como é sabido, a questão da Qualidade e da qualificação das respostas sociais é hoje uma questão central. Se se pretende que, paulatinamente, exista uma maior qualificação das respostas sociais, caminhando inclusivamente no sentido da certificação das mesmas, era fundamental que tal processo tivesse sido explicitamente incluído no PNAI.

Boa Governação

- Se é inequívoco que o reconhecimento da “Boa Governação” como elemento estratégico do PNAI representa um grande avanço, parece-nos, no entanto que não está claro o papel que o PNAI representará em termos de coordenação estratégica da inclusão social. Como já manifestámos anteriormente, seria decisivo que o PNAI pudesse representar a figura do

“Plano Coordenador”, servindo como elemento de estratégia e de enquadramento dos planos sectoriais, evitando que o PNAI – e a inclusão social – possa ser remetido para um segundo ou terceiro nível de importância situando-se à margem de outros Planos ou, e em certos casos, parecendo concorrer com os mesmos.

- Ao nível da **coordenação de políticas** congratulamo-nos com as intenções manifestas no documento de, por um lado, articular o PNAI com outros planos e programas em curso, como o PNACE; o Plano Nacional de Emprego entre outros. E por outro lado, articular com as diferentes instâncias: a Coordenação do PNAI, a Comissão Inter-ministerial de acompanhamento, os Parceiros Sociais e o Fórum. Ressalta deste ponto também a grande aposta que se faz no Programa das Redes Sociais e nas suas potencialidades no momento da operacionalização do PNAI ao nível da coordenação de políticas.
- No domínio da **mobilização e participação dos principais actores** não existe uma menção explícita às formas de participação das pessoas em situação de pobreza, remetendo para o Fórum e para o Programa das Redes Sociais este compromisso. Ora, estamos conscientes que a operacionalização deste desígnio estará dependente em larga escala das dinâmicas locais e das vontades e motivações institucionais, e que por isso seria de toda a importância que o objectivo de mobilizar as pessoas que se encontram em situação de pobreza estivesse expresso e incorporasse medidas e acções próprias.
- Aguardamos com alguma expectativa os *outputs* da designada **“Rede Conhecimento Pobreza e Exclusão Social”**, na medida em que esta plataforma poderá ser um instrumento muito útil de actualização dos dados existentes no domínio da pobreza e exclusão social, que constitui uma lacuna ao nível nacional, e dessa forma, se assumir como uma estrutura de apoio à decisão, como forma de priorizar os investimentos e as opções estratégicas.
- Ao nível da **divulgação da informação**, mais uma vez o papel das Redes Sociais sai reforçado. Resta saber de que forma será possível operacionalizar todas as funções e tarefas que são atribuídas a esta medida.
- Por outro lado, e se a proposta de criação de “Pontos Focais” nos parece ser uma das fortes mais-valias deste Plano, é importante reconhecer que será necessário proceder a uma certa **“pedagogia de inclusão social”** em cada um dos Ministérios e áreas políticas de decisão para que a transversalidade e o mainstreaming possa, de facto, efectivar-se. Neste sentido, seria importante pensar que a sensibilidade e uma cultura de trabalho inclusiva não nasce de “geração espontânea” e será necessário proceder a

um forte trabalho de sensibilização e de formação de diferentes actores institucionais governamentais para que tal processo atinja os objectivos propostos.

- No que diz respeito ao processo de **monitorização**, parece-nos que seria importante reconhecer com maior evidência a importância da capacidade de avaliação e observação incluir mecanismos formais de participação das pessoas que vivem e experienciam directamente as situações de pobreza e

exclusão social. Neste sentido, insistimos na necessidade de que a recolha e análise de dados possa ser complementada com uma **capacidade de observação local** onde existam espaços formais de participação das pessoas em situação de pobreza e onde os indicadores, normalmente de carácter mais quantitativo, possam ser complementados com outros dados qualitativos e aferidos a partir das vozes e experiências dos principais visados pelas políticas de inclusão social.

O QREN

como contribuir para a Qualificação do Terceiro Sector¹

Sérgio Aires
Sociólogo, Consultor da REAPN

Como poderia o futuro Quadro de Referência Estratégico Nacional contribuir para a Qualificação do Terceiro Sector?

Tendo em consideração a estruturação operacional nacional do QREN, que é sistematizada através da criação de três Programa Operacionais temáticos, dirigidos à concretização das seguintes prioridades: a) Factores de competitividade; b) Potencial humano; c) Valorização territorial, as nossas reflexões e propostas incidirão necessariamente, e de uma forma mais evidente, na formatação das prioridades b) e c).

Centrando-nos particularmente no Terceiro Sector e no tema da Qualidade e qualificação do mesmo, apresentamos em seguida as nossas preocupações, prioridades e medidas.

Preocupações

- A experiência da Iniciativa Comunitária EQUAL em si mesma, particularmente no que à dinâmica de mobilização de parcerias e à disseminação de boas práticas de boa governação é algo a reter e que importaria transplantar para as novas iniciativas e programas. Sabendo que os Estados-Membros não irão dispor de iniciativas comunitárias que lhes permitam este tipo de “exercício”, é fundamental que tais metodologias e suas boas práticas sejam incorporadas nos programas e medidas a por em marcha no futuro QREN.
- Como é sabido, o Terceiro Sector, particularmente no que à prestação de serviços diz respeito (aproximadamente 70% das respostas sociais resultam

de acordos entre o Estado e as Instituições Privadas de Solidariedade Social), é um Sector de vital importância em termos de protecção e inclusão social. Para além da importância de que se reveste este sector, existe no seio do mesmo um enorme potencial em crescimento que importa não minorizar. No entanto, e se é verdade que este sector tem enormes virtualidades, não é menos certo que o mesmo enfrenta enormes dificuldades, as quais urge ultrapassar. É evidente a necessidade de qualificação dos agentes, das respostas, e sobretudo, da criação de sustentabilidade para as mesmas. É hoje inequívoco que, particularmente em relação ao combate à pobreza, o sector precisa de se dotar de respostas mais capazes e sustentáveis, conseguindo cobrir áreas de enorme risco e que actualmente se encontram a descoberto ou onde as iniciativas intervêm de forma intuitiva e “caso-a-caso” sem uma perspectiva de continuidade, de estratégia (a lógica do “eterno projecto”).

- A médio prazo, a sustentação do sistema de protecção social em Portugal necessitará de um ainda muito mais forte, capaz e qualificado 3.º Sector. Tal processo terá que ser incentivado e financiado. Não é expectável pensar que, pelo menos uma boa parte do 3.º Sector, poderá qualificar-se e ser capaz de responder aos novos desafios que lhe irão ser colocados sem uma capacidade estratégica e financeira que, actualmente, não possui. A passagem de uma lógica de assistência para uma lógica de prevenção e de promoção de desenvolvimento social terá que forçosamente obrigar as organizações do 3.º sector em Portugal a uma enorme evolução.
- Os recursos actualmente disponíveis, nomeadamente aqueles que foram disponibilizados no âmbito do QCA III (particularmente POEFDS) foram insuficientes

¹ Uma abordagem tendo por base a experiência do Projecto ACREDITAR – Agência de Consultoria Social (promovido pela REAPN em parceria com a Universidade Católica e a União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Porto, no âmbito da Iniciativa Comunitária EQUAL).

para potenciar o necessário “salto” de qualificação que as instituições precisam de dar. Isto é ainda mais relevante se pensarmos nas pequenas organizações, aquelas que mais próximas se encontram dos problemas e da necessidade de lhes dar uma resposta eficaz e, muitas vezes, imediata.

- O Estado Português, não esboçou até ao momento uma estratégia clara em relação às ambições de qualificação deste sector. Se por um lado se anuncia a inevitabilidade da Qualidade como principal objectivo, por outro lado, não é claro como se irá fazer isto, com que prazos, metas e, acima de tudo, com que recursos.
- Um processo estratégico e global de qualificação do 3.º Sector precisa de contar com a sua participação activa, quer na definição de conceitos e modalidades de desenvolvimento do mesmo, quer nas formas, prazos e compromissos para tal tarefa. De uma forma mais simples: não se pode qualificar o Sector sem o Sector... E não se pode qualificar o 3.º Sector sem uma planificação estratégica e sem a consensualização de objectivos e metas comuns (entre Estado e 3.º Sector).
- Para o 3.º Sector se assumir como um parceiro estratégico, transversal e capaz de assumir os desafios colocados pelos PO Temáticos propostos, particularmente no que à valorização territorial diz respeito, será fundamental criar condições de partida, as quais passam pela clareza de definições em relação ao seu papel, para que seja possível encontrar mecanismos de capacitar os seus agentes (técnicos e dirigentes) para este desafio. São actualmente muito poucas as estruturas capazes de integrar, de pleno direito e em igualdade de circunstâncias, dinâmicas territoriais de tão elevada responsabilidade (este factor de risco é particularmente patente no papel e tipo de intervenção destas instituições ao nível das Redes Sociais Locais). Ora, tal situação, poderá implicar a exclusão de muitos destes actores de futuros processos de desenvolvimento, o que, em última análise, significaria um enorme desperdício de energias e *know-how*.
- O Estado e as suas estruturas descentralizadas não reconhecem ainda, suficientemente, o papel relevante do 3.º Sector no que à definição de políticas e respostas diz respeito, encarando-as ainda como meros prestadores de serviços e não perspectivando o seu enorme e crescente potencial. Este Sector é bom enquanto fizer barato e bem. Ora, tal tipo de entendimento e de visão não é compatível com uma lógica de Qualidade e de melhoria contínua da mesma.
- Ao nível local, e principalmente em relação às autarquias, existe ainda um grande desfasamento e

incapacidade de articulação e coordenação institucional. O que se começa a pedir às instituições de nível local (autarquias e 3.º Sector) embora faça todo o sentido, vem contrariar uma cultura pouco propícia ao estabelecimento de relações horizontais, de transparência e de boa governação. É ainda muito difícil ir para além da mera e pontual colaboração. Mesmo ao nível das Redes Sociais Locais, e depois de realizado o Diagnóstico Social de um qualquer Concelho, nota-se uma enorme dificuldade em ir mais além e uma tendência para a perpetuação das mesmas práticas que antecediam a existência de tais estruturas e Planos de Desenvolvimento Social. Uma das causas deste fenómeno é não se ter apostado na formação desses actores para este tipo de forma de estar e pela origem da mesma ter sido implementada de uma forma *top-down*.

- Tendo como pano de fundo a Qualidade, é fundamental distinguir duas vertentes do 3.º Sector: a vertente da prestação de serviços contratualizada com o Estado e a vertente do desenvolvimento social e comunitário. Confundir estes dois níveis de intervenção é confundir actores, formas de estar, culturas organizacionais e macro-visões da intervenção social, o que, e em última instância, impede aproximações eficazes nos domínios da Qualidade.
- Qualificar o 3.º Sector não será o mesmo que qualificar qualquer outro. Se é verdade que em termos de Qualidade muitas das normas existentes para outros sectores poderão ser aqui aplicadas, não é menos verdade que as especificidades deste Sector não podem ser menosprezadas. O 3.º Sector tem uma cultura própria que é preciso entender e respeitar. As características que o distinguem do Sector Lucrativo (flexibilidade, solidariedade, proximidade, informalidade, etc.) não poderão ser postas em causa pela introdução de outros conceitos e formas de estar. Por outras palavras, qualificar o 3.º Sector não é a mesma coisa, nem se pode fazer com as mesmas fórmulas com que se intervém noutros sectores.

Prioridades

- A Qualidade e qualificação do 3.º Sector terá que ser entendida como uma parte fundamental das constelações de políticas que se queiram por em marcha a partir dos Fundos Estruturais. Para poder ser uma “bandeira”, a Qualidade tem que estar a par e em igualdade de circunstâncias com todas as outras prioridades.
- É fundamental ter como premissa que a Qualidade e a qualificação do 3.º Sector não é uma despesa mas

um investimento. A viabilidade do 3.º Sector como factor inequívoco de protecção social é a principal justificação deste facto. O impacto das políticas sociais e da protecção social nos factores produtivos é evidente e terá que ser realçado. Sem 3.º Sector, ou com um 3.º Sector frágil, qualquer política de inclusão social e de coesão social será praticamente inviável. Se a qualificação dos activos nas empresas é uma prioridade fundamental para a viabilidade das mesmas, o mesmo se passa em relação à protecção e inclusão social.

- Reconhecer o Sector enquanto tal. Atribuir a este Sector um estatuto, um papel específico e um conjunto de responsabilidades. Colocar o Sector ao mesmo nível que os restantes parceiros e estruturas responsáveis pela implementação do Programas Operacionais (contrariar a lógica beneficiário / candidato em prol de uma lógica parceiro / co-responsabilidade).
- Definir prioridades de curto, médio e longo prazo. Para este efeito é fundamental que o Estado Português ponha em marcha processos de participação activa das organizações sociais.
- Definição de um Plano Estratégico concertado e em parceria para a Qualificação do 3.º Sector.
- Potenciar a dinamização e o forte envolvimento de estruturas de 2.º nível representativas do 3.º Sector (ou de áreas de interesse do mesmo) enquanto formas intermédias de implementação de processos de qualificação.
- Criar condições para o aparecimento de modelos / normas específicas e adaptados para o 3.º Sector e que favoreçam a sua progressiva qualificação.
- Desenvolver programas globais de desenvolvimento com enquadramento territorial transversal e em rede. Neste domínio a Qualidade deverá surgir como uma das áreas territoriais prioritárias.

Algumas medidas

- Definição de um Plano Estratégico (naturalmente territorializado) para a Qualificação do Sector que conte com a sua activa participação. Tal Programa Estratégico deverá ser faseado, conter metas claramente observáveis e ser alvo de uma avaliação participada e permanente. O desenho e implementação de um tal Plano deverão procurar envolver, na sua definição e implementação, actores-chave para os processos de qualificação: Organizações de 2.º nível (redes, plataformas, organismos

representativos do Sector, etc) e Universidades e outras unidades de ensino e formação com experiência comprovada nestes domínios.

- Este programa estratégico deveria ter como suporte um sub-programa operacional especificamente dedicado a esta temática contando com uma alocação de fundos e acções específicas para a Qualificação do 3.º Sector. Será particularmente relevante dar ênfase à formação de dirigentes, de técnicos e de quadros das organizações do 3.º Sector.
- Desenho de programas de intervenção social que tenham como pano de fundo específico a qualificação das respostas sociais existentes (ou inexistentes e a criar), particularmente no que concerne aos públicos e territórios mais desfavorecidos e em risco de pobreza e exclusão.
- Desenhar Programas de Intervenção que possam ser geridos na sua plenitude, e com um forte grau de independência, directamente por organismos do 3.º Sector (ainda que por organizações de 2.º nível), facilitando o acesso das estruturas mais pequenas e com menor capacidade aos fundos comunitários. A este nível, seria muito interessante, e particularmente relevante e inovador para Portugal, por em marcha processos de aplicação de “Global Grants” (Subvenções Globais) como acontece no Reino Unido e em Espanha, onde são alocadas verbas específicas para determinadas áreas, a Organizações de 2.º nível que, em parceria e de uma forma coordenada e consensualizada com o Estado, gerem sub-programas específicos de financiamento a pequenas e menos capacitadas organizações. A utilização de entidades e organismos que, pela sua natureza, cultura e experiência, se encontram mais próximas das organizações do 3.º Sector (redes, plataformas, organismos representativos) pode facilitar bastante um processo global de qualificação, em que tais organismos podem cumprir uma missão de “service providers” (prestadores de serviços) em relação aos seus membros, associados ou “representados”.



O conceito de «flexisegurança» traduz o esforço para conciliar a protecção do trabalhador com um nível de flexibilidade do mercado de trabalho que permita às empresas obter ganhos consistentes de competitividade e produtividade. Este modelo é originário da Dinamarca e é visto actualmente como sendo a resposta para o dilema que se coloca à União Europeia de como manter e aumentar a competitividade, a par da preservação do Modelo Social Europeu.

Desde algum tempo que a União Europeia reconhece a necessidade de se adaptar aos desafios como a globalização, o progresso tecnológico acelerado e as transformações demográficas. Paralelamente, existe uma consciência crescente de que é necessário preservar o Modelo Social Europeu que se baseia no compromisso entre a prosperidade económica, coesão social e solidariedade, sistema de saúde e educação acessíveis a todos, uma vasta e fiável rede de segurança social e diálogo social.

A flexisegurança é uma tentativa de unir estes dois objectivos fundamentais. Combina um mercado de trabalho mais flexível, onde a protecção contra o despedimento, por exemplo, é relativamente baixa, com uma boa protecção social, oferecendo maiores benefícios ao desemprego, o que torna a transição de um posto de trabalho para outro menos penoso. Paralelamente a isto, a flexisegurança promove políticas de emprego e de formação pró-activas que encurtem o período entre empregos.

Este modelo tem sido promovido como oferecendo o melhor dos dois mundos, combinado numa única estratégia, as aparentemente divergentes necessidades das empresas e dos trabalhadores.

A REAPN, no entanto, apresenta-se muito céptica quanto a “milagres” e mostra-se preocupada com a retórica política actual que assenta numa abordagem equilibrada entre flexibilidade e segurança. Esta, parece querer agradar mais às exigências dos empregadores de flexibilizar as leis do trabalho a todo o custo, tornando mais fácil contratar e despedir trabalhadores, e utilizando medidas de activação para pressionar os desempregados e pessoas vulneráveis a aceitar empregos precários e mal remunerados. Esta “flexi-exploração” não pode ser a estratégia para um crescimento social ético e apenas levará ao aumento da pobreza e da exclusão social.

As origens do conceito

A flexisegurança foi inicialmente introduzida na Dinamarca, em 1993, como resposta às altas taxas de desemprego. Este modelo contribuiu para diminuir significativamente o desemprego e aumentar a dinâmica do mercado de trabalho. A Áustria, a Suécia,

a Finlândia e a Holanda também introduziram reformas baseadas num modelo semelhante.

Quer a flexibilidade quer a segurança são conceitos multidimensionais. A flexibilidade cobre a facilidade com que uma empresa pode contratar e despedir; diz também respeito à utilização de trabalhos em part-time e alterações nas horas de trabalho; cobre igualmente a multi-empregabilidade, a organização flexível do trabalho e a flexibilidade de salários (em função da *performance* do trabalhador).

Na Dinamarca, o objectivo prioritário é a protecção das pessoas e não a preservação, a todo o custo, do posto de trabalho. Assim, assume-se, com absoluto realismo, que um posto de trabalho está dependente dos avanços tecnológicos, da evolução industrial e/ou dos serviços, das exigências de qualificação e, claro, da competência e profissionalismo dos trabalhadores.

Graças a tudo isto, o sistema dinamarquês garante flexibilidade na admissão e demissão de trabalhadores, elevada mobilidade laboral, ampla rede de protecção social, maior responsabilidade de empresários e trabalhadores, consenso entre parceiros sociais, melhores condições para a actividade empresarial, crescimento económico sustentado e finanças públicas saudáveis. Não é por acaso, que a Dinamarca surge nos lugares cimeiros mundiais no que diz respeito a qualidade de vida, competitividade económica e bem-estar social. Constitui, por isso, um bom exemplo. Neste modelo sustenta-se que sem economia forte, não há modelo social forte. E para haver economia forte é necessário liberdade económica: de capitais, trabalho, concorrência. Posto de outro modo: mínima protecção no mercado para máxima protecção social.

Segundo alguns analistas nacionais o modelo dinamarquês de protecção social não é reproduzível em países pobres e com problemas de finanças públicas, como é o caso de Portugal. Isto porque a actual situação de Portugal não permite subir as prestações sociais para níveis semelhantes aos da Dinamarca. Há ainda todo um trabalho a fazer para sanear as contas públicas, reestruturar o tecido produtivo e elevar a competitividade empresarial. Mas a aplicação da «flexisegurança» dinamarquesa deve ser entendida no contexto europeu, uma vez que não é só Portugal que

– mercê dos desafios económicos impostos pela globalização, da passagem de uma sociedade industrial para uma sociedade do conhecimento e do envelhecimento populacional – se debate com problemas de sustentabilidade do seu sistema de segurança social.

Recomendações da REAPN

O ponto de partida da REAPN é uma preocupação relativa ao impacto da flexisegurança nas pessoas que experienciam situações de pobreza e exclusão social. Apesar de nos congratularmos com a decisão do Conselho Europeu da Primavera de estudar o impacto da flexisegurança naqueles que se encontram mais afastados do mercado de trabalho, estamos preocupados com a fraca atenção que aparentemente parece ser dada a estas questões.

- Quais são os riscos, os custos económicos e sociais da introdução de mais flexibilidade? Quem irá ganhar e quem irá perder?
- Como será garantida a parte relativa à segurança?
- Qual é o impacto previsível nas pessoas que estão fora do mercado de trabalho, mas também daqueles que se encontram em situação laboral precária?
- Poderá a flexisegurança oferecer condições razoáveis de trabalho e um caminho de saída da pobreza e exclusão social para aqueles que ainda têm dificuldade em criar estabilidade e segurança nas suas vidas? Ou tenderá ainda a exacerbar esta situação?
- Como será avaliado o seu impacto na pobreza e na exclusão social?

“Princípios chave para uma Estratégia Positiva de Flexisegurança”

1. Incluir a flexisegurança numa estratégia global integrada para um trabalho e um rendimento decente e altos níveis de protecção social.

A discussão acerca da flexisegurança deverá ser enquadrada num contexto global e com um compromisso em promover um trabalho e um rendimento decente e a defesa da protecção social como um valor social, dentro e fora da UE. Somente promovendo “standards sociais” no emprego e política social por todo o globo se poderá evitar que as empresas que operam a nível mundial, procurem sempre o maior lucro possível á custa dos trabalhadores mais vulneráveis. Os compromissos importantes feitos para promover um trabalho decente num mundo em

desenvolvimento na recente Comunicação da Comissão deverão ser aplicados primeiro no seio da UE.

2. Assegurar a segurança do rendimento e um rendimento adequado para uma vida digna.

As pessoas que se encontram em situações limite experienciam insegurança e instabilidade. Estas só podem mostrar-se confiantes em relação ao futuro se puderem contar com um emprego e com segurança monetária. Para aqueles que não podem trabalhar, por motivos de doença, deficiência, responsabilidades familiares é essencial garantir um rendimento mínimo adequado para uma vida digna, sem ter em conta o estatuto do emprego, tal como se encontra definido na recente Comunicação da Comissão sobre rendimento mínimo e inclusão activa. Comunicação” O papel da União Europeia na promoção de uma inclusão activa daqueles que se encontram mais afastados no Mercado de trabalho”, Fevereiro de 2006 Esta é a base para um sistema de protecção social na União Europeia, no seu primeiro objectivo de promover a coesão social e erradicar a pobreza. Novos passos necessitam de ser dados para tornar esta “rede de segurança” mais efectiva e mais inclusiva. A REAPN defende o desenvolvimento de um novo quadro legal ao nível da União Europeia sobre o rendimento mínimo.

3. Garantia de acesso aos serviços.

Assegurar uma “rede de segurança” adequada não pode resumir-se apenas a considerações financeiras. O direito a uma protecção social adequada inclui o direito a serviços de qualidade e acessíveis – o direito a uma habitação decente, cuidados de saúde adequados, educação de qualidade, cuidados para as crianças e outros dependentes, apoio para a saúde mental e social e também serviços de apoio na área do emprego.

4. Inclusão activa e empowerment.

É incontestável que as políticas activas de emprego podem desempenhar um papel importante ao ajudar as pessoas a encontrar emprego, mas apenas se tiverem em conta as necessidades e expectativas da pessoa que procura emprego, ultrapassando as suas barreiras específicas e evitando penalizar as pessoas vulneráveis pela falha em aceder aos empregos, quando não há empregos suficientes ou as atitudes discriminatórias no local de trabalho estão elas próprias em falha. A Comunicação da Comissão acerca do rendimento mínimo e inclusão activa define os elementos essenciais deste processo, que incluem activação genuína, um

¹Comunicação”O papel da União Europeia na promoção de uma inclusão activa daqueles que se encontram mais afastados no Mercado de trabalho”, Fevereiro de 2006

rendimento mínimo adequado e o acesso a serviços. Em termos de uma activação positiva, as pessoas que se encontram fora do mercado de trabalho necessitam de apoio e aconselhamento, que encorajará o desenvolvimento pessoal e profissional pela via do *empowerment*.

5. Defender a protecção no emprego e promover a flexibilidade.

Os interesses quer dos trabalhadores, quer das empresas não são contemplados se for desmantelada a legislação de protecção ao emprego. Se a flexisegurança não significa uma sucessão de empregos precários, de curto prazo e mal remunerados para os grupos mais excluídos, a legislação de protecção ao emprego deve colocar em prática limites efectivos para o número de contratos precários e de curta duração e apoiar a progressão de temporária para permanente a de instável para estável e emprego de qualidade.

6. Promover a aprendizagem ao longo da vida.

O apoio para a aprendizagem ao longo da vida, não só para ajudar as pessoas mais desfavorecidas no acesso ao mercado de trabalho, mas como um apoio fundamental para o desenvolvimento pessoal e profissional. Necessita de ser um apoio integrado, focalizado em necessidades individuais, ao longo do ciclo de vida e adaptado às diferentes situações de trabalho pago/desemprego e compromissos com trabalho não remunerados, mas também providenciando o apoio para participar numa aprendizagem colectiva.

7. Travar a “Armadilha do trabalhador pobre” versus “Tornar o trabalho compensador”.

O trabalho nem sempre é a via para sair da pobreza, particularmente quando se trata de um trabalho mal remunerado e precário. É necessário um apoio activo das organizações colectivas, incluindo dos sindicatos na defesa dos direitos dos trabalhadores mal remunerados e apoiar o desenvolvimento de níveis de remuneração decentes. É fundamental assegurar que o trabalho significa aumento do rendimento, mais do que endurecer as políticas “Tornar o trabalho compensador” que reduzem os benefícios com vista a forçar o desempregado a aceitar trabalhos sem qualidade.

8. Investir na flexibilidade que vai ao encontro das necessidades dos trabalhadores.

Se a promoção da flexibilidade é para ser levada a sério o debate não deve apenas ter um *focus* na flexibilidade numérica (despedir e contratar), que apenas beneficia o empregador. Muitas pessoas que se encontram confrontadas com a necessidade de ultrapassar situações de pobreza e exclusão social, têm as suas próprias necessidades de um ambiente de trabalho menos rígido. Isto é particularmente evidente com as mulheres (que normalmente têm a maior responsabilidade com os filhos e outros dependentes), com os imigrantes (que necessitam de combinar trabalho com formação), pessoas com deficiência, trabalhadores idosos ou pessoas que sofrem de doenças crónicas. Isto significa apoiar os direitos dos trabalhadores no sentido de exigirem condições flexíveis ao longo do dia/semana de trabalho, mas também ao longo do ciclo de vida.

9. Impacto, avaliação e monitorização.

Deverão ser postos em prática mecanismos adequados para monitorizar e avaliar a implementação de estratégias e medidas tomadas, dentro e fora do local de trabalho, envolvendo a participação activa de todos os actores relevantes, incluindo dos parceiros sociais, ONG's e pessoas que experimentam situações de pobreza e exclusão social.

10. Participação e parceria: Não falem sobre nós, sem nós!

Se a UE está empenhada em que a flexisegurança favoreça a inclusão, é essencial assegurar que as pessoas que directamente experienciam a pobreza e a exclusão social estão activamente envolvidas, em conjunto com as ONG's que trabalham com eles e para eles. O Comité de Protecção Social deveria convidar as pessoas que experienciam pobreza para uma audição específica sobre estes assuntos.

Fontes:

Will flexicurity meet the needs of people experiencing poverty and social exclusion?, Parecer da EAPN, Outubro, 2006.

Bárçia, Paulo, *Mercado de Trabalho na próxima década*, Comunicação apresentada nas Jornadas ARESP, 19-11-2004, Lisboa *Flexicurity combining flexibility and security*, in Social Agenda, Março 2006.

Monteiro, Armindo, *Algo vai bem no reino da Dinamarca*, in Jornal Expresso, 20-10-2006.

De uma União transparente e efectiva

para uma Europa unida

Tendo como grande prioridade a inovação tecnológica, a Finlândia deixou a presidência do Conselho, reconhecendo alguns insucessos. A presidência do Conselho em 2007 é da responsabilidade da Alemanha e de Portugal que têm como grande prioridade a difícil tarefa de encontrar uma solução para o Tratado Constitucional, rejeitado pela França e pela Holanda, depois de mais um alargamento.



eu2006.fi

Sob o lema “Uma Europa transparente e efectiva”, a Finlândia foi o país que presidiu ao Conselho no segundo semestre de 2006. No final do “mandato” o primeiro-ministro finlandês, Matti Vanhanen, reconheceu que a presidência fracassou em alguns dossiers, tais como nas negociações com vista à adesão da Turquia à UE, e no lançamento das negociações com a Rússia.

No Conselho Europeu de Bruxelas (14 e 15 de Dezembro de 2006) a Presidência apresentou a avaliação das consultas levadas a cabo junto dos Estados Membros relativamente ao Tratado Constitucional, que servirão de base ao relatório que a Alemanha deverá apresentar no primeiro semestre de 2007.

A estratégia do alargamento continuou neste semestre, com a preparação da integração no dia 1 de Janeiro de 2007 da Bulgária e da Roménia. Assegurar o êxito do alargamento é uma prioridade para os próximos anos, através da integração plena e eficaz dos novos membros.

O Conselho reiterou ainda o seu empenho no aprofundamento do espaço de liberdade, de segurança e de justiça, estando ciente da necessidade de conseguir resultados concretos em assuntos como o terrorismo e as migrações. Este último é um tema importante a ser tratado durante o próximo ano, que passa, entre outros pontos, pela cooperação entre os Estados Membros na luta contra a imigração ilegal, na promoção da integração e no diálogo intercultural.

Neste encontro foi ainda sublinhada a necessidade de uma abordagem estratégica destinada a criar um ambiente propício à inovação, por forma a que a União possa fazer frente aos desafios e às oportunidades da mundialização.

Na área das relações externas o Conselho afirma a necessidade do reforço da parceria da UE com África, ficando agendado para o segundo semestre de 2007 a realização de uma Cimeira UE-África, a ter lugar em Lisboa, e sob os auspícios da presidência portuguesa.



“Unida, a Europa acontece” é o lema da presidência do Conselho no primeiro semestre de 2007, a Alemanha. A Alemanha “toma posse” no momento em que a União é alargada a mais dois Estados - a Bulgária e a Roménia - (aumentado o número dos seus habitantes para 490 milhões).

Na agenda desta Presidência está a fixação de um calendário para a adopção da Constituição Europeia. A chanceler Ângela Merkel declarou que a questão da Constituição tem de ficar resolvida antes das próximas eleições para o Parlamento Europeu (fim de Maio de 2007), embora a reformulação do texto não esteja concluída durante o primeiro semestre deste ano. Contudo, a Alemanha pretende criar condições para que a Constituição seja ratificada até 2009.

A Presidência Alemã tem também como prioridades o crescimento e o emprego, o reforço da liberdade, segurança, justiça e estabilidade para todos os europeus e o controlo das alterações climatéricas. Caberá à Alemanha organizar a Cimeira da Primavera (Março), tradicionalmente dedicada às questões da Agenda de Lisboa. Competitividade, crescimento e emprego são questões que serão aí tratadas em Março.

O início desta presidência é marcado pela introdução de um novo sistema de presidência tripartida. Ou seja, a Alemanha consultará Portugal e a Eslovénia com o objectivo de melhorar a planificação das actividades desenvolvidas. Na prática significa que só vai haver uma agenda em vez de três, “uma coerência pioneira que vigorará de Janeiro de 2007 a Junho de 2008” (in Jornal Público).

Encontrar uma solução para salvar o Tratado Constitucional é, sem dúvida, uma das grandes prioridades das três presidências que se seguem. Mas se à Alemanha cabe iniciar todo o processo, caberá a Portugal e à Eslovénia conduzir a discussão política. Assim, a par da resolução do impasse na aprovação da Constituição Europeia, que ameaça paralisar o bloco europeu alargado, as reformas económicas dos 27 são, em simultâneo com a política de asilo e imigração e do aumento do papel da UE no mundo, prioridades para Portugal.

Vieira da Silva, ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, declarou que o combate à pobreza e à exclusão social serão dois temas importantes da presidência portuguesa, além do combate ao “desemprego juvenil e à promoção da manutenção dos trabalhadores mais idosos no mercado do trabalho”, que será iniciado pela presidência alemã.

A cooperação com África e a realização da segunda Cimeira Europa-África em Lisboa são também uma prioridade da presidência portuguesa.

NOTA:

Site da presidência alemã
<http://www.eu2007.de>

Emprego na UE melhora

mas impõem-se novas reformas

A Comissão Europeia publicou recentemente *O Relatório sobre o Emprego na Europa 2006* que ilustra as tendências actuais dos mercados de trabalho na Europa. Entre os principais temas figuram a avaliação das políticas activas do emprego, a ligação entre o capital humano, a evolução tecnológica e o crescimento económico, a flexisegurança, assim como a mobilidade geográfica na União Europeia.

De acordo com o relatório, a situação do emprego na UE melhorou ligeiramente em 2005. Apesar das reformas encetadas estarem a produzir resultados, os objectivos fixados em Lisboa em matéria de emprego e de produtividade estão longe de ser atingidos. Subsistem em muitos Estados Membros enormes diferenças no mercado de trabalho em função do sexo e da nacionalidade, juntamente com grandes disparidades a nível regional. Segundo Vladimír Spidla, Comissário responsável pelo Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades “apesar do aumento das taxas de emprego das mulheres e dos trabalhadores mais velhos, os progressos realizados no sentido de atingir o objectivo global de 70% não têm sido suficientemente céleres”. Para alcançar este objectivo é necessário que a maioria dos Estados Membros intensifiquem os seus esforços na aplicação rigorosa de reformas abrangentes, em conformidade com as orientações europeias para as Políticas de Emprego.

A análise efectuada no relatório mostra que, face ao aumento da concorrência à escala mundial, à diminuição da população activa e à maior incidência de emprego precário, os Estados Membros terão que adoptar reformas globais em detrimento de instrumentos políticos isolados de forma a potenciar a criação de emprego e a aumentar o crescimento. O documento examina também a forma como alguns países conciliam a flexibilidade das disposições contratuais com o aumento da segurança dos trabalhadores, através da aprendizagem ao longo da vida, de políticas activas para o mercado de trabalho e de elevados níveis de protecção social – *flexisegurança*.

O relatório revela ainda que a combinação entre a flexibilidade e o aumento da segurança/protecção dos trabalhadores pode contribuir para criar mais e melhores empregos. Esta abordagem pode também ajudar a superar a resistência política e social às reformas. Estados Membros como a Dinamarca, a Espanha, a Finlândia, a Áustria, e os Países Baixos aparecem como exemplos que sugerem que a flexibilidade e a segurança não só são compatíveis como se reforçam mutuamente. Mas o relatório mostra também que não existe uma solução única em matéria de flexisegurança para melhorar os resultados em termos de mercado de trabalho e que o

investimento em reformas políticas eficazes é frequentemente condicionado por importantes constrangimentos económicos. No entanto é de salientar que existem disparidades nos montantes despendidos pelos Estados-Membros em políticas activas de emprego. Importa implementar uma cultura de avaliação mais forte que destaque o facto de que o sucesso destas medidas não depende apenas de quanto se investe mas também, da forma como se investe em domínios como a formação profissional e os serviços públicos de emprego.

Da análise resultante de um estudo bibliográfico aprofundado e de dados de vários Estados Membros, o relatório refere que para se conseguir um aumento da produtividade através do progresso tecnológico, é fundamental dispor de trabalhadores com formação adequada e adaptáveis. Isto permitirá aumentar a capacidade de um país não só para criar novas tecnologias mas também para absorver e aplicar as tecnologias que tenham sido desenvolvidas com sucesso no estrangeiro.

O relatório dedica ainda um capítulo à mobilidade geográfica dos trabalhadores no seio da UE. Esta é apontada como um meio importante para fazer face aos actuais desafios do mercado de trabalho nos diferentes Estados Membros. Apesar disso, a mobilidade geográfica é relativamente fraca devido a barreiras linguísticas, culturais, sociais, etc. Deverão ser intensificados esforços para criar uma verdadeira cultura da mobilidade e de eliminação desses obstáculos. Do ponto de vista político, as estratégias relativas à mobilidade devem ser associadas a outras medidas no quadro das políticas de emprego, da educação, da política regional e estrutural e da imigração proveniente de países terceiros.

Das conclusões destaca-se a evidência que apesar do progresso registado na situação do Emprego na UE, alcançar o objectivo de Lisboa permanece um desafio. Os Estados Membros necessitam de identificar e implementar um pacote de reformas abrangente destinadas a fortalecerem a flexibilidade e a segurança dos seus mercados de trabalho de forma a progredirem no sentido de atingirem os objectivos da Estratégia Europeia de Emprego no quadro da Agenda de Lisboa renovada.

Alguns dados:

- A produtividade na UE (em termos de PIB real por pessoa que trabalha) espera-se que cresça 1.4% em 2006, mais 0.9% do que em 2005 e depois que estabilize em 1.3% em 2007. É esperado que o crescimento seja particularmente fraco em Portugal e em Espanha (cerca de 0.5%) e forte nos países Bálticos (mais de 5%) e na maior parte dos novos Estados Membros.
- Portugal insere-se no conjunto de países que estão a 3 pontos percentuais de atingir o objectivo de uma taxa de emprego de 70% em 2010. Este objectivo já foi atingido pela Dinamarca, a Holanda a Suécia e o Reino Unido.
- Apenas Portugal e a Polónia registaram um declínio na taxa de emprego de pessoas mais velhas, desde 2000. No caso de Portugal esta mantém-se bem acima do objectivo para 2010 (50%).
- Portugal foi um dos seis países que em 2005 viu a taxa de desemprego aumentar na ordem de 1.0 a 1.5 pontos percentuais.
- Vários Estados Membros registaram fortes quedas na taxa de desemprego de longa duração, em 2005, incluindo a Espanha e a Alemanha. Apenas em

Portugal e na Hungria estas taxas continuaram a crescer significativamente.

- A média de horas de trabalho semanal mantém-se mais elevada nos novos Estados Membros do que na UE-15, à excepção de Portugal e da Grécia.

Para consultar o relatório na íntegra:

http://ec.europa.eu/employment_social/employment_analysis/employ_2006_en.htm



A água para lá da escassez

poder, pobreza e a crise mundial da água

“Num mundo em que a riqueza atingiu níveis sem precedentes, quase 2 milhões de crianças morrem anualmente por falta de um copo de água potável e de saneamento adequado. Milhões de mulheres e de raparigas são forçadas a passar horas a fio a recolher e a transportar água, o que restringe as suas oportunidades e escolhas. E as doenças infecto-contagiosas causadas pela água travam a redução da pobreza e o crescimento económico nalguns dos países mais pobres do mundo.”

As pessoas que vivem no mundo desenvolvido têm a água potável e o saneamento básico como um direito adquirido. Mas, nos nossos dias, ainda há muitas pessoas que não têm acesso a estes dois direitos humanos básicos. É sobre este tema, a crise global da água, e com dados referentes ao ano de 2004, que o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2006 se debruça.

Segundo este relatório “todos os anos, cerca de 1,8 milhões de crianças morrem em resultado de diarreia e de outras doenças provocadas por água suja e por más condições de saneamento. No início do século XXI, a água suja é a segunda maior causa de mortes de crianças em todo mundo. Todos os dias, milhares de

mulheres e raparigas recolhem água para as suas famílias – um ritual que reforça as desigualdades de género em termos de emprego e de educação”.

Por outro lado, a falta de água e saneamento potenciam as doenças e “põem em perigo a produtividade e o crescimento económico, reforçando as profundas situações de desigualdade (...) e apanhando os agregados familiares vulneráveis em ciclos de pobreza”.

A menos de 10 anos para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ano de 2015), ou seja, as metas da comunidade internacional para reduzir a pobreza extrema e a fome, diminuir a mortalidade infantil, proporcionar educação às crianças e ultrapassar

as desigualdades de género, há ainda muitos países que se encontram longe de os atingir, e outros que nunca os atingirão. Tudo por causa da falta de vontade política de alguns países desenvolvidos.

A crise da água, segundo o relatório, é “acima de tudo, uma crise dos pobres. Quase duas em cada três pessoas sem acesso à água potável sobrevivem com menos de 2 dólares por dia, com uma em cada três a viver com menos de 1 dólar por dia. Mais de 660 milhões de pessoas sem saneamento vivem com menos de 2 dólares por dia e mais de 385 milhões com menos de 1 dólar por dia”. Além disso, os preços da água são muito desiguais entre os pobres e os ricos. Os pobres pagam mais pela água do que os ricos, chegando em alguns países a despendem 10% do seu rendimento familiar em água.

Mas, para que este cenário mude, para além da vontade política, é importante, segundo o relatório, ter em consideração **quatro pilares**:

- Converter a água num direito humano – e fazer com que seja cumprido;
- Delinear estratégias nacionais para a água e para o saneamento;
- Apoio a planos nacionais através da ajuda internacional;
- Desenvolvimento de um plano de acção global.

Este é um problema de todo o mundo e não dos países pobres. O declínio da disponibilidade da água é uma realidade, bem como as alterações climáticas que transformam a sua quantidade e qualidade. Por outro lado, a população não pára de crescer, tendo-se registado um aumento de 1,6 mil milhões em 1900 para 6 milhões em 2000.

O certo é que é fundamental agir o mais rápido possível, sendo “o desafio da governação da água no século XXI (...) um dos mais intimidativos com que a história humana já se deparou.

Tendências em termos de desenvolvimento humano

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) deste ano realça “as profundas lacunas existentes em termos de bem-estar e das oportunidades de vida que continuam a dividir este mundo que está cada vez mais interligado”.

A esperança média de vida à nascença nos países em desenvolvimento aumentou nove anos (com excepção da África Subariana), em comparação com os sete anos que aumentou nos países ricos. Por outro lado, a taxa de mortalidade infantil está a cair: houve menos 2,1 milhões de mortes em 2004 do que em 1990. Embora as perspectivas de sobrevivência estejam a melhorar em todas as regiões, registaram-se, em 2004, 10,8 milhões de mortes infantis.

As taxas de alfabetização de adultos subiram de 75% para 82% desde 1990, continuando as mulheres a serem “responsáveis por cerca de dois terços do analfabetismo entre os adultos” (dados iguais a 1990). Por outro lado, 115 milhões de crianças continuam fora da escola e, destas cerca de 62 milhões são raparigas.

O número de pessoas que vive com menos de 1 dólar por dia desceu de 28% para 21%, deixando cerca de “mil milhões de pessoas a viver abaixo do limar da pobreza”. A África Subariana foi a única região que viu a pobreza a aumentar, bem como o “número absoluto de pobres”. Por outro lado, a discrepância entre os mais pobres e o mais ricos é cada vez maior. “As 500 pessoas mais ricas do mundo têm um rendimento de mais de 100 mil milhões de dólares (...). Isto excede os rendimentos combinados dos 416 milhões mais pobres”.

NOTA:

A síntese do relatório em português encontra-se em http://hdr.undp.org/hdr2006/pdfs/summaries/HDR2006_Portuguese_Summary.pdf



A Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal, em parceria com o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e o apoio da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e do Montepio Geral, irá realizar em Lisboa, nos dias 9 e 10 de Março de 2007, um Encontro denominado “De Lisboa a Lisboa”. Esta iniciativa terá como principal objectivo reunir um conjunto de peritos, nacionais e europeus, a fim de reflectirem e apresentarem propostas concretas sobre diferentes cenários e áreas de intervenção em matéria de protecção social, inclusão social e combate à pobreza na União Europeia. Pretende-se que estas propostas ajudem a Presidência Portuguesa da UE a alcançar um reforço das metas e da Estratégia da Inclusão Social na Agenda da União Europeia.



Desde a sua fundação que a Rede Europeia Anti-Pobreza defende e trabalha no sentido de afirmar uma estratégia determinada e integrada para a erradicação da pobreza na União Europeia, desempenhando, neste processo, um papel fundamental, nomeadamente através da apresentação de propostas e recomendações. Uma das importantes conquistas da Rede Europeia Anti-Pobreza foi precisamente ter conseguido que, no ano 2000, e sob a Presidência Portuguesa, a União Europeia voltasse a ter uma Estratégia de Combate à Pobreza onde se inscreveram muitas das suas propostas e recomendações.

A nível nacional, e à semelhança das restantes redes nacionais, a Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal sempre procurou exercer um papel de “ponte” entre Portugal e a UE, tendo como pano de fundo uma especial vocação de mobilizar a necessária *expertise* e capacidade técnica para a melhor formulação de propostas e recomendações na luta contra a pobreza e a exclusão social.

É porque consideramos que a nossa contribuição poderá continuar a ser útil e capaz de influenciar positivamente a definição de políticas em matéria de coesão social e de luta contra a pobreza na União Europeia, que julgamos de toda a relevância a possibilidade de, uma vez mais, e aproveitando a nova oportunidade que nos oferece a futura presidência portuguesa, protagonizarmos um movimento de reflexão sobre a actual situação da pobreza e da exclusão social na Europa, sobretudo num momento em que, depois da revisão da Estratégia de Lisboa em 2005, parecer que tal

estratégia enfrenta uma acentuada estagnação e, em certos domínios, riscos de regressão dos progressos alcançados em 2000.

Lisboa 2000 formulava uma nova orientação que, reconhecidamente, necessita ser revista mas, e ao mesmo tempo, reforçada (maior implicação dos Estados-Membros, maior envolvimento de todos os actores, maior participação). Seis anos volvidos, encontramos numa encruzilhada, olhando para compromissos e ganhos assumidos, encarando ambições e desafios esperados, não esquecendo a realidade diária dos 72 milhões de pessoas que na UE continuam a fazer face aos efeitos da pobreza e da exclusão social com poucos e insignificantes indícios de mudança de tal condição.

Lisboa 2007 constitui uma excelente oportunidade para a Presidência Portuguesa da UE marcar um novo rumo produzindo um ponto de inflexão na agenda europeia e iniciando um novo ciclo. Na nossa opinião é hoje, e em relação a esta estratégia, fundamental aprender com o passado para melhor projectar o futuro.

Principais motivações para um Encontro Europeu

- Após a Presidência Portuguesa da União Europeia em 2000, onde foram alcançados progressos no que concerne à promoção da inclusão social e a uma abordagem europeia da mesma, tendo por base o método aberto de coordenação, a estratégia europeia de inclusão social perdeu parte do seu vigor e encontra-se hoje, potencialmente, ameaçada;
- Se a Estratégia de Lisboa Renovada, aprovada no Conselho Europeu em 2005, continua a manter uma atenção específica em relação ao tema da Inclusão Social, parece igualmente claro que, e sobretudo ao nível dos Estados Membros, tal atenção e centralidade desapareceu em nome do “Emprego e Crescimento”, minimizando a componente de coesão social e produzindo um desequilíbrio no chamado “triângulo de Lisboa”;
- Neste contexto, o combate à pobreza e à exclusão social perderam terreno, e reaparece a “velha” visão de que uma economia forte e competitiva, por si só, é suficiente para combater estes fenómenos e é capaz de alcançar fortes níveis de coesão. Infelizmente, esta

“máxima” já demonstrou por diversas vezes a sua ineficácia, e é sabido hoje que a economia, por si só, e por mais competitiva que seja, não é capaz de produzir coesão social, sobretudo quando a riqueza não é distribuída de forma equilibrada ou exclui violentamente uma parte dos cidadãos que contribuem para a sua produção;

- Por outro lado, e falando de coesão social nas sociedades europeias, são vários os exemplos que poderíamos apresentar para ilustrar a ideia de que a UE necessita de encontrar um novo rumo, uma nova forma de envolver e mobilizar os seus cidadãos, uma linha de orientação capaz de congrega os interesses e esforços solidários de todos os países numa Europa alargada e em permanente expansão territorial, económica e social;
- Finalmente, a discussão sobre a Protecção Social e o futuro do Modelo Social Europeu, num contexto Europeu alargado e tendo como pano de fundo a Estratégia Europeia de Inclusão Social, encontrase relativamente estagnada. Seria de máxima relevância que este tema fosse retomado no âmbito da União Europeia e que esta instância fosse capaz de produzir conhecimentos e orientações específicas nesta matéria, encontrando o seu próprio rumo, tendo por base uma forte tradição de protecção social solidária e assente em valores de bem-estar e coesão específicos do Modelo Social Europeu.

De Lisboa a Lisboa - recolocar o combate à pobreza e à exclusão social no centro das prioridades políticas europeias

Assim, e de certa forma à semelhança do que aconteceu em 2000, quando a Presidência Portuguesa procurou a contribuição de vários peritos internacionais para sustentar e fundamentar muitas das suas propostas¹, a REAPN, em parceria com o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, propõe-se organizar um encontro

de peritos europeus em pobreza e exclusão social. Tais peritos são actores sociais que, ao longo das últimas duas décadas, acompanharam e participaram directa e indirectamente em diferentes fóruns e instâncias de decisão, experimentação e produção de conhecimentos no âmbito de Programas Europeus de combate à pobreza, da produção de conhecimentos no campo da protecção social e das estratégias nacionais e europeias de promoção da inclusão social.

Todo o trabalho está a ser coordenado a nível nacional por Jordi Estivill e Sérgio Aires, que têm como missão a definição do programa de trabalho, a elaboração dos documentos de base para o desenvolvimento desta iniciativa, assegurando a boa prossecução da mesma e dos seus resultados. O documento-base para reflexão, a enviar a todos os peritos convidados, receberá os seus *inputs*, dando origem a um primeiro documento de reflexão que será o principal objecto de trabalho do Encontro.

Pretende-se que os resultados desta reflexão possam, em grande parte, contribuir para a futura agenda da Presidência Portuguesa da União Europeia nesta área, no sentido de que esta possa assumir um forte papel num regresso a uma verdadeira estratégia europeia de Inclusão Social²

Após o Encontro Europeu terá lugar (no dia 12 de Março) uma conferência de imprensa para apresentação das principais conclusões, sendo posteriormente elaborada uma publicação que deverá ser divulgada e disseminada durante o mês de Abril de 2007.

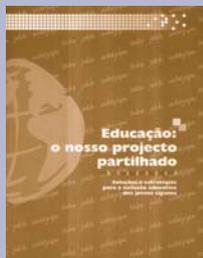
¹ Ferrera, Maurizio, et al, "O futuro da Europa Social. Repensar o Trabalho e a Protecção Social na Nova Economia", Deiras, Celta Editora, 2000).

² Tais contributos poderão também constituir instrumentos importantes para a definição de conteúdos das diferentes actividades que a Presidência Portuguesa poderá organizar nestas áreas no segundo semestre de 2007, entre eles a Mesa Redonda Europeia a ter lugar em Outubro assinalando o dia Internacional para a Erradicação da Pobreza (17 de Outubro) .

Grupo de Peritos		
Chiara Sarraceno (Italy)	Alberto Melo	José Manuel Henriques
Fintan Farrell (Ireland)	Ana Cardoso	José Pereirinha
Hugh Frazer (Ireland)	António T. Fernandes	Leonor Ferreira
Jan Vranken (Belgium)	Casimiro Marques Balsa	Manuel Pimenta
Jean-Pierre Hiernaux (Belgium)	Elza Chambel	Manuela Silva
José Manuel Fresno (Spain)	Fernanda Rodrigues	Pedro Hespanha
Letizia Sforza (Italy)	Fernando Luís Machado	Roque Amaro
Ludo Horemans (Belgium)	Fernando Ruivo	Sílvia Ferreira
Maria Jeliaczova (Hungary)	Heloísa Perista	
Maria Marinakou (Greece)	Isabel Baptista	
Matti Heikkilä (Finland)		
Maurizio Ferrera (Italy)		
Mike Geddes (United Kingdom)		
Orsolya Lelkes (Austria)		
Peter Abrahamson (Denmark)		
Robert Castel (France)		
Wilhelm Breuer (Germany)		



ESTIVILL, Jordi (et al.), *Pequenas experiências, grandes esperanças*, Porto : REAPN, 2006. Esta publicação resulta do *Projecto Activar a Participação* desenvolvido pela REAPN no âmbito do PNAI 2003-2005, enquadrado no eixo 4 – Mobilização de todos os intervenientes (especialmente os que experienciam situações de pobreza e exclusão social). Com este livro a REAPN pretende colocar à disposição dos leitores um instrumento de reflexão, de análise crítica e de conhecimento sobre a *participação*, temática de que tanto se fala e sobre a qual tão pouco se escreve e teoriza no nosso país. Trata-se acima de tudo de um instrumento prático que resulta do desenvolvimento de um projecto experimental, que poderá ser utilizado por diferentes actores (públicos e privados), no domínio da luta contra a pobreza e a exclusão social ou ainda noutros domínios de acção.



Educação: o nosso projecto partilhado: soluções e estratégias para a inclusão educativa dos jovens ciganos, Madrid : Fundación Secretariado Gitano, 2006. Esta publicação é resultado do projecto transnacional "**Minorias étnicas e educação secundária: os alunos Rom**" promovido pela Fundación Secretariado Gitano, onde a REAPN foi, entre outras, entidade parceira. Este estudo centra-se na análise da situação educativa de 1300 alunos ciganos, entre os 12 e os 16 anos, de Portugal, Roménia, República Checa, Hungria, França e Espanha. Pretendeu-se detectar, sobretudo, os factores que influenciam o acesso e a permanência no ensino secundário e as possibilidades de melhoria desde o ponto de vista dos próprios protagonistas – os alunos ciganos escolarizados, os jovens que abandonaram prematuramente os seus estudos, os professores e as famílias.



Trabalhar com jovens com poucas qualificações escolares e profissionais e em risco de exclusão social: práticas e reflexões, Porto, Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto, 2006. Este Guia constitui o produto final do Projecto Trampolim promovido pela Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto ao nível do Programa de Iniciativa Comunitária Equal (fase 1) e no qual a REAPN foi uma das entidades parceiras, entre outras. Esta publicação concentra, sobretudo, a sua atenção nos processos e metodologias de trabalho utilizados com os jovens com vista à promoção das suas potencialidades e da sua iniciativa individual como elemento essencial de um processo de progressiva autonomia, que permita a cada um ser um agente activo do seu próprio futuro. Neste sentido pretende ser um instrumento de consulta e apoio aos profissionais que trabalham junto de jovens em situação de abandono/insucesso escolar e com dificuldades de inserção sócio-profissional.

Guia de utilização CIARIS – Centro Informático de Aprendizagem e Recursos para a Inclusão Social
A REAPN acaba de editar o Guia CIARIS desenvolvido no âmbito do *Projecto MULTIPLICAR – Strategies, Tools and Actors* (II Programa Europeu de Intercâmbios Transnacionais). O Guia foi escrito para facilitar a utilização da plataforma informática **CIARIS** (*Centro Informático de Aprendizagem e Recursos para a Inclusão Social*) e concentra todo um conjunto de experiências que foram desenvolvidas durante o ano 2006 ao nível dos 7 países parceiros do Projecto. Pretende-se que este Guia seja importante na *capacitação* de todas as Organizações e profissionais que desenvolvem acções de combate à Pobreza e à exclusão Social.



Paiva, Júlio, *Pobreza, exclusão, desemprego e Empresas de Inserção em Portugal: a perspectiva dos promotores e dos beneficiários*, Porto : REAPN, 2006. Esta publicação surge na sequência da publicação do Directório das Empresas de Inserção em Portugal 2005, realizado no âmbito do Protocolo celebrado entre o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e a Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal (REAPN). No quadro de um eixo fundamental de intervenção da REAPN – a investigação – este trabalho surge como o resultado de um estudo que acompanhou a recolha e o tratamento de dados e que esperamos ser um contributo válido e necessário à avaliação da Medida *Empresas de Inserção* e do próprio Mercado Social de Emprego, acrescentando o ponto de vista de dois dos principais intervenientes: os promotores e os beneficiários. No esforço de avaliação da Medida *Empresas de Inserção* procurámos as suas potencialidades e fragilidades, analisámos o percurso de algumas destas empresas através do contacto diário que nos proporciona o nosso trabalho com as instituições, avaliámos o seu desempenho, as suas dificuldades e o seu quotidiano e, neste sentido, este é também um trabalho de consolidação de todas estas vertentes.